**MUNICÍPIO DE ANADIA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

***----- Ata n.º 308 -----***

---

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Adriano Martins Aires, e secretariada pela Primeira Secretária, Senhora Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

----- **Período de Antes da Ordem do Dia**:----------

----- Ponto um: "*Tomada de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*";----------

----- Ponto dois: "*Apreciação e votação das atas n.ºs 305 e 306, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 35.º, do RAMA*";----------

----- Ponto três: "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 35.º do RAMA*";----------

----- **Período da Ordem do Dia**:----------

----- Ponto um: "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto dois: "*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e treze, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de dois mil e treze, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeira das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia"*;----------

----- Ponto três: "*Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e catorze, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA"*;----------

----- Ponto quatro: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento do "…interesse para colmatar corretamente o tecido do aglomerado urbano existente…", nos termos do n.º 3, do artigo 6.º, do Regulamento do PDM, respeitante à pretensão apresentada pelo Grande Hotel da Curia – Sociedade de Exploração de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., no âmbito do processo de obras n.º 1/2014, para construção de um edifício de habitação unifamiliar, localizado na Rua dos Plátanos, Curia*";-

----- Ponto cinco: "*Apresentação, discussão e votação da Moção/Deliberação contra o processo de alienação do capital social da Empresa Geral do Fomento (EGF)*"; ----------

------ Ponto seis: "*Apresentação, discussão e votação da proposta de adesão ao Pacto de Autarcas – Compromisso para as Energias Sustentáveis Locais";*----------

----- Ponto sete: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, previstas nas alíneas a), b) e c), do*

*n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto oito: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, previstas nas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto nove: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Moita, previstas nas alíneas a), b), c), d), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto dez: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Sangalhos, previstas nas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto onze: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, previstas nas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto doze: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto treze: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto catorze: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto quinze: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*";----------
----- Ponto dezasseis: "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------
----- **Período de Intervenção do Público**:----------
----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 37.º do RAMA.*----------
----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):----------
----- • Adriano Martins Aires – GM do MIAP;----------
----- • João José Nogueira de Almeida – GM do PPD/PSD;----------
----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP;----------
----- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD;----------

----- • António Manuel Alves – GM do PS;----------

----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do MIAP;----------

----- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD;----------

----- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP;----------

----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do PPD/PSD;----------

----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP;----------

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;----------

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP;----------

----- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD;----------

----- • Arménio de Almeida Cêrca – GM do MIAP, substituído por Armando Henriques Pereira;--

----- • Sara Filipe Seabra dos Reis – GM do PPD/PSD;----------

----- • Mónica Filipa Morais da Silva – GM do PS;----------

----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP;----------

----- • Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo – GM do PPD/PSD.----------

----- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;----------

----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP;----------

----- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – GM do PPD/PSD;----------

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:----------

----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;----------

----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;----------

----- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita;----------

----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos;----------

----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro;---------

----- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros;----------

----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro;----------

----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas;----------

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores;----------

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.----------

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:----------

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente;----------

----- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – PPD/PSD - Vereador;----------

----- • Litério Augusto Marques – MIAP – Vereador;----------

----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador;----------

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;----------

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vereador;----------

----- • Lígia Filipe Seabra – PPD/PSD – Vereadora.----------

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia do dia trinta de abril, quando eram catorze horas e vinte e cinco minutos.----------

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de apresentar os seus cumprimentos aos presentes, passou a referir o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Queria, antes de tudo, fazer a leitura de uma proposta do Senhor Deputado Arménio de Almeida Cêrca, que diz: «Arménio de Almeida Cêrca, Deputado Municipal do MIAP, em virtude de não lhe ser possível comparecer à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia do próximo dia trinta de abril de dois mil e catorze, vem nos termos do artigo décimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, solicitar a sua substituição para a sessão acima referida por Armando Henriques Pereira, nos termos do artigo décimo quinto do RAMA.» No dia vinte e três de abril de dois mil e catorze e assina. Confirmada a conformidade e identidade do substituto, resta-me dar as boas vindas também, mais uma vez, ao Senhor Armando Pereira pela sua presença aqui.----------

----- Queria também fazer referência à correspondência recebida na assembleia, que ficará ao dispor da consulta. Há aqui, digamos, um apelo à defesa da escola pública e também um e-mail emitido pelo Grupo Parlamentar Os Verdes que dá conhecimento de uma proposta de um projeto lei para revogar o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), fica ao vosso dispor para consulta."----------

----- Prestadas as informações iniciais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de antes da ordem do dia. Uma vez que a pessoa que iria tomar posse como membro do Conselho Municipal de Segurança ainda não se encontrava presente, por forma a dar cumprimento ao ponto um daquele período ("*Tomada de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*"), avançou para o ponto dois do período de antes da ordem do dia, "*Apreciação e votação das atas números trezentos e cinco e trezentos e seis, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 35.º, do RAMA*".----------

----- Para intervir no período de apreciação da ata número trezentos e cinco, da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde, Senhor Presidente. Muito boa tarde aos restantes colegas, Senhora Presidente da Câmara, restantes vereadores. A intervenção é no sentido de reafirmar o que foi já definido na última Assembleia e em reunião de representantes. Portanto, o Grupo intervirá relativamente a atas quando entender que há efetivamente prejuízo de forma ou de conteúdo. Não havendo, deixaremos as pequenas correções e as pequenas intervenções para fazermos

chegar à Mesa esse tipo de situações oportunamente. Obrigado."----------
----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão da ata número trezentos e cinco, da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e cinco, da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, duas abstenções, da Senhora Deputada Municipal Jennifer Nunes Pereira, e do Senhor Deputado Municipal Armando Henriques Pereira, ambos do Grupo Municipal do MIAP, por não terem estado presentes na sessão a que a mesma diz respeito, e zero votos contra, não se encontrando presentes na votação o Senhor Deputado António Manuel Alves, do Grupo Municipal do PS, a Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, e o Senhor Deputado César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.----------
----- Anunciado o resultado da votação da ata número trezentos e cinco, da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de apreciação da ata número trezentos e seis, da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. Para intervir no período de apreciação da ata número trezentos e seis, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhora Presidente de Câmara e respetiva vereação. O MIAP gostaria de retificar, na página dois ao serem referenciadas as presenças, penso, porque provavelmente terá sido feito copy/paste, a Senhora Deputada Jennifer esteve nesta reunião e portanto não foi substituída pelo Senhor Armando Pereira. Portanto está um lapso na página dois desta mesma ata."----------
----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Boa tarde, Senhores Presidentes, Senhores Vereadores, caros colegas presentes. Eu tenho aqui só uma dúvida. Eu posso ter dito isto, mas se disse foi um lapso. Aqui na página, deixe ver se eu consigo encontrar, na página seis, linha quinze, dezasseis, dezassete, quando falava sobre aqueles contentores enterrados, aqui está na Rua Visconde Seabra e não pode ser, tem que ser na praça. É só isto. É um perfecionismo, mas será praça, de certeza. Mas isto não é grave, não há problema nenhum na votação da ata, é só para fazer uma correção."----------
----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que seria registada a observação feita pelo Senhor Deputado. De imediato, e sem mais pedidos para intervir no período de discussão da ata número trezentos e seis, da sessão ordinária realizada no dia vinte

e oito de fevereiro de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e seis, da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, duas abstenções, da Senhora Deputada Municipal Jennifer Nunes Pereira, e do Senhor Deputado Municipal Armando Henriques Pereira, ambos do Grupo Municipal do MIAP, por não ter estado presente na sessão a que a mesma diz respeito, e zero votos contra, não se encontrando presentes na votação o Senhor Deputado António Manuel Alves, do Grupo Municipal do PS, a Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, e o Senhor Deputado César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho----------

----- Anunciado o resultado da votação da ata número trezentos e seis, da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto um do período de antes da ordem do dia: "*Tomada de posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*", dado que já se encontrava presente o membro que iria tomar posse.----------

---- Para o efeito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Alexandra Henriques para fazer a leitura do ato de posse do membro que não tinha tomado na sessão anterior.----------

----- A Senhora Deputada Alexandra Henriques passou, então, a ler a ata da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Anadia e no edifício dos Paços do Município, compareceu, para se proceder à tomada de posse perante esta Assembleia Municipal como membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do artigo nono da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de julho, a seguinte cidadã: Dr.ª Maria Fernanda Pinto da Silva, em representação da Administração Regional de Saúde do Centro.----------

----- Verificada a conformidade formal do processo com a identidade da presente e para constar se lavrou a presente ata, que eu, Maria Alexandra Pereira Henriques, segunda secretária da Assembleia Municipal, a subscrevi e redigi e que vai ser assinada por todos os presentes."-------

----- Concluída a leitura da ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa, apresentou as felicitações à Senhora Dr.ª Maria Fernanda pela posse como membro do Conselho Municipal de Segurança, dirigiu os seus agradecimentos e os agradecimentos em nome de toda a Assembleia e desejou as boas vindas.----------

----- Entretanto, aproveitou para dar a conhecer ao Plenário que tinha acabado de entrar na sala o Senhor Deputado César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.----------

----- Dando continuidade aos trabalhos, passou a apresentar o ponto três do período de antes

da ordem do dia, "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 35.º do RAMA*".----------

----- A iniciar aquele período, concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Para uma melhor eficiência do trabalho da Mesa, a bancada tem a informar que vão haver quatro intervenções para evitar as situações ocorridas na última Assembleia. Obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra, não sem antes cumprimentar os presentes:----------

----- "Na última Assembleia Municipal a Senhora Presidente informou-nos que tinha estado numa reunião com o Senhor Ministro da Educação, afirmando que o mesmo se teria mostrado desconhecedor da realidade da Escola Secundária de Anadia. Na altura fiz uma intervenção no sentido de contrapor essa sua afirmação, na medida em que mais do que terem conhecimento, estariam previstas novidades para breve. Recentemente, penso que é do seu conhecimento, o Deputado do PSD, Paulo Cavaleiro, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, abordou o Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, João Casa Nova, relativamente à Escola Secundária de Anadia, e foi dada a garantia de que as obras seriam retomadas no verão deste ano. Como pode ver, as muitas diligências feitas pelos Deputados, bem como a pressão positiva e responsável, as muitas manifestações feitas por alunos e associação de pais sortiram o devido efeito. Obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, que depois de cumprimentar os presentes, referiu o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente. Reparei que estão a fazer arranjos exteriores junto à entrada do estacionamento do Edifício dos Paços do Concelho e venho perguntar se está para breve a sua abertura e uma vez que o *Domus* Café se encontra ali também naquela zona, e foi falado na última reunião que havia um impasse devido à Escola Vitivinícola, venho também perguntar se há algum desenvolvimento nesse sentido. Muito obrigada."----------

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que, também depois de cumprimentar os presentes, concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "A minha questão é uma questão muito direta dirigida à Senhora Presidente da Câmara, e vou passar a ler: «Na edição de dois mil e treze da Feira da Vinha e do Vinho foi atribuído um espaço considerável no recinto da feira a uma empresa denominada Fulpa. Ao que julgo saber, a atribuição do espaço à Fulpa não foi precedida de concurso público. Gostaria de saber se tal

informação corresponde à verdade e, no caso de o ser, quais as contrapartidas que a câmara exigiu à Fulpa. Dada a relevância do espaço atribuído o ano passado à Fulpa, muito me prezaria que a Senhora Presidente informasse a Assembleia se a Câmara Municipal pretende atribuir o espaço sem concurso público, ou se, pelo contrário, estará no seu propósito avançar para um concurso público». Muito obrigado."----------

----- Para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Então muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, demais elementos da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, comunicação social, público presente. Uma boa tarde a todos e votos de bom trabalho que a agenda é longa.----------

----- Relativamente ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, e relativamente às declarações que fez, e que eu de facto também registo através da comunicação social, aquilo que li da parte do Senhor Secretário de Estado que também esteve presente nessa dita reunião que eu tive com o Senhor Ministro da Educação, folgo em saber a afirmação tão perentória de que as obras se iriam iniciar no verão deste ano. O verão começa a vinte e um de junho, mais ou menos, a estação termina a vinte e três de setembro, portanto, vamos aguardar até lá para ver se de facto as coisas vão acontecer dessa forma, sendo certo que não é essa a indicação que eu tenho, nem da Parque Escolar, nem da Senhora Diretora dos equipamentos escolares, como também não a tenho do Senhor Ministro da Educação, com quem também estive há cerca de quinze dias. Portanto, também o sítio onde eu estive com ele, convenhamos que, se calhar, não era oportuno para ele me estar a responder e se calhar até ele já estava um bocadinho distante e já nem se lembrava muito bem onde é que nos tínhamos encontrado, e eu fiz questão de o relembrar e a propósito de quê tive a reunião com ele.----------

----- Portanto sobre esta situação eu não tenho qualquer informação por escrito, nomeadamente ao ofício que eu já fiz, datado de vinte de fevereiro, depois da reunião que tive com o Senhor Ministro da Educação, e que o fiz dirigido ao Senhor Ministro, ao Senhor Secretário de Estado, à DGEST e à Parque Escolar. Portanto, nenhuma das entidades até hoje se dignou a responder. Quando perguntei, há dias, nomeadamente à Senhora Diretora Escolar aquilo que ela me disse é "Pois, não me cabe a mim responder, cabe ao ministério responder", mas se calhar eles também não sabem muito bem, ou não têm a certeza do que é que podem responder neste momento, portanto sobre isso é o que tenho a dizer.----------

----- Relativamente à Senhora Deputada Jennifer, referenciou os arranjos exteriores na envolvente do edifício. Penso que os arranjos exteriores que se refere é no acesso próximo ao *Domus* Café e, portanto, diz respeito à construção que foi feita no acesso ao parque de estacionamento, um acesso pedonal independente do acesso que já estava definido para os peões através do edifício proximidade. Portanto, concluída esta intervenção, um acesso totalmente independente do edifício existente e os arranjos exteriores, o parque de estacionamento abrirá as suas portas no início da próxima semana.----------

----- Relativamente ao *Domus* Café, não tenho muito mais a acrescentar sobre esta situação, portanto concluídos os arranjos exteriores e tudo aquilo que poderia causar alguma perturbação no normal funcionamento inclusivamente daquele espaço, foi solicitado à Escola Profissional de Anadia a sua comparência para assinar o contrato e portanto apresentar os estatutos e a caução para efetuarmos a escritura. A Escola Profissional já me respondeu, portanto não é possível cumprir o prazo porque efetivamente os estatutos, pese embora já tivesse havido reunião da assembleia geral e que tardou para além daquilo que eram as expectativas, a ata ainda não foi aprovada e portanto não foi possível ainda desenvolverem outras ações que permitissem a escritura com a Câmara Municipal. Portanto, relativamente a esta situação, e em concreto, e depois deste ofício que foi presente pela Escola Profissional é um assunto que abordarei numa próxima reunião do executivo municipal.----------
----- Quanto ao Senhor Deputado João Nogueira de Almeida, relativamente a uma questão que colocou sobre a Feira da Vinha e do Vinho, em concreto não tenho elementos que lhe possa responder neste momento, mas daquilo que eu posso precisar é que estes espaços são espaços de terrado e, portanto, concessionados em função da área ocupada e havia obviamente alguns espaços de quiosques ou dos bares, dos chamados bares, nomeadamente no recinto da feira, da parte da atividade cultural em si, e esses sim, esses próprios *stands*, no fundo, têm um regulamento próprio e, portanto, têm um concurso para os quais as entidades, ou as empresas, que assim o entenderem, concorrem. Portanto, é concessionado em função do melhor preço que assim vierem a oferecer.----------
----- Relativamente à questão que colocou, a Feira da Vinha e do Vinho de dois mil e catorze, portanto, esta edição, será apresentada dentro de poucos dias e os próprios, alguns dos regulamentos já foram à reunião do executivo e, portanto, oportunamente será dado a conhecer quer a programação cultural quer a concessão dos espaços que vierem a ser estabelecidos."----
----- Apresentadas as respostas por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Boa tarde Senhor Presidente. Permita-me que em si cumprimente toda a Assembleia e com votos e desejos de um trabalho profícuo para com os nossos concidadãos anadienses. Senhora Presidente permita-me que lhe fale hoje de dois assuntos reincidentes. A começar a pista de BMX. Estamos em final de abril, a segunda prova calendarizada pela Federação não se realizou, se calhar a prova do campeonato nacional que estava programada para julho também não se realizará. No entanto, a Senhora Presidente também nada diz na sua comunicação escrita sobre o andamento daquela obra. Bem sei que não está a andar, mas parada também não está porque tenho verificado que lentamente a Senhora Presidente vai fazendo a compactação do terreno que é uma fase importante para aquela obra e portanto vai mexendo.--
----- Quando se fala em pista de BMX, obriga-me também, neste momento, a falar no Velódromo Nacional. A última vez que abordámos esta questão aqui na Assembleia, a Senhora

Presidente respondeu dizendo que aquela estrutura, finalmente, depois do governo eventualmente ter apresentado uma solução que foi atirar para cima das autarquias a definição do modelo de gestão e a Senhora Presidente, e bem, a seu tempo, convidou e lançou este projeto também em sede da CIRA que foi aceite. E, portanto, falou-se aqui que todo aquele projeto e a sua sustentabilidade futura estaria dependente da apresentação de uma reflexão dos preços a praticar, um novo regulamento, uma nova tabela de preços, etc., etc.---------- E, portanto, nesta altura a pergunta que lhe deixava é em que ponto está esta situação porque o Velódromo, é sabido, é bastante noticiado, utilizado em provas das diversas federações que ali estão sediadas, entramos numa altura em que a sua utilização vai ser massificada e portanto uma estrutura que custou milhões ao erário público não pode estar otimizada para nos dar, segundo as contas da Senhora Presidente num orçamento que nos apresentou último, oitenta mil euros por ano, é relativamente pouco. De facto alguma coisa tem que ser pensada e refeita. E, portanto, nesse sentido fazia-lhe esta pergunta e no sentido de saber se já há algum avanço neste assunto? Eventualmente a comissão de gestão local, que foi formalizada, se já reuniu, se está a produzir trabalho? Portanto, em que ponto é que está?------ O outro assunto que gostava de lhe trazer tem a ver com o turismo. Portanto, a Senhora Presidente também no seu plano e orçamento dedicou umas humildes linhas a este segmento, dizendo que é um segmento importante para o concelho e é-o certamente. Eventualmente fazia-o depender muito de uma ligação com a Rota da Bairrada e bem acontece que em março deste ano, há relativamente pouco tempo, existiu uma Feira Internacional em Lisboa e espanto meu, espanto da bancada do PSD, quando Anadia não esteve presente. A Senhora Presidente poder-me-á dizer, mas estivemos presentes. Estiveram certamente, eu sei que estiveram, mas não entraram pela porta da frente, entraram pela porta de trás ou pelas laterais, porque a Senhora Presidente também no orçamento não capacitou este segmento com uma verba considerável, foi uma verba residual, portanto não lhe permitiria individualmente ter grande desempenho nesta área, mas eventualmente a reboque da Região de Aveiro, assim como outros municípios, podia ter tido um desempenho muito mais abrangente e ativo. Estranhei nesta altura que no dia da região comeu-se ovos-moles, pão-de-ló de Ovar, etc., etc., e não tenha especificamente lá um brinde com um espumante da Bairrada. Aqui acho que teria todo o cabimento a Rota da Bairrada ter aqui um alerta inscrito no programa geral e isso não aconteceu. Portanto, deixava-lhe só estas duas referências, eventualmente se a Senhora Presidente tiver alguma coisa a dizer nestes dois apontamentos agradecia. Muito obrigado."----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:---------- "Queria fazer um pequeno esclarecimento relativamente a uma situação que se passou aqui há dias, relativamente ao município, e deixar claro, portanto, o comportamento do PSD nesta questão. Está em ata que foi aprovada que efetivamente é que no futuro vão aparecer aqui propostas para aumentarmos o IMI, para aumentarmos a água, para aumentarmos o

saneamento, para aumentarmos a derrama, enfim, que no futuro alguém nesse dia tinha aprendido alguma coisa, que no futuro íamos ter aqui quando discutirmos aqui determinadas questões, pessoas a propor que os munícipes de Anadia paguem muito mais para que a câmara possa capitalizar muitíssimo mais. Um esclarecimento. Não foi ideia do PSD o aumento dos preços relativamente àquilo que é praticado no Município de Anadia, que fique claro este esclarecimento, que não foi da bancada, nem foi da vereação que saiu esta proposta. Era só para deixar este esclarecimento claro para todos. Muito obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde a todos. Tenho aqui uma questão sobre a saúde. Mas antes, queria só fazer aqui um comentário à intervenção do colega Henrique Fidalgo, para lhe dizer que eu acho que mais do que estarmos preocupados sobre quem já está a tentar colher os louros do retomar da obra, acho que o importante é que a obra seja retomada e que seja concluída porque já cá vieram os Deputados do PSD e certamente ficaram chocados com o que viram. Já vieram os Deputados do PS e da CDU e ficaram também chocados com o que viram, portanto, aquela escola, o que se passa com aquela escola antiga e com a escola nova, é uma preocupação transversal desta assembleia, portanto acho que era bom reunirmos todos os esforços para de facto a obra ser retomada e para aquilo ser concluído. Portanto, eu espero bem que seja neste verão deste ano que a obra seja retomada. Queria só fazer esta nota, que acho que é importante.----------

----- Sobre a questão que tinha para a Senhora Presidente, relacionada aqui com a saúde, foi publicada agora este mês de abril a portaria oitenta e dois barra dois mil e catorze que basicamente define critérios de categorização e classificação dos vários estabelecimentos do serviço nacional de saúde e que assentam sobretudo numa base populacional. Temos assistido agora nestes últimos anos a um corte a direito por parte deste governo PSD-CDS e parece que com esta portaria será mais uma machadada na saúde. E apesar de sabermos que aqui em Anadia estamos mais próximos de Coimbra, esta categorização levará a que o hospital de Aveiro passe a ser um hospital denominado de grupo um, ou seja, irá certamente com a informação que se tem neste momento perder valências face ao que tem hoje. A minha questão era, uma vez que isto está em discussão, esta categorização e estas valências até setembro de dois mil e catorze, se o Município de Anadia foi, de alguma forma, já consultado, ou se já existe alguma manifestação por parte do Município. Obrigado."----------

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que informou encontrar-se na sala desde as catorze horas e quarenta e cinco minutos. O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "A minha intervenção vai ser muito rápida. Está relacionada, também, com uma pergunta que foi feita pela bancada do PSD e tem a ver com uma pergunta, se já há algum estudo, ou se alguém fez alguma auscultação à nossa indústria hoteleira e de restauração relativamente ao retorno causado, ou pelo menos ligado à utilização do Velódromo, porque acho que quando nós estamos a fazer contas do que é que um equipamento traz ao município não podemos fazer contas só àquilo que entra nos cofres diretamente, mas sim a todo o movimento que é gerado por esse equipamento nas diferentes frentes da indústria, nomeadamente, na indústria hoteleira e de restauração no nosso concelho. Muito obrigado."----------

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "É mais um esclarecimento do que uma questão. Senhora Presidente, eu gostava de saber se os funcionários que fazem a recolha dos resíduos sólidos urbanos têm ou não instruções para quando os contentores estão rotos, quando deixam escorrer os lixiviares para o solo, ou para os arruamentos, e contaminando, no mínimo, ou causando maus cheiros, se eles têm ou não instruções para solicitar a substituição. É que eu já vi vários há meses nessa situação, portanto, estão rotos, deixam a água escorrer por baixo do contentor e continuam sem ser substituídos. Era só. Obrigado."----------

----- Atentas as questões colocadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a reposta que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Então começo pelo Senhor Deputado Artur Salvador (penso que não me enganei no nome), e relativamente à Pista de BMX, que é uma das suas grandes preocupações por aquilo que vejo, e tal como o Senhor disse, é reincidente na sua pergunta. Aquilo que eu tenho para lhe dizer é que efetivamente a Pista de BMX, porque é olímpica também, e porque não existem normas no nosso país que definam regras de execução, quer da sua construção, quer na sua funcionalidade, quer na dimensão exata dos seus percursos, das suas curvas, etc., carecem sempre de alguns ajustamentos e esses ajustamentos têm obrigado a que sucessivamente, e pese embora a obra já tivesse sido lançada a concurso algumas vezes, nestes intervalos a própria Federação de Ciclismo, através dos seus técnicos, tem vindo a propor sucessivas alterações até que chegamos a um ponto que temos que dizer basta. E, como tal, foi solicitada à Federação de Ciclismo e à União de Ciclismo Internacional que, havendo interesse por parte da autarquia de continuar com este projeto, se deslocassem aqui a Sangalhos e em concreto visitando o local e o projeto. A última versão do projeto que está feito e que a Federação diz é esta, que efetivamente se comprometam que é esta a solução que eles entendem que é a correta porque se trata de uma Pista de BMX com cariz olímpico.----------

----- Como tal, esse convite foi feito e ao que tudo indica dentro das próximas duas semanas esses técnicos irão deslocar-se a Sangalhos para no local, e *in loco*, poderem avaliar da sua localização e da última versão do projeto que eles deram indicação. Trata-se de algum

investimento ainda a realizar, que não tem comparticipação ainda dos fundos comunitários, e também não sei se se irá conseguir. Como tal, não podemos desperdiçar os recursos, sob pena de a dita pista, que nós queremos que tenha uma versão para provas nacionais e internacionais e com cariz olímpico, tenha a funcionalidade adequada.----------

----- Relativamente ao Velódromo Nacional e ao modelo de gestão, e tal como disse "lançou na CIRA o projeto", nós não lançámos na CIRA o projeto, nós convidámos foi a CIRA e outras entidades, como a Universidade de Aveiro, como a Universidade de Coimbra, como o Turismo do Centro de Portugal, como a ACIB, entre vários, e nomeadamente as Federações, para integrarem um modelo de gestão que foi proposto pela Fundação do Desporto. Como tal, todas as entidades que foram convidadas, como é lógico, não vão disponibilizar os seus recursos financeiros para gerir o Velódromo e aquilo que nos foi dado a conhecer, pelo próprio Presidente da Fundação do Desporto, é que mesmo da parte da Administração Central não haverá recursos disponibilizados diretamente à autarquia para financiar o Velódromo. Logicamente continua a caber à Câmara Municipal, e se quer manter o seu funcionamento, os encargos sobre o seu funcionamento, o que para isso exige realmente alguma racionalização de alguns recursos e também de exigir às próprias Federações que têm que conseguir os seus meios e apoiar a autarquia obviamente na angariação de fundos, sejam eles publicitários, sejam patrocínios ou o que quer que seja, mas têm que estar connosco, com a autarquia, portanto, no sentido de angariar e criar sustentabilidade para o funcionamento daquela infraestrutura. Portanto, esse convite foi feito às entidades.----------

----- Pergunta-me se a comissão de gestão local já reuniu. Não, a comissão de gestão local não reuniu porque também ainda não tomou posse e porque o acordo que foi apresentado não estaria devidamente elaborado, ou não estaria articulado, digamos, que não serve à Câmara Municipal de Anadia para criar um compromisso perante a Fundação de Desporto ou as outras entidades para a gestão do Velódromo. Nesse sentido, estamos a fazer uma contraproposta, dentro daquilo que entendemos que seja razoável, uma vez que não havendo quaisquer comparticipações diretas do Estado, obviamente tem que ser a Câmara Municipal de Anadia a salvaguardar a nossa posição, uma vez que a gestão financeira caberá à Câmara Municipal. A questão da logística, pareceres disto, pareceres daquilo, porque no fundo é isso que se trata, esta comissão de gestão local acaba por ser um dito conselho consultivo e não propriamente para gerir os recursos do Velódromo. Por tal, temos que nos salvaguardar e salvaguardar a posição da Câmara porque, afinal de contas, é o Município de Anadia que é o dono da obra e, portanto, para qualquer situação que possa ocorrer menos bem, o Município terá que ter garantias e a segurança necessária para que as coisas continuem a funcionar.----------

----- Relativamente ao turismo, quero-lhe dizer que já há cerca de oito anos, ou mais, que os municípios, nomeadamente, a Câmara de Anadia não participa diretamente com um *stand* na BTL. Porquê? Porque isso foi um bom entendimento entre vários municípios, que dado o elevado custo que isso representava para os vários municípios, nomeadamente, para Anadia, porque tem um custo efetivamente elevado e não era rentável, não tinha o tal retorno financeiro como

o Senhor tão bem gosta de reivindicar. E, como tal, de comum acordo, os municípios fizeram-se representar quer no *stand* da própria Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, ou no próprio *stand* do Turismo do Centro de Portugal, o Turismo de Portugal. Este ano também foi disso, foi o exemplo para a Câmara Municipal de Anadia, estivemos presentes através da Rota da Bairrada. E quero-lhe dizer que no primeiro dia, que agora não posso precisar o dia da semana, mas foi a uma quinta feira até que houve a abertura, e como tal, nesse mesmo dia à tarde, houve um brinde com espumante da Bairrada e, portanto, estivemos presentes sim. No dia da CIRA, exatamente, e entre comum acordo uns estariam presentes com brinde, outros estariam presentes com outra coisa e, portanto, foi este convite que foi feito aos vários municípios, dentro das representações que cada um poderia fazer.----------

----- Relativamente ao Senhor Deputado José Carvalho, bem, apresentou um esclarecimento daquilo que seria uma qualquer situação que ficou escrita e registada numa ata. Diz que não foi proposta do PSD, não tenho nada mais a comentar sobre esse assunto.----------

----- O Deputado André, da Escola Secundária. Bem-vindo o esforço de todos os intervenientes seja dos Senhores Deputados Municipais, seja dos Senhores Deputados dos vários partidos também aqui presentes. Por acaso, nós, MIAP, ainda não temos deputados na Assembleia da República, portanto, não temos essa representação. Mas também bem-vindos os esforços que foram feitos, quer pela associação de pais, quer pela associação de estudantes e, portanto, todos os intervenientes são importantes neste processo, no sentido de sensibilizarmos as entidades para a necessidade daquilo que é a conclusão da obra da Escola Secundária porque neste momento nem temos uma secundária nova e temos uma má infraestrutura que todos reconhecem como tal e sem as devidas condições para lecionar e para dar a dignidade necessária aos nossos alunos e aos docentes e a todos os que naquele estabelecimento trabalham e visitam.----------

----- Relativamente à saúde, a portaria oitenta e dois barra dois mil e catorze, que de certa maneira apanhou um bocadinho desprevenida toda a gente, todos os municípios, nomeadamente, Aveiro, e o Centro Hospitalar se calhar não porque saberia o que é que estaria a passar, mas Aveiro em si, município, e como tal a CIRA, pela categorização que efetivamente foi feita e que vem no anexo desta portaria. Eu quero-lhe dizer que quanto a Anadia não sei muito bem onde é que ela se situa, mas penso que é no número oito do artigo segundo dessa mesma portaria, que eu passo a ler, diz: «As instituições do SNS que não constam da lista em anexo à presente portaria», e que não somos nós, são a maioria deste país, «e os estabelecimentos de saúde em regime de Acordo de Cooperação com o SNS, podem ser classificados num dos grupos previsto no número um ou, pelas suas características, ser qualificadas singularmente, mediante despacho do membro do governo responsável pela área da saúde, sob proposta da Administração Central do Sistema de Saúde, IP».----------

----- Portanto todos aqueles que não constam neste anexo, e são muitos, a maioria deste país, devem estar aqui neste número oito do artigo segundo. Portanto, ficaremos a aguardar em que categoria, ou em que classificação o Senhor membro do governo responsável pela área da

saúde assim o definirá, porque esta situação apanhou de surpresa também Aveiro, nomeadamente a CIRA, e também os Senhores Deputados Municipais nomeados para representar Anadia na CIRA ouviram na última Assembleia Intermunicipal em que o Senhor Presidente da CIRA de facto deu a conhecer uma reunião que muito forçada conseguiu obter com o Senhor Ministro da Saúde e aquilo que foi dado a indicação e aquilo que ele transmitiu através, também, de uma nota de imprensa, é que o Senhor Ministro terá referenciado que esta portaria publicada teve como base estudos e trabalhos realizados, comprometendo-se efetivamente a analisar o caso em concreto de Aveiro, que é demasiado grave no fundo comparar o Centro Hospitalar do Baixo Vouga que, pese embora não funcione nas melhores condições, mas acaba por se equiparar a outros centros hospitalares de menor envergadura.----------
----- Como a própria portaria também define, diz na sua publicação «Neste sentido, e refletindo os diversos contributos dos estudos e trabalhos realizados entre dois mil e onze e dois mil e treze, pela Administração Central do Sistema de Saúde, a presente portaria visa classificar as instituições hospitalares e serviços do SNS». O Senhor Ministro tem razão, a portaria foi publicada com base nalguns estudos e nalguns trabalhos, não sei se académicos se não, foram feitos, e portanto há um compromisso por parte do Senhor Ministro da Saúde de rever a situação, se calhar não será só de Aveiro porque outros tantos obviamente se irão manifestar relativamente a esta classificação, que obviamente não é bom para Aveiro, como também não é bom para a região.----------
----- Relativamente ao Deputado Rafael Timóteo, questiona se haveria algum estudo económico das mais-valias dos vários eventos. Há cerca de quatro anos, num dos primeiros Campeonatos Europeus de Ciclismo, para a hotelaria a mais-valia, ou a faturação da realização deste campeonato no nosso concelho, representou cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, e estamos só a falar na questão da faturação em termos de hotelaria. É evidente que a realidade hoje é um bocadinho diferente, portanto existem outras dificuldades, quer para a própria hotelaria, que também por si tem que praticar outros preços, um bocadinho mais baixos. Mas os eventos continuam a surgir e ainda no final deste mês de maio teremos o Campeonato Internacional de Ginástica e no mês de julho o Campeonato Europeu de Pista de Ciclismo. Portanto, é sinal que temos condições no nosso concelho e no nosso Velódromo para acolher a realização destes campeonatos e é porque a hotelaria também oferece as condições adequadas a todos os atletas e a todo o *staff* obviamente que acompanha a realização destes eventos.------
----- Quanto ao Engenheiro Sidónio, os contentores. Foi ainda há pouco tempo adquirido um determinado número de contentores e gradualmente eles vão sendo substituídos. Portanto, provavelmente terá reparado nalgum que ainda não mereceu a devida substituição. É novo? Ah ok. Sim. É que os novos, o mal dos contentores é que por norma as pessoas quando fazem também as suas queimas, ou até das cinzas que sobram da lareira, muitas vezes vão acesas para dentro do contentor e acaba nessa situação. Mesmo os novos não fogem a essa situação que nós não conseguimos efetivamente controlar. Termino Senhor Presidente."----------
----- No seguimento da resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor

Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito rápido, Senhor Presidente. Apenas para responder à Senhora Presidente e também ao meu colega Timóteo, um bocadinho da sua pergunta também resvalava aqui para o lado do PSD. Senhora Presidente, falou aí que eu gosto de reclamar retorno financeiro para a autarquia. Isso não existe. O que eu gosto de reclamar é retorno estratégico para os seus agentes locais de território, que é isso, a Câmara investe e o seu povo fica contente. É isso que estamos a falar, não é a Câmara investe e o povo paga para a Câmara ser ressarcida. É quando falo em retorno, é retorno, é sempre índice de satisfação.----------

----- Depois, relativamente ao turismo. Está tudo muito certo, eu não falei em investimento e esse contexto histórico que a Senhora Presidente deu de há oito anos atrás que se identificou que não é estratégico que esse investimento em *stand* próprio e afins. Concordo, já tínhamos chegado a essa conclusão. Aqui vamos um pouquinho, entre aspas, à boleia de uma região maior e é assim que deve ser. Portanto, falarmos a uma só voz, aquilo que eu digo é que no dia da região esse brinde não foi anunciado, nem no programa oficial, nem depois amplamente na comunicação social. Eu acho que as coisas boas que se vão fazendo neste município e portanto as outras se dão notas à imprensa acho que esta presença na BTL devia ter sido dada nota de imprensa e nota nos diversos mecanismos de comunicação da Câmara. E isso não foi feito, por isso é que eu fiz esta ressalva.----------

----- Relativamente ao estudo e índice de ocupação das unidades hoteleiras do concelho, relativamente ao seu complemento com o índice desportivo, ficámos a saber, pela descrição que a Senhora Presidente, fez que os custos estão todos do lado da Câmara e os proveitos todos do lado da hotelaria. Portanto, eu não tenho dúvidas nenhumas que todos os estudos indicam que cada vez que é anunciado um campeonato no Velódromo Nacional as unidades hoteleiras esfregam as mãos, impecável, casa cheia. Agora, aquilo que se passa é o seguinte. Aquela casa tem custos, e creio que é isso que estamos aqui a falar, e os custos têm que ser pagos e se possível não só às contas do erário público, temos a publicidade, temos outros índices de retorno de investimento para aquela estrutura, eventualmente, se calhar, os hotéis podem ser considerados brevemente parceiros também do projeto e também chegarem-se à frente com algum complemento. Já que ficam contentes com a casa cheia, também, se calhar, podem pagar qualquer coisa. E é só. Obrigado."----------

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Bom, o Senhor Deputado Artur Salvador acabou por esclarecer melhor o seu conceito de retorno financeiro. Acho que agora já mudou um bocadinho e portanto já ficámos mais esclarecidos. Se calhar percebi eu, agora, e toda a gente que aqui está sentada percebeu melhor. Pronto, ainda bem que o Senhor Deputado acabou por esclarecer. Portanto, é assim

mesmo, o retorno financeiro é aquilo que nós podemos investir para que haja retorno para o nosso concelho e, portanto, seja a hotelaria, seja a restauração, seja o comércio, seja a indústria, é isso que nós pretendemos e a função da Câmara é essa mesmo, é investir para que haja retorno para os diversos agentes económicos do nosso concelho.----------

----- Quanto ao brinde, numa próxima edição da BTL vamos anunciar com pompa e circunstância para ver se vamos lá todos brindar e fazemos até umas excursõezinhas à BTL para ir brindar.----------

----- Relativamente à ocupação das unidades de hotelaria, sim, porque não, ficam satisfeitos obviamente, como ficam satisfeitos os da restauração, do comércio, e por aí fora. Portanto, acho que já esclareci e qualquer evento que se promova no nosso concelho obviamente que estará toda a gente satisfeita porque é uma mais-valia para o comércio em geral, ou para os vários agentes económicos do nosso concelho."----------

----- Sem qualquer outro pedido sinalizado para intervir no ponto três do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.----------

----- Antes de passar ao período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar a seguinte informação, que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Antes propriamente de entrar neste período, queria dar nota de uma incompatibilidade que existe entre o edital e os documentos que foram distribuídos, nomeadamente no ponto quatro: onde é citado, na última linha desse ponto, "da construção de um edifício de habitação unifamiliar" é multifamiliar. Foi um erro de informação, mas seguramente que leram os documentos e todos os documentos de suporte referem que é plurifamiliar, portanto, não queria deixar de dar nota desta inconformidade."----------

----- Dada a nota, prontamente, deu início ao período da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um, "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA*".---------

----- Para introduzir o assunto, passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente a este primeiro ponto "apreciação da informação da presidente", todos os Senhores Deputados têm acesso a uma informação que foi prestada, onde são indicadas atividades dentro dos vários setores, indicando-se as mais relevantes. Provavelmente faltará aí uma ou outra, não quer dizer que tenha menor ou maior importância, mas é essa a indicação que é dada. Portanto, atividades que consideramos efetivamente relevantes, sejam elas obras realizadas por administração direta, por empreitada, ou dentro dos vários setores de atividade da Câmara, ou na cultura, ou no desporto, ou na ação social, e na educação, têm a indicação de algumas atividades implementadas, ou em parceira com o nosso município.----------

----- Anexo à informação, também o resumo das receitas e das despesas e, de acordo com a lei, também a apresentação e a informação dos compromissos plurianuais assumidos, tal como é dada a indicação dos vários da relação dos processos judiciais pendentes. Portanto, nesse

sentido, coloco-me à disposição para qualquer questão que os Senhores Deputados entendam por bem apresentar."----------

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Sobre o documento em si pouco há a dizer. Portanto, mantém o alinhamento que já é tradicional, daquilo que mais relevante se faz pelo município. Carece, no entanto, em alguns pontos aqui de alguma substância, como é o caso na referência que a Senhora Presidente faz na sua comunicação do cartão municipal jovem. Portanto, é um projeto bandeira do seu executivo, marca, no fundo, o arranque dos grandes projetos diferenciadores para o ano dois mil e catorze, teve aqui uma defesa aguerrida por si e pelos seus pares e, portanto, urge, nesta altura, não é que tenha passado muito tempo, mas passou algum, saber no fundo como é que está esta situação.----------

----- Falamos da juventude do concelho, falamos do mecanismo que eventualmente tinha como objetivo, tinha e tem, dinamizar um conjunto de situações e no fundo promover para que os nossos jovens se sintam bem cá dentro. Nada é acrescentado além duma singela linha na comunicação da Senhora Presidente e, portanto, neste momento, gostaria, se isso fosse possível, de saber mais especificamente como está a correr este trabalho de implementação e de dinamização do cartão, uma vez que estamos no ano zero deste projeto e que ele até é gratuito. Se tem aderência, se não tem aderência.----------

----- E, depois, passaria aqui para um segundo ponto, que é a parte do retorno e das parcerias estratégicas com benefícios para este cartão. Devo-lhe dizer que sobre isto, e porque tenho estado atento, no fundo, à evolução deste processo, que não me parece que o contacto com as empresas do concelho esteja a correr muito bem. Portanto, ao que me é dado a conhecer, e peço que me desminta ou que complemente a informação, a Senhora Presidente quase que foi às páginas amarelas e despachou para todas as empresas do concelho uma cartinha a solicitar às empresas que indicassem a percentagenzinha que pretendiam dar a este tipo de projeto. Em meu entender, e a confirmar-se, não é bem assim que as coisas correm. O projeto devia ter um rosto e devia ter uma presença pessoal junto destes intencionais parceiros para que eventualmente possam compreender o projeto, possam compreender quem são os jovens que estão do outro lado e como é que pode haver aqui um aproveitamento de ambas as partes para que possam ambas suprir as suas necessidades.----------

----- Relativamente, também, e já que falamos em juventude, permita-me que repesque aqui também um outro ponto que tem sido bandeira nos últimos orçamentos e nos últimos planos dos executivos, e quando se fala em juventude, o gabinete de apoio à juventude. Não sei se está em condições de avançar uma data para a sua implementação, mas mais de meio ano depois de entrada em funções se calhar, porque isso está inscrito, não envolve assim muitas verbas e se calhar era um gabinete que podia fazer toda a diferença neste tipo de situações.

Não sei se já está em vigor, se vai estar brevemente, como é que está.----------
----- Relativamente à comunicação, apenas também uma referência nos processos judiciais que é feita na parte final relativamente ao Velódromo. Portanto, um processo em que a Câmara é ré sobre uma empreitada no Velódromo, prorrogação do prazo, pedido indemnizatório. O que é que isto significa? O que é que está em causa neste processo? Portanto, se pudesse dar alguma informação ficaria grato. Muito obrigado. É só."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Boa tarde, novamente, a todos. Eu quero apenas esclarecer aqui o colega Artur Salvador quanto à concreta questão do despejo em páginas amarelas do formulário acordo/adesão ao Cartão Anadia Jovem aos comerciantes, pelo menos aqui deste, de Anadia. Além da profissão que tenho como advogada, não sei se todos sabem, mas passarão a saber, porque preciso de o dizer no âmbito da minha intervenção, também sou comerciante neste concelho. Tenho uma loja aberta ali em baixo, na Avenida das Laranjeiras, e não faço mais publicidade. E, no âmbito dessa titularidade, tenho presente comigo o formulário acordo/adesão, o preâmbulo do regulamento e um pequeno folheto que umas moças foram lá apresentar a pedido da Câmara Municipal. Portanto, andam a fazer o porta a porta. Foi esta semana.----------
----- De qualquer das maneiras, isto está aberto para os comerciantes verem, analisarem, colocaram-se disponíveis para qualquer esclarecimento, qualquer questão, e, portanto, penso que os prazos ainda estão a decorrer. Nessa medida está tudo salvaguardado. Mas é só para dizer que efetivamente há pessoas a dar a cara por este projeto. Obrigada."----------
----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referenciou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes elementos da mesa, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia e colegas deputados. A minha intervenção é sobre a colocação dos marcos indicativos dos caminhos de santiago que foram colocados ao longo do mês, do presente mês de abril, pela Câmara Municipal, um pouco por todo o concelho. Dada a importância deste tipo de turismo religioso, e dado que o concelho é atravessado por uma das variantes do caminho de santiago, parece-nos bem a colocação deste tipo de sinalização, à semelhança do que ocorre noutras zonas do país.----------
----- No entanto, não podemos deixar de discordar do modo de colocação desses marcos indicativos, concretamente na freguesia de Avelãs de Caminho, pois foram os mesmos colocados exatamente nos mesmos locais onde já se encontravam marcos da junta de freguesia, desde o ano dois mil e doze, e que se encontram em perfeito estado de conservação. No largo do cruzeiro, à entrada de Avelãs de Caminho, na entrada sul, foi colocado um marco a cerca de dois metros do marco colocado pela junta há dois anos. Situação insólita e que até já

foi alvo de sátira nas redes sociais.----------
----- Mais insólito, ainda, é a colocação de um segundo marco junto à Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, ao lado da Estrada Nacional número um, o qual foi colocado a escasso meio metro do outrora instalado pela junta de freguesia, bem como um terceiro marco na Rua dos Combatentes, a caminho, portanto, de São João da Azenha, onde aí a separação entre ambos é uma simples placa de sinalização vertical.----------
----- Não estamos contra a colocação desses marcos em Avelãs de Caminho, até porque os mesmos foram colocados noutras freguesias do concelho. No entanto, parece-nos que seria correto colocá-los noutros locais da freguesia onde não houvesse essa sinalética, inclusivamente com a opinião da junta de freguesia, pois é quem tem a noção dos locais mais frequentados pelos peregrinos. Muito obrigado."----------
----- Dando continuidade ao período de intervenções no âmbito da discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Sara Reis, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito obrigada. A minha intervenção vem no sentido das políticas de saúde para Anadia. E o que nós assistimos hoje é um intenso debate no que concerne a esta temática, a temática da saúde. Cada vez mais é o foco e a mudança de paradigma está numa clara aposta da informação e na prevenção. Ao ler as opções deste executivo vemos que o investimento no setor da saúde é de zero porcento. Como oposição consciente, conseguimos alcançar que parte é justificada pelo facto de, quer o hospital, quer os centros de saúde, não estarem sobre a tutela da Câmara. Mas não seria possível fazer mais?----------
----- Sabemos da existência da feira da saúde, que mostra à população os principais atores da área, mas uma clara aposta em programas de informação e sensibilização seriam uma mais-valia para toda a população de Anadia. Não falamos apenas em *workshops* que, de tão espaçados e com temas tão diversos, tendem a perder a sua essência. Falamos de programas estruturados, com um objetivo final e claro, por exemplo, a introdução nas escolas de programas de saúde oral, saúde alimentar, começando, assim, pelo mais básico.----------
----- Sobretudo pretende-se tentar mudar mentalidades, mudar a visão paternalista que a população em geral tem do sistema de saúde e esta lógica de que cada vez mais só se tem direitos, mudar a eterna confusão entre o que é justiça e o que é caridade. Assim, perguntamos à Senhora Presidente se existe algum tipo de trabalho, projeto, neste sentido e, caso não exista, deixamos o alerta para a sua pertinência. Muito obrigado."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora, como é do geral conhecimento, a ação social tem como principal objetivo satisfazer as necessidades básicas que por variados motivos um indivíduo, ou grupo da população, não consegue satisfazer. Deve ser uma área, na nossa opinião, de primordial importância,

principalmente num concelho como o nosso, que tem carências profundas a vários níveis, com índices de pobreza alarmantes. É de lamentar, na nossa opinião, que a ação social seja executada uma verba tão baixa para as famílias, na casa dos quarenta e um mil euros, e para instituições na casa dos cento e sessenta e um mil euros. O peso desta rúbrica, nas grandes opções, foi de um porcento, num município que com tanta saúde financeira é de estranhar esta distribuição. A minha pergunta é a seguinte, como é que se gasta tanto na Feira do Vinho como em ação social em Anadia? Senhora Presidente, pergunto também, em jeito de complemento, que evolução tem e que conhecimento terá dos números da ação social no concelho. Obrigado."----------

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez boa tarde. Eu vou fazer uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara, não sei se me vai poder responder, ou não. Eu queria saber, daquela taxa que nós pagamos todos os meses no nosso salário, são doze ou treze porcento, eu pago mais um bocadinho, que é solidariedade. Quanto é que disso vem para os cofres da Câmara para depois a Câmara fazer a ação social que o estado não faz e dar-nos a saúde que o estado não nos dá? Muito obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez muito boa tarde a todos. Senhora Presidente, eu gostaria de reforçar aqui uma ideia que já foi aqui colocada, mesmo caindo de novo na ideia de que qualquer coisa fique registado em ata. A ideia é muito simples, foi traçado um perfil, que eu consideraria quase, enfim, quarto mundista, do concelho de Anadia, dado que são drásticos os valores sociais que afetam o nosso concelho. E eu gostaria efetivamente de solicitar, dentro daquilo que o nosso regimento nos permite enquanto deputados, que se a Senhora Presidente não tiver obviamente dados disponíveis neste momento que numa próxima oportunidade nos traga os dados que fazem parte do grupo que a Câmara Municipal trata das questões sociais. Eu penso que é sempre muito fácil mandarmos coisas para o ar, não custa nada, é uma coisa facílima de dizer. Hoje é o drástico, amanhã é dizer que nós somos super dependentes dos dinheiros que vêm do estado, mas também depois não se diz como é que nós podemos ir buscar outros dinheiros. E quando se diz qualquer coisa, esse qualquer coisa é logo repudiado como tendo sido passível de ter sido dito como qualquer coisa.----------

----- E estou a falar, por exemplo, volto atrás, à ata da questão dos serviços municipalizados, da água, dos saneamentos, etc.. Fui exatamente eu que falei sobre esse assunto e fui exatamente eu que disse que na realidade se queríamos ter mais dividendos para a Câmara Municipal, se calhar, era aí que tínhamos que ir buscá-los, mas como daqui a bocadinho vamos discutir as contas, eu penso que teremos uma oportunidade para perceber quais são as tais

grandes linhas de opção, ou, como foi aqui dito hoje em palavras muito bonitas, retorno estratégico como índice de satisfação.----------
----- Mas eu queria, Senhora Presidente, deixar-lhe este repto, que é o repto de que na verdade, na próxima, porque não sei se tem neste momento dados disponíveis para isso, na próxima nos dissesse exatamente quantas são as famílias carenciadas do concelho de Anadia que estão neste momento registadas como famílias carenciadas, quantas é que a Câmara Municipal na realidade apoia e o que é que isso representa nos cerca de trinta mil habitantes que o concelho tem. Muito obrigado."----------
----- Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Espero não me perder, e começo precisamente pelo fim. Eu, de facto, acho que já estava a perder-me também porque eu achava que estava fora do ponto, o ponto é informação da Presidente sobre a atividade da Câmara Municipal de Anadia e a dado momento comecei a perceber que estavam aqui a apontar alguns valores e algumas percentagens e, portanto, entendo obviamente que estas perguntas estão completamente fora da discussão deste ponto.--
----- Não deixarei no entanto de fazer os meus comentários relativamente às intervenções e começo obviamente por esta intervenção do Deputado Luís Santos. Darei conhecimento sim senhor, numa próxima assembleia, de quantas famílias carenciadas existem no concelho de Anadia e de quantas são apoiadas pelo fundo social, sendo certo que também terei que fazer essa recolha junto de outras instituições, porque, obviamente, quando a Câmara apoia determinadas famílias através do fundo social não pode haver sobreposição de outros apoios de outras entidades. Portanto, para somarmos quantas famílias carenciadas no concelho de Anadia temos que perceber aquelas que são apoiadas no âmbito da segurança social, no âmbito da Câmara Municipal de Anadia e através, até de outras instituições de solidariedade social que também praticam no nosso concelho.----------
----- Quero também dizer que relativamente à ação social, e de facto aqui não há o tal retorno estratégico e é difícil ele realmente acontecer, porque uma ação social como nós prestamos não é possível de todo contabilizar em números porque se nós prestamos um apoio social, quer no fundo social, e as candidaturas que são presentes às reuniões do executivo e todas elas têm merecido a aprovação por unanimidade, portanto, todas elas são apreciadas pelo executivo municipal, tal como são as candidaturas no apoio à medicação ou no apoio às tarifas da água. Portanto, quando as pessoas chegam aos serviços da Câmara apresentam a sua candidatura, elas são devidamente instruídas, são informadas e são presentes à reunião do executivo. Agora, não andamos, como é óbvio, a tocar de porta a porta à procura dessas inscrições, são as pessoas, obviamente, que tomando conhecimento dessas mesmas medidas, recorrem aos nossos serviços técnicos.----------
----- E quero dizer, se existe, se há algumas pessoas que por necessidade efetivamente se deslocam aos nossos serviços, e reforço porque eu já disse isto noutras situações, também é

verdade que neste momento existem algumas famílias, ou representantes dessas mesmas famílias, que envergonhadamente também batem à porta do serviço social da Câmara de Anadia para serem apoiados ou encaminhados para outros serviços. É evidente que a ação social não se contabiliza só através destes apoios e destes regulamentos que existem. Temos concedido apoios na ligação da água, temos concedido apoios até na ligação da EDP, e temos conseguido isenções no pagamento da tarifa normal de saneamento, portanto, todas elas são analisadas e são discutidas e têm merecido a aprovação por unanimidade deste executivo municipal, e até diria, dos anteriores executivos, porque sempre houve consenso nestas decisões.----------

----- Portanto, de certa maneira, também acabo já por responder ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo. Não estamos a discutir o orçamento, temos aqui presente a atividade da Câmara Municipal de Anadia, portanto, não vejo qual é o enquadramento do seu ponto, mas uma vez que me colocaram estas perguntas, eu obviamente tive oportunidade de prestar os esclarecimentos e, como digo, a ação social não se contabiliza só em euros.----------

----- À Senhora Deputada Sara Reis, relativamente à saúde, eu quero-lhe dizer que o ministério também ainda não delegou competências no município relativamente à saúde. É verdade que já muito fizemos, e em anteriores executivos do qual eu também fiz parte, em apoiar a construção de algumas unidades de saúde e os próprios centros de saúde que existem no nosso concelho. Agora, em termos de atividade, das atividades da saúde, essa competência ainda não nos foi delegada, o que não quer dizer que nós não sejamos sensíveis a determinadas ações que, obviamente, e de acordo com os nossos recursos financeiros, entendemos por bem, ou apoiar, ou implementá-las. E quando digo apoiar, algumas dessas ações partiram inclusivamente da Câmara, quer de iniciativas do próprio hospital, ou quer iniciativa do próprio centro de saúde de Anadia, e agora mais recentemente da chamada UCC que tem implementado diversas ações no município e, sobretudo, para a parte escolar.----------

----- Portanto, sobre a feira da saúde obviamente é um momento diferente, não estamos na feira da saúde a promover a entidade A ou B, ou o laboratório A ou B, mas, no fundo, darmos a conhecer ao nosso concelho e dar uma oportunidade aos munícipes deste concelho de também poderem fazer os seus rastreios e perceberem que também é importante, muitas vezes não andam assim tão bem de saúde quanto pensam. Ainda no domingo, que houve aqui a iniciativa na praça dos oito aos oitenta, os nosso técnicos do Hospital José Luciano de Castro, que todos os anos costumam estar presentes e este ano mais uma vez, diziam este ano temos gente nova, mas, de facto, estão um bocadinho fora dos padrões normais. Portanto, são tudo iniciativas onde nós temos presente algumas ações no âmbito da saúde.----------

----- Quanto ao Senhor Deputado Ricardo Manão, sinalização dos caminhos de santiago. Ora bem, isto foi um projeto a que a Câmara aderiu, que fez parte de uma candidatura também liderada pela Via Lusitana, que foi quem desenhou o projeto e, portanto, quem definiu o percurso. Aliás, ele está definido, os caminhos de santiago têm um percurso definido, mas definiu os pontos para colocação desses mesmos marcos de sinalização. Nós entregámos a

candidatura para apoio a este projeto, para a aquisição dos ditos marcos no seu modelo, com o seu azulejo, com a sua indicação, respeitando obviamente o projeto e os locais onde tinham sido assinalados esses mesmos marcos.----------

----- No caso em concreto de Avelas de Caminho, eu sei que o Senhor Presidente da Junta fez alguma referência porque os marcos estavam localizados ao lado dos marcos que a Junta de Freguesia já os teria colocado, mas se o projeto dizia que o marco tinha que ser ali, tínhamos que respeitar o projeto, tendo também o Senhor Presidente de Junta conhecimento que efetivamente o marco que a junta lá colocou não está referenciado de acordo com o projeto que foi traçado para a definição dos caminhos de santiago, tal como objeto desta candidatura. Como tal, ficam ao lado um do outro. Reforça, obviamente, o traçado com certeza.----------

----- Relativamente, voltando para a Deputada Jennifer, e relativamente ao cartão jovem, também respondendo ao Deputado Artur Salvador, eu quero dizer que o cartão jovem, a sua implementação começou a partir do dia um de abril, portanto está quase a fazer um mês e efetivamente nós não fomos às páginas amarelas à procura das empresas do concelho. Fizemos um convite formal, por ofício, ao comércio, às indústrias, a todos aqueles que nós temos conhecimento que têm uma porta aberta, até os cabeleireiros, os cafés, os bares, porque não, os ginásios, as farmácias, os centros de saúde, as clínicas, em todas as áreas e a todos os setores de economia do nosso concelho. E, nesse sentido, foi enviada carta e o convite para aderirem e foi-lhes enviado, inclusivamente, o regulamento e um formulário de adesão.---------

----- Dizia a Deputada Jennifer, foi esta semana, porque foi visitada esta semana, mas nós temos no terreno pessoas que estão a fazer esse contacto junto das empresas, a recuar mais do que uma semana, portanto, quase desde o principio do mês de abril, pese embora se tenha colocado no meio o feriado da sexta feira santa, da Páscoa e por aí fora, o vinte e cinco de abril. Mas temos no terreno pessoas que estão a fazer esse contacto personalizado e já personalizado em nome da Câmara Municipal de Anadia, como é obvio, não poderei ir eu, não tenho disponibilidade nem tempo para estar nelas todas, mas gostaria. Também não podem ir os Senhores Vereadores porque obviamente têm outros afazeres e, portanto, há esse contacto personalizado junto dessas empresas para explicar algo mais daquilo que foi escrito no próprio ofício e no convite que foi feito.----------

----- Quero-lhe dizer que o cartão não é aderente, não tem autocolante, portanto, ele não é aderente, mas tem tido uma boa adesão dos nossos jovens que têm vindo aos nossos serviços, quer à Câmara, quer à Biblioteca, solicitar o seu cartão e já temos um número razoável de pedidos. Tal como tem sido surpreendente a adesão do comércio em geral, no fundo, de todas aquelas empresas que querem dar os benefícios e, portanto, são aderentes a este projeto e querem dar o seu contributo a este projeto através dos descontos que querem praticar e que colocam à disposição, nomeadamente dos nossos jovens dos doze aos trinta, sejam eles na saúde, sejam eles em materiais de construção, sejam eles na diversão, enfim, um sem número de setores que efetivamente têm marcado a sua adesão e a sua presença neste projeto.---------

----- E, portanto, com apenas um mês, quero-lhe dizer que o saldo é francamente positivo e

bem hajam todos aqueles que efetivamente entendem este projeto, entendem que é preciso dar um bocadinho do seu contributo para que os nossos jovens efetivamente também contribuam para o desenvolvimento do nosso concelho e também, obviamente, para o desenvolvimento económico do município. Portanto, eu agradeço ao Senhor Deputado Artur Salvador, de facto, se calhar, foi um lapso eu não ter especificado um bocadinho mais sobre o cartão jovem, mas, pelo menos, pelas perguntas que me colocou, deu-me com certeza oportunidade de dar melhores explicações. Muito obrigada.----------

----- Falta-me só uma questão que também colocou. Eu penso que terá confundido o gabinete de apoio à juventude com o conselho municipal da juventude. Não sei se é esta situação que quis colocar, portanto, se calhar, o gabinete de apoio à juventude faria parte do vosso projeto. O nosso era o conselho municipal de juventude. Já respondemos isso há dias, é o conselho municipal de juventude, estamos a trabalhar neste mesmo projeto e, portanto, ele terá o seu tempo de surgir."----------

----- No seguimento da resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e demais pessoas presentes aqui nesta sala. Eu apenas queria dizer à Senhora Presidente que o nosso marco está referenciado, tanto está, que está nos sítios. Quando passam os peregrinos é uma indicação, portanto, é uma referência que lá está. Agora não sei se pela Câmara ter concorrido a um concurso para um projeto para o instalarem não quer dizer que o nosso marco esteja mal colocado, o nosso está lá, é uma referência, está lá.----------

----- Agora eu acho mal, acho mal não, que não tenho nada a achar, não fui eu que os pus, é a Câmara, devia colocar os marcos noutros locais, como, por exemplo, no Largo da Igreja, que os peregrinos chegam ali ao meio do largo e não sabem se vão para a esquerda, se vão para Avelãs de Cima, ou vão para norte. Eles deviam estar colocados, sim senhor, era noutros locais, não era no mesmo sítio onde a freguesia de Avelãs de Caminho já os tinha posto. A não ser que os peregrinos sejam um pouco míopes ou algo, não sei, ou vejam mal e noto ali uma referência dupla, não sei. Acho que estão mal colocados, deviam estar colocados noutros sítios da freguesia onde não havia marcos sinalizados pela Junta de Freguesia, assim é que deviam ser postos. Não sou contra os que lá estão, mas acho mal.----------

----- Também é assim, o Presidente do Caminho Português Lusitano, não me recordo do nome do senhor, já esteve há dois anos, um ano na freguesia de Avelãs de Caminho, e achou que eles estavam muito bem, os marcos. Nós também comunicamos que somos até pioneiros da freguesia em oferecer uma tacinha de espumante ou de vinho bairrada gratuitamente a todos os peregrinos e ele até achou muito bem a ideia, eramos pioneiros nesta fase e, quer dizer, acho que, não sei porque é que os da Câmara estão referenciados e os da Junta não são, sinceramente. Eles estão referenciados porque estão lá no sítio e é aí é que encaminha os

peregrinos. É tudo."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Primeiro, para esclarecer a Senhora Presidente, ela gosta muito de me confundir e de me trocar as voltas, é uma técnica que eu aprecio, mas eu também estou atento, posso às vezes não ter tempo para falar tudo da maneira que gosto porque o tempo aqui é limitado, mas se há coisa que não confundo é conselho municipal da juventude com gabinete de apoio à juventude. E ela fazia, de facto, parte do plano do PSD para governar este município, mas também está inscrita no vosso plano para dois mil e catorze. Eu agora não o tenho aqui, mas eu posso ir lá ler onde é que está nas contas, no plano e no orçamento e a Senhora Presidente tem lá uma alíneazinha que diz, especificamente, gabinete de apoio à juventude. Isto já é uma tendência que acompanha este município ao longo de muitos anos, lá haverá o ano em que será criado um gabinete de apoio à juventude, porque é necessário, porque a juventude é o pilar do futuro deste município e dos outros. Mas preocupa-nos este.----------

----- Relativamente ao cartão jovem, para além de todo o trabalho que ainda agora começou, de facto é como a Senhora Presidente diz, um mês é pouco tempo. Certamente far-se-ão umas coisas bem, outras coisas mal, mas o que interessa é que no futuro, e no decorrer deste ano, este projeto saia vitorioso e ganhe a juventude do concelho de Anadia. Uma coisa é certa, dizer-se que nesta altura o projeto é positivo vale o que vale. Aquilo que eu eventualmente lhe perguntava, nesta altura, é se já podia dizer quantos cartões já foram entregues, quantas parcerias eventualmente já foram formalizadas, porque, no fundo, isso é que nos vai ditar do sucesso do projeto e, eventualmente, também, nós possamos fazer alguma coisa que esteja ao nosso alcance para este projeto, também para irmos avaliando e balizando. É só. Muito obrigado."----------

----- Atentas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente ao Senhor César Andrade, eu já expliquei. Portanto, seguimos um projeto, ele foi definido como tal, portanto, uma dupla referenciação em Avelãs de Caminho, um duplo brinde com espumante ou vinho da bairrada ele será bem-vindo, com certeza.----------

----- Relativamente ao Senhor Deputado Artur, não tenho mais nada a acrescentar. O Senhor consulte, então, o dito plano de ação, ou o orçamento, e fica ao seu critério. Eu sobre essa matéria já respondi."----------

----- Decorrida a resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e sem e sem qualquer outro pedido para intervir no âmbito da discussão do ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e treze,*

*bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de dois mil e treze, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeira das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia*".----------

----- Apresentado o ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Como disse na apresentação deste relatório de contas, em reunião de câmara municipal, na sua maior parte os dados que obtivemos dizem respeito à atuação do anterior executivo e, como tal, poderá fazer-se a leitura daquilo que foi a realização feita obviamente pelo anterior executivo, com uma estratégia política definida no cumprimento daquilo que eram os projetos que tinham a possibilidade de ter a sua comparticipação dos fundos comunitários e, portanto, no sentido de angariar receitas que lhes permitissem efetivamente realizar a despesa dentro de um projeto que tinha delineado, que tinha traçado, e que lhe permitiu efetivamente alcançar uma taxa de execução, e que respeita, obviamente, àquilo que foi efetivamente executado.-----

----- E o executado diz respeito àquilo que foi pago, também, e não aquilo que foi comprometido, porque o que foi comprometido será uma percentagem muito maior. Como tal, foi alcançada a maior taxa de execução dos últimos anos sobre aquilo que foi a despesa realizada com investimentos significativos no que respeita a educação, ao saneamento, ao desporto, à requalificação urbana, ou às acessibilidades.----------

----- Foi referenciado, também, que foi um ano diferente em termos de avaliação dos resultados, porque foi o primeiro ano em que se registou todo o resultado da internalização dos serviços municipalizados na Câmara Municipal e, portanto, que congregou obviamente os recursos humanos, o património, as receitas também, e todos os compromissos também que advinham dos serviços municipalizados. E, como tal, também nestes resultados não existe a comparação de ambos em anos anteriores porque, efetivamente, foi um ano diferente na estratégia que foi prosseguida e, portanto, também nos resultados alcançados. No final conseguimos ainda um *superavit* e o resultado também conseguido através da conta do saldo da conta de gerência transitou para o ano de dois mil e catorze, incluído numa revisão orçamental que no ponto seguinte será sujeita a apreciação e a votação.----------

----- Quero dizer e acrescentar, apenas, também porque foi um dado que recolhi ainda esta semana através da publicação da Direção-geral das Autarquias Locais, que em relação aos resultados alcançados até dezembro de dois mil e treze, Anadia continuou, até trinta e um de dezembro, efetivamente foi o registo, nos primeiros lugares em termos de cumprimento do prazo médio de pagamento registados por município, sendo que a média do total é cerca de noventa e um dias e nós estamos entre os zero e um dias efetivamente em termos de prazo médio de pagamento.----------

----- Portanto, continuamos obviamente já neste ano de dois mil e catorze com o registo e o aumento de uma gestão equilibrada e dentro de menores recursos financeiros, porque também

as receitas são inferiores, quer da administração central, quer dos fundos comunitários que estão na sua reta final. Mas em relação ao ano anterior, que é isso que se trata, portanto, sobre as contas do ano de dois mil e treze, o relatório apresentado e a avaliação feita pelos nossos auditores dão conta mesmo da avaliação positiva face ao resultado alcançado. Desta forma, deixo, obviamente, e até porque todas as declarações já os Senhores Deputados tiveram presentes, as várias declarações de voto dos Vereadores e, portanto, fico à disposição para qualquer outro esclarecimento que entenderem por bem solicitar."----------

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Na discussão deste ponto temos a dizer o seguinte. A prestação de contas efetivamente é um documento muito importante, na medida em que tem destinatários diversos, os munícipes e os respetivos cidadãos, os membros da assembleia, os órgãos da autarquia, as próprias entidades de controlo, instituições bancárias e financeiras, e até a comunicação social em geral. É objetivo principal deste tipo de documentos dar uma imagem fiel do património, da situação financeira da execução do orçamento e do resultado económico-patrimonial da identidade. E, para isso, devem ser asserções de gestão seis variáveis: que é a existência - portanto os bens existem e estão declarados; a efetividade - os saldos correspondem a operações realizadas; a valorimetria – uma questão sempre dúbia; a patrimonialidade – portanto os bens são controlados efetivamente pela própria entidade; a integralidade – não existem operações que não estão registadas; e a apresentação e a divulgação.----------

----- As posições que vão ser aqui tomadas, necessariamente sintéticas, não refletem uma discordância com a vertente técnica dos documentos, mas sim com as opções políticas e o caminho prosseguido. Nesse sentido, é de realçar o resultado líquido efetivo negativo de setecentos e noventa e três mil e novecentos euros, conforme a própria demonstração de resultados. E a avaliar pelas demonstrações financeiras apresentadas, salvo a reserva indicada pelos próprios revisores oficiais de contas, pode-se de facto estar a querer esconder uma perda de património no que se refere às infraestruturas dos SMAS. Já vamos explicar o porquê. Entendendo também que as receitas e portanto a diferença entre a receita e a despesa dos SMAS gerou um saldo positivo de quinhentos e noventa e um mil euros.----------

----- Há, do relatório, alguma descrição relativamente à ausência de fiabilidade, é um facto que gera grandes dúvidas, tal como indicado na certificação legal das contas, e está até como reserva. Aqui efetivamente não se sabe se as infraestruturas dos SMAS integradas no glossário incorpóreo da Câmara Municipal de Anadia, que, como sabem, algumas estão obsoletas e degradadas, estão valorizadas corretamente. Porquê? Estão valorizadas ao preço de aquisição/instalação, já deduzidas amortizações acumuladas, ou a um justo valor de uso delas?-

----- Não vale a pena a gente repetir as inúmeras roturas de água que existem no concelho. Portanto, é bem provável que o valor contabilístico destas infraestruturas esteja claramente

empolado, ou não, o que a verificar-se, gerará ajustamentos negativos nas contas, nomeadamente nas perdas de imparidade em ativos e com consequentes impactos nos resultados do período, portanto, pelo que o resultado líquido poderá ser bem superior aos tais setecentos e noventa e três mil euros.----------

----- Diz lá no documento, também, que pode não advir perdas significativas no património. Pela análise às contas, parece não existir qualquer registo sequer de perdas de imparidade, nem de provisões para riscos de encargos, pelo que, por uma questão de prudência, salvo melhor opinião, deviera ter sido constituída provisão para acautelar perdas deste valor de património. O próprio documento não justifica, que é outra questão muito importante, o por quê, neste relatório, a razão da integração dos SMAS na Câmara. Percebemos, efetivamente, poder ter a ver com a integração dos saldos. Também, efetivamente, a integração de todo o património dos SMAS melhorou muito os fundos próprios do município, inclusivamente na questão dos resultados transitados, o que permitiu também uma melhoria generalizada dos indicadores económico-financeiros.----------

----- A receita total é inferior à despesa total, a despesa de capital é superior à receita de capital. E, portanto, também foram muito importantes o aumento que houve das receitas por parte do maior encaixe do IMI, só para fazer concordância relativamente a este processo. De facto, a poupança corrente indicada ilude e distrai-nos do saldo deficitário entre as receitas e as despesas, no valor de quase três milhões de euros.----------

----- É preciso também fazer referência que este défice apenas é colmatado com o saldo da gerência anterior, no valor de três milhões e meio de euros e, portanto, o saldo inicial da gerência em dois mil e treze era de três milhões e meio de euros e o saldo que transita para a gerência seguinte é de quinhentos e noventa e um mil euros. Portanto, do nosso ponto de vista, denota claramente a política seguida em dois mil e treze, isto é, uma política eleitoralista, de gastos supérfluos e desmesurados, sacrificando drasticamente os meios disponíveis da Câmara, sobretudo, no futuro e no apoio às juntas de freguesia, como podemos ver mais à frente.--------

----- Efetivamente há aqui, também dois valores, nos merecem alguma consideração, que é os custos e perdas extraordinárias no valor de um milhão e setenta e sete mil euros. Na explicação, dizem que foi devido a transferências para as juntas de freguesia, mas, os documentos seguintes, e somando os valores que aparecem das juntas de freguesia para as uniões de freguesia, somam um total de noventa mil oitocentos e setenta e três euros, mais onze mil oitocentos e oitenta e três mil euros. Não sabemos onde é que está um zero a mais ou a menos, não é percetível nos números, portanto, na questão técnica das contas, não é percetível esta diferença.----------

----- E o mesmo se passa relativamente à sete nove oito, outros proveitos e ganhos extraordinários, no valor de quase dois milhões de euros, um milhão oitocentos e noventa e oito mil. Não tem qualquer explicação adicional e, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, as rúbricas com elevado valor de materialidade, como é este o caso, devem ser divulgadas num anexo às contas, situação que não ocorre, não está justificado. Portanto,

também pedimos uma clarificação efetivamente relativamente a este valor. E depois há, efetivamente, a tal disparidade nas contas. Tenho dito."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Castro, também do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Vereadores e colegas deputados. Continuando na apresentação da Senhora Presidente, em que diz que o ano dois mil e treze foi um ano diferente dos outros, na realidade foi. Ao analisarmos as grandes opções do plano verificamos que o valor da execução do ano dois mil e treze das grandes opções do plano foi de dezassete vírgula sete milhões de euros. Portanto, isto equivale a uma taxa de sessenta e quatro vírgula trinta e seis porcento. Mas surge-me aqui algumas dúvidas, isto foi um ano de eleições e há aqui realmente diversas rúbricas que penso que o valor atribuído foi devido a ser um ano de eleições.----------

----- No entanto, na minha intervenção gostaria de pôr o problema numa seguinte função: a indústria e a energia. Analisei esta verba e foi executada uma taxa de trinta e cinco vírgula cinco porcento, isto corresponde a um porcento no global das opções do plano. Ora, eu vejo indústria e energia, Anadia não tem indústrias, fazem os parques, querem fazer zonas industriais, as zonas industriais não existem há só o nome, têm só o nome as zonas industriais. Não há investidores, nós vemos que os nossos investidores anadienses que querem investir vão para os concelhos vizinhos e conhecemos muitos. Vamos a Oliveira do Bairro, vamos à Mealhada e os nossos munícipes de Anadia e os nossos empresários estão todos lá. Anadia não tem uma zona industrial, temos meia dúzia de empresas num lado, duas ou três noutro sítio e não temos uma zona industrial. O que é que isto equivale? Os nossos empresários vão para os outros concelhos, investem nos outros concelhos, criam emprego nos outros concelhos, e nós, Anadia, continuamos envelhecidos, uma povoação envelhecida, os jovens acabam os seus cursos e não têm emprego, saem da sua terra, deixam as famílias, depois custa-me ver isto.----

----- Portanto, ali o colega deputado do MIAP diz que a Feira do Vinho e do dinheiro que se ganha e que se recebe, as receitas e as despesas, mas custa-me ver isso. Custa-me ver isso porque analisei também a Feira do Vinho e da Vinha, que concordo com ela, evidentemente, concordo com ela. Só que não aceito que para a Feira do Vinho e da Vinha sejam gastos trezentos e dois mil euros e na indústria só cento e vinte e sete mil euros. Eu acho que isto não tem cabimento, eu acho que uma Feira do Vinho e da Vinha deve-se fazer, sim senhora. Acho que se deve alterar os moldes em que ela é feita porque nós visitamos as outras feiras que há nos outros concelhos e verificamos que há vários *stands* de outras coisas e nós não, nós limitamo-nos a uns restaurantes, limitamo-nos às juntas de freguesia e não temos mais ninguém. E, portanto, a Feira do Vinho e da Vinha chega-se à triste conclusão que não gera receita suficiente para cobrir as despesas que faz. Ora, claro eu penso que numa terra em que nós precisamos realmente de dar ânimo aos habitantes, a Feira da Vinha e do Vinho está

correta, sim senhora, mas devemos pensar como é que a vamos fazer.----------
----- Quanto ao turismo, tenho também a chamar à atenção a verba, a percentagem que é dada ao turismo, zero porcento. Temos duas termas, pelo menos que eu conheço, as termas da Curia e as termas de Vale da Mó que têm um panorama turístico lindíssimo e cada vez as pessoas as frequentam menos.----------
----- Também quanto ao desporto e lazer, e mais uma vez eu menciono o Velódromo, e tenho conhecimento, pelo menos pelo aquilo que eu vejo, que o Velódromo tem movimento e custa-me a aceitar que o Velódromo também não consiga gerar receitas suficientes para combater os encargos, pelo menos do ano. Acho que o município em que nós vivemos, muito das transferências que vêm da administração central acho que devia pelo menos cobrir, ter receitas suficientes para cobrir as despesas de manutenção. Penso que daqui a uns anos vai surgir com o Velódromo aquilo se fala muitas vezes com o estádio de Aveiro, que vai ter que ser posto à venda porque não há, não têm condições de suportar os custos. E nós, daqui a uns anos, o Velódromo vai precisar de grandes reparações e estou convencida que o município daqui a uns anos não terá meios suficientes para poder pagar estas despesas. E é tudo."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, mais uma vez. Tenho aqui uma certa, tenho aqui umas dúvidas quanto a uma qualificação e, ou muito me engano, ou a hotelaria e o turismo são considerados uma indústria, assim como a vitivinicultura. É que parece que um investimento nessas duas indústrias, que tanto emprego geram no nosso concelho, não é investimento na indústria só porque estão numa rúbrica diferente. É preciso fazer as contas de outra maneira, é preciso realmente o retorno, não é, se calhar, não é aritmética, é um retorno diferente, é um retorno para as pessoas e para a indústria e para o emprego que ela gera. Custa-me um bocado ouvir determinadas afirmações aqui gratuitas. Muito obrigado."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Boa tarde, mais uma vez. A minha intervenção vai ser basicamente sobre duas ou três áreas relativamente à questão das contas do ano dois mil e treze, nomeadamente, relativamente à rede viária, continuou a apostar-se, ao longo do ano dois mil e treze, nesta área gastando-se em pavimento betuminoso, nalguns locais sem necessidade, entendemos nós, dado que o anterior pavimento se encontrava em perfeitas condições, noutros locais onde não existia previamente qualquer infraestrutura de saneamento, ou em locais com estruturas de abastecimento de água deficitárias. Claramente uma política de âmbito eleitoralista, ou não tivesse sido o ano transato um ano de eleições autárquicas, e de visão de curtíssimo prazo. Aqui o executivo municipal gastou cerca de cinco milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de cerca de oitenta e quatro porcento, sendo esta rúbrica a mais elevada, atingindo um peso de

vinte e oito porcento das grandes opções do plano.----------

----- Relativamente ao abastecimento das águas, que apresenta uma execução de aproximadamente dois porcento, na ordem dos quatrocentos e onze mil euros, manifestamente insuficiente, de acordo com o PSD, para a renovação da rede de abastecimento, procurando assim colmatar o problema das inúmeras roturas de água, bem como da renovação das redes com mais de trinta anos e contruídas ainda com tubagens em fibrocimento ou amianto. Não será demais recordar que estes materiais são nocivos para a saúde, nomeadamente na forte probabilidade de gerar problemas gravíssimos ao nível da saúde.----------

----- O tema da juventude mais uma vez foi desprezado pelo executivo. Constata-se que a juventude é obrigada a sair do concelho em busca de oportunidades profissionais, que Anadia não consegue gerar, não existem medidas, dinâmicas, ou projetos para a fixação de jovens no concelho, obrigando-os a deslocar-se e a levarem consigo o seu espírito de empreendedorismo para o enriquecimento de outras regiões do país.----------

----- Passando de seguida para a questão da WRC. Quanto à WRC, de facto, não se explica no relatório praticamente nada sobre a sua atividade, desta entidade participada pela Câmara Municipal de Anadia, apenas faz referência ao volume de transações e ao resultado líquido de dois mil e treze. Quanto às verdadeiras ações desempenhadas, aos seus objetivos e mensuração dos mesmos, nada é dito. De que trata afinal a WRC? Quais são os resultados obtidos pela WRC no apoio à criação de empresas e negócios? Quanto à incubadora de empresas, quantas empresas e negócios estão lá localizados, há quanto tempo, e em que medida estão a corresponder às expectativas? Há registo de empresas lançadas na incubadora e já lançadas no mercado fora da mesma? São estas questões que não estão, de facto, indicadas no relatório e contas de dois mil e treze.----------

----- Relativamente à questão da cultura, já aqui foi indicada uma situação. Queria apenas referir que as ações culturais existentes, que têm sido desenvolvidas no concelho, continuam a pecar por falta de publicitação e informação junto das populações. Muitas vezes somos informados pela imprensa local sobre as ações que se desenvolveram na semana anterior, não havendo uma política de dinamização e de comunicação verdadeiramente ativa. Tomem-se como exemplo, os concelhos de Oliveira do Bairro e de Águeda que conseguem fazer chegar à população de Anadia a informação das ações culturais, captando-a para os seus eventos.--------

----- E, por fim, uma nota final para o endividamento bancário total da Câmara de Anadia, que à data de trinta e um de dezembro era na ordem dos oito milhões e duzentos mil euros, dos quais sete milhões e trezentos e setenta e quatro médio e longo prazo e os restantes oitocentos e trinta e quatro de curto prazo. Não estamos contra o endividamento, desde que o mesmo seja bem aplicado, sobretudo em infraestruturas que gerem retorno no futuro. Em dois mil e treze o endividamento representou cerca de quarenta e sete porcento do total executado das grandes opções do plano, facto que não tem impedido a perda de população na última década, bem como o aumento desmensurado do desemprego e o fecho de imensas empresas. Quantos de nós não têm no seio da família, ou no seu círculo de amigos pessoas em situação de

desemprego, nalguns casos, de longa duração. Muito obrigado."----------
----- Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora boa tarde. O que eu tinha para dizer já foi quase tudo dito, portanto muito pouco mais. Dizer só que, à semelhança do que já foi transmitido também, efetivamente o valor executado em GOP no que se refere a rede viária, que se calhar é o que se vê mais, supera quase, tem uma taxa de execução muito acima da média de todos os outros, de todas as outras rúbricas.----------
----- Por outro lado, isto não deixa de ser para a visão, e esta é a visão da Câmara da altura, mas para a visão do CDS, uma política um bocado curta para o município, uma vez que em termos de qualidade de vida os valores, quer atribuídos, quer executados em GOP, são relativamente baixos.----------
----- Além de tudo isto, nós assistimos, durante quatro anos, mas vá dois mil e dez, dois mil e onze e dois mil e doze, tivemos orçamentos com execução abaixo, ou ali no limite dos cinquenta porcento, e depois, de repente, aparece um orçamento com setenta e dois porcento. É claramente um orçamento de campanha eleitoral, eu percebo perfeitamente, mas não posso votar favoravelmente porque é o orçamento que sai fora da média dos orçamentos dos anos anteriores. Muito obrigado."----------
----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, novamente. Sobre os documentos de prestação das contas de dois mil e treze, gostaríamos de fazer aqui duas notas prévias, que também já foram aqui salientadas. A primeira, é que em termos formais do documento, há a situação de dois mil e treze os SMAS estarem integrados nas contas da Câmara e esta situação não ocorreu em dois mil e doze, mas de agora em diante já teremos comparação.----------
----- Em termos políticos, também já aqui foi dito, estas contas refletem um ano, sendo que em cerca de nove, dez meses, desses doze, o executivo e a configuração política eram distintos.----
----- Passando às contas em si, e à semelhança dos outros anos, queremos destacar a qualidade do documento, pois houve o cuidado, para além do enquadramento legal, expor as várias atividades relacionadas com a educação, com a cultura, turismo, ação social, desporto, entre outras, e de ano para ano nota-se uma melhoria contínua na forma como é prestado, na forma como são prestadas as contas, e registamos isso como positivo.----------
----- As contas evidenciam uma solidez e uma situação financeira que achamos que permitem encarar o futuro sem grandes sobressaltos e concentrar esforços deste novo executivo e desta nova configuração política nos cidadãos de Anadia.----------
----- O ponto que também já aqui foi amplamente falado, e que nos merece maior destaque, é, de facto, a elevada execução que estas contas evidenciam. O Partido Socialista integra a

coligação MIAP-PS, que se estende do executivo até à Assembleia Municipal. Encaramos esta coligação com muita responsabilidade, com muito empenho e com muita solidariedade. É nosso entendimento, que estas contas marcam, pois, um momento de transição e, nesse sentido, votamos favoravelmente. Obrigado."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta da presença na sala do Senhor Deputado António Alves, desde as dezasseis horas e vinte e quatro minutos, a quem, desde logo, deu as boas vindas.----------

----- Prontamente, passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "É normal que os Senhores Deputados que não estiveram presentes no anterior executivo obviamente farão o seu julgamento, dirão que é mais uma análise mais prática, mas tiveram o cuidado de fazer alguma avaliação técnica sobre as mesmas, como, de resto, o Senhor Deputado José Carvalho também referenciou. E também é normal que os Senhores venham dizer que discordam das opções políticas, nem outra coisa seria de esperar, porque, obviamente, o vosso projeto seria diferente, com certeza, ou seria o mesmo. Mas, neste momento, estarão obviamente em oposição e, como tal, também discordam das políticas seguidas, pese embora eu acho que, no fundo, vocês todos reconhecem os grandes investimentos e as grandes infraestruturas que foram feitas ao longo destes anos e que foram concluídas, algumas delas, no ano passado e, algumas delas, que transitaram ainda para este ano de alguns investimentos, sejam eles a educação, sejam eles do saneamento e que sem os recursos aos fundos comunitários obviamente nunca o município de Anadia seria capaz de realizar.----------

----- Como também não é certo aquilo que foi dito pela Senhora Deputada Graciete, que efetivamente as receitas da administração central cobrem efetivamente os encargos. As receitas da administração central pouco mais cobrem que os encargos do próprio município, no que toca ao pessoal, e no que toca às despesas correntes e, portanto, nunca o município conseguiria executar fosse qual obra fosse, sem efetivamente o recurso aos fundos comunitários.----------

----- E, portanto, essa foi a grande aposta do executivo, foi uma mais-valia para o município, e quando se é referenciado que o endividamento representa qualquer coisa como quarenta e tal porcento, aquilo que os Senhores Deputados obviamente estão-se a referir é a todo o endividamento, portanto, que a trinta e um de dezembro de dois mil e treze representava oito milhões duzentos e nove, que desde noventa e oito que vêm esses empréstimos, portanto, obviamente representam apenas oito milhões duzentos e nove e, portanto, é só fazer esta percentagem em relação a tudo, os investimentos que efetivamente foram feitos ao longo dos anos e nomeadamente até basta só fazê-lo em relação ao ano passado, sendo que os empréstimos mais recentes remontam a dois mil e onze/dois mil e doze, portanto, no que toca ao anterior executivo, são apenas cerca de dois milhões e oitocentos mil, mais ou menos, em números redondos. Portanto, dois milhões e oitocentos mil em termos de empréstimos e que foram realizados para conseguir realizar grandes investimentos é apenas uma insignificância em

termos das realizações que conseguimos fazer.----------

----- Relativamente a algumas reservas que foram feitas pelos nossos auditores, elas têm a ver efetivamente com a internalização dos serviços municipalizados, e com o seu património, e porque antigamente não existia cadastro, e não existe ainda cadastro, de redes antigas, nomeadamente da parte da rede de águas. E, portanto, existe alguma dificuldade, pese embora esse estudo está já a ser feito, até porque tem que ser apresentado perante outras entidades da avaliação dessas grandes redes de abastecimento de água, que hoje algumas delas têm trinta e quarenta anos, quer nas redes de abastecimento, e quer, até, nos seus reservatórios que estão, aqueles que estão elevados, até são mais visíveis e, portanto, mais fáceis de contabilizar. Mas é essa dificuldade e, nesse sentido, a reserva dos Senhores auditores, que até simpaticamente o quiseram referir, por cautela, porque obviamente se a avaliação estivesse totalmente espelhada os números seriam, por certo, completamente diferentes.----------

----- Quero aqui, também, dizer que relativamente ao valor que foi aqui indicado, portanto, registando um valor negativo, e isso também o disse na declaração de voto, obviamente que existe uma diferença entre os custos e perdas extraordinárias e os proveitos e ganhos extraordinários. E quero dizer que no que toca à atribuição de transferências para as juntas de freguesia no próprio documento, e até basta ir às grandes opções do plano para fazer uma leitura, não total, mas em termos de investimento, do que representou as transferências do município para as freguesias, portanto, numa situação de trezentos e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro euros e noutra de oitenta e cinco mil duzentos e cinco, portanto, cerca de quatro mil euros oitocentos e cinte e nove só de transferências para as juntas de freguesia e, portanto, no que toca àquilo que está espelhado nas grandes opções do plano.----------

----- Foi uma possibilidade grande, foi um grande contributo para as juntas de freguesia, que tiveram, no anterior executivo, a possibilidade de ver duplicado o seu valor de FEF, face ao valor que a administração central atribui às juntas de freguesia, situação esta, que como os Senhores mais à frente irão avaliar, não existe esta disponibilidade financeira durante o ano dois mil e catorze e, portanto, daí será espelhado nos acórdãos de execução que virão mais à frente.----------

----- Portanto, foi efetivamente um ano diferente, um ano que foi dada a possibilidade às próprias Juntas de Freguesia de terem a oportunidade de desenvolverem alguns dos seus projetos, alguns deles em parceria com a própria Câmara e, portanto, a própria Câmara Municipal, depois de todas as realizações que foram feitas, e curiosamente uma das preocupações de muitos dos Senhores e que foram até lançadas em período eleitoral, é que face a um orçamento tão elevado dificilmente iríamos conseguir uma taxa de execução tão alta. Se calhar é isso que hoje incomoda, que, efetivamente, perante um orçamento tão elevado, conseguimos uma elevada taxa de execução e, portanto, que só demonstra a nossa capacidade de realização, de execução, e que foi paga.----------

----- Claro que quando se faz a leitura dos números, e alguns dos Senhores mais entendidos na matéria farão alguma engenharia financeira no sentido de tirar-se o saldo da gerência para

dizer que se gastou mais do que o que se devia, noutras situações soma-se o saldo da gerência porque, senão, não eram capazes de assumir os vossos compromissos. O saldo da gerência basicamente deve-se às comparticipações que são conseguidas dos fundos comunitários e que são entregues ao município no final do ano. Se houver possibilidade de gastar, obviamente que eles transitam para o ano seguinte, sendo certo que todas essas transferências que chegam ao Município de Anadia correspondem a despesa que já foi realizada pelo Município de Anadia, que já foi paga, foi apresentada, e que é devolvida aos cofres do Município de Anadia e que, no fundo, é esse saldo, essa almofada, que permite, numa outra fase seguinte, cobrir os restantes investimentos que faltam ainda fazer, ou que faltam ainda pagar, seja no Centro Escolar de Avelãs de Cima, seja do Centro Escolar de Sangalhos, por exemplo, no caso em concreto e para este ano dois mil e catorze.----------

----- Portanto, são leituras que cada um faz à sua maneira. É normal que os Senhores Deputados façam as suas críticas em termos de investimento. Relativamente à Feira da Vinha e do Vinho, obviamente que são opções, cada um faz da maneira que entende. A nossa preocupação é promover obviamente a vinha e o vinho, e também o espumante, e, nesse sentido, damos uma prioridade à nossa restauração, aos nossos viticultores, mas o nosso desejo, obviamente, é que os nossos comerciantes, os nossos industriais, ou os diversos setores do município, ou de fora do nosso município, possam aderir a este evento que vem marcando o programa cultural do Município de Anadia.----------

----- Portanto, nesse sentido dizer que em termos culturais obviamente que o dito retorno financeiro é sempre aquilo que eu venho dizendo, o retorno financeiro não existe, não é contabilizado em euros, mas é contabilizado obviamente pela adesão das pessoas, pela participação e pelo contributo nas diferentes atividades, sejam elas culturais ou desportivas, que são realizadas e pela sua participação, até no próprio velódromo, onde a maioria dos eventos, ou quase todos, na sua totalidade são gratuitos e têm a oportunidade efetivamente de assistir à realização de algumas atividades e poder presenciar algumas modalidades que de outra forma não teríamos obviamente oportunidade, onde infelizmente os nossos munícipes ainda marcam uma presença um bocadinho deficitária, ao contrário de todos aqueles que vêm atrás dos muitos atletas e que ficam obviamente deslumbrados e que ficam com vontade de voltar e de regressar.----------

----- Quando fala que as zonas industriais não existem, as zonas industriais existem, não só implantadas, porque não consideramos apenas zonas industriais aquilo que são as nossas zonas industriais de património municipal, mas existem outras indústrias também no conceito exato de indústria no nosso concelho e que têm a sua presença marcante e que empregam muita gente, efetivamente, e que vale a pena visitá-las e perceber quais são as suas dificuldades e qual o seu contributo para o Município de Anadia. Portanto é uma aposta que vamos continuar a fazer, sem dúvida. Os tempos não correm da melhor maneira, se dizem que os empresários vão para fora, também é verdade que temos muitos empresários que vêm de outros concelhos para o nosso concelho. E isso eu própria posso testemunhar. E, portanto, encontram também no

Município de Anadia a sua capacidade de realização e de investimento. Fico-me por aqui para já."----------

----- Depois da resposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde a todos, mais uma vez. Eu iria tentar não me alongar muito, mas gostaria de dizer algumas coisas, embora sempre, e gostaria muito que isto fosse, enfim, bastante marcado na consciência de todos nós, sempre com uma máxima muito antiga que eu aprendi nesta casa, de que cada um de nós é capaz de ler os números conforme lhes dão mais jeito, ou conforme os resultados que nós queremos alcançar.----------

----- Contudo, e depois de ouvir todas as bancadas, eu não deixaria de tecer aqui algumas considerações que me parecem muito importantes. Dá-me a sensação de que o facto de ter havido em dois mil e treze uma execução orçamental superior ao que era normal não é uma coisa de aplaudir, nós ficaríamos bem era se fossemos sempre medíocres e cumpríssemos sempre menos do que aquilo a que nos tínhamos proposto. Fico satisfeito que haja quem pense assim, porque quem pensa assim é uma oposição que está fartinha de brincar aqui com os números hoje, mas ainda não foi capaz de apresentar uma medida capaz, contraditória e eficaz àquilo que foi feito.----------

----- Na verdade, ser oposição não é difícil. A gente vai dizendo que teria outras posições políticas, que outras seriam as nossas opções, mas, efetivamente, nunca diz qual é porque a reserva política a essas opções são efetivamente muito importantes.----------

----- Eu volto a dizer que os números são o que são. O Instituto Nacional de Estatística só para uma coisa que me anda sempre a fazer umas cócegas muito grandes, faz no seu documento oficial uma comparação dos censos de dois mil e um e os censos de dois mil e onze e há muita gente que pega nestes números para dizer que o concelho de Anadia está a desaparecer, que o concelho de Anadia não tem futuro. Efetivamente o concelho de Anadia perdeu mil e quinhentas pessoas em dez anos, mas, em contrapartida, ganhou qualquer coisa como seiscentas famílias. É o censos que o diz. O que provavelmente, se calhar, perdeu foi crianças, mas isso, se calhar, não é política da Câmara Municipal, a não ser que a Câmara Municipal também enverede, Senhora Presidente, por dar quinhentos euros por cada criança que nasça aqui e, então, nós chegamos ao final do ano e em vez de termos dez crianças temos catorze, que é aquilo que acontece noutros concelhos.----------

----- Desculpe ter brincado com esta questão. Por exemplo, nós não fazemos nada neste concelho, mas em relação a alojamentos em dois mil e um havia treze mil quinhentos e quinze, em dois mil e onze há quinze mil e trinta e um, ou seja, os alojamentos subiram mil e quinhentos e no que diz respeito a edifícios eram efetivamente onze mil setecentos e cinquenta em dois mil e um e são quase treze mil em dois mil e onze. Não estou a falar de números nossos, não foi a Câmara Municipal que os fabricou com nenhuma engenharia, são os números

nacionais e se eles estão viciados, se eles estiverem para o concelho de Anadia, também estarão para outros.----------

----- E, já agora, se eu percorresse aqui o distrito de Aveiro, ficaríamos todos interessados, ou ficaríamos todos entusiasmados, peço desculpa, que no meio destes concelhos todos há apenas um ou dois que conseguiram na verdade ter mais população em dois mil e onze do que o que tinham em dois mil e um. Portanto, o concelho de Anadia segue exatamente aquilo que os outros concelhos seguem e, se calhar, segue-o, não porque efetivamente as suas políticas nos últimos anos foram políticas mal implementadas, mas porque, se calhar, não foram devidamente complementadas por quem de direito, ou superiormente o devia fazer.----------

----- Senhora Presidente, como deve estar à espera, o grupo do MIAP vai votar favoravelmente estas contas, mas vai votá-las, não porque somos seus amigos, ou porque fomos amigos e continuamos a ser do Senhor Prof. Litério, que é quem fez a execução orçamental praticamente toda de dois mil e treze, fazemo-lo porque, afinal, nós já aprendemos hoje mais uma coisa, afinal não foi por acaso que nós fomos eleitos e tivemos a maioria, afinal não foi um acaso, foi um estratagema político que efetivamente nos levou por pôr mais alcatrão aqui, mais alcatrão acolá, enfim, fazer obra para que as pessoas votassem em nós.----------

----- Não sei qual é que o partido político que não faz isso nem sei qual é a pessoa que se candidata a um cargo que não tenta de certo modo aliciar aqueles que têm que votar neles. Porque é que votamos? Independentemente dos números que foram falados, nós votamos favoravelmente por duas ou três razões. Primeira, Anadia continua a ser do espectro dos concelhos nacionais, dos concelhos que mais rapidamente paga. Portanto, para o poder fazer, tem que ter dinheiro em tesouraria, portanto, temos que concluir que pelo menos nesta parte a Câmara está de saúde.----------

----- Depois, terminamos o exercício de dois mil e treze com saldo positivo. Eu estive a observar algumas das situações que foram aqui ditas hoje e tenho imensa pena, mas aquilo que está na lei é que os saldos no final do ano, tal como vai acontecer hoje, são transitados para o exercício seguinte, não há aqui nenhuma engenharia financeira. É uma coisa decorrente da lei, portanto, se é decorrente da lei a Câmara Municipal tem todo o direito de utilizar esses mesmos valores.--

----- E queria efetivamente terminar, dizendo o seguinte. Eu também ouvi e li em vários sítios que havia muita gente preocupada com as tantas obras que se faziam porque na realidade ia-se deixar um buraco financeiro que ninguém ia ser capaz de tapar, ou que os outros haveriam de pagar. Interessante, porque já aqui tínhamos ouvido a mesma referência quatro anos antes, pelas mesmas pessoas, quando elas, na realidade, também tiveram que por razões democráticas e de eleição não estar presentes no mandato seguinte. Portanto, nós estamos perfeitamente à vontade, Senhora Presidente, vamos votar favoravelmente as contas que Vossa Excelência apresenta, embora tenhamos consciência que grande parte delas não dizem diretamente, ou exclusivamente, respeito ao seu trabalho, dizem respeito ao trabalho do homem que está aí ao seu lado e que tantas vezes é baixado, como se efetivamente… Eu costumo dizer que quando nós não somos capazes de atacar a obra, atacamos os homens, é

mais fácil, destruímos de qualquer maneira.----------
----- Portanto, vamos votar favoravelmente porque, na realidade, temos consciência, como sempre o dissemos aqui, que estávamos perante um executivo que nos era capaz de apresentar umas contas sólidas, umas contas efetivamente com futuro, umas contas contrariamente a muitas outras Câmaras deste país que estão endividadas até ao tutano e que ninguém sabe como é que elas vão pagar. Se calhar, vão continuar a pagar com aquelas que têm saldos positivos, que vão continuando a dar para lá o seu dinheiro. Não temos nenhuma situação dessas e, portanto, não tendo, temos muito orgulho de pertencer a esta Câmara que quando se fala efetivamente de pagar, ou de obra feita, está sempre nos primeiros patamares.----------
----- Portanto, queremos dizer isto com toda a clareza, independentemente daquilo que se possa fazer com os números, ou daquilo que as pessoas entendam que na realidade podem retirar dos números.----------
----- Já agora, só uma última questão, Senhora Presidente. Embora você tenha falado nisso há bocadinho, permita-me uma coisa. A Feira que em Anadia se faz é uma Feira do vinho e da vinha, não é uma feira industrial do concelho de Anadia, portanto, na minha humilde opinião, e peço desculpa se estou enganado, há outras áreas que na realidade não fazem sentido nesta feira, na minha opinião, a não ser que nós mudemos o sentido da feira e o tornemos mais lato, ou o tornemos diferente. A feira foi criada, estava eu nesta assembleia, foi criada para promover o vinho e a vinha no nosso concelho. Muito obrigado."----------
----- No seguimento da declaração do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. É sempre bom a gente aprender que na realidade há incómodos. A nós não nos incomoda nada o trabalho que foi feito. Vamos ser honestos. Nem fomos nós que chamamos medíocres a ninguém, os resultados são claros. Nos últimos anos, portanto de três dos quatro anos, a execução orçamental variou entre os quarenta e os quarenta e cinco porcento, no último ano setenta porcento. Nós batemos palmas, aumentou trinta porcento, não esqueçamos, vamos brincar com os números, ficou trinta porcento abaixo. Eu e o Senhor Deputado Luís Santos, nós podemos ir os dois almoçar, pedimos uma pizza familiar para os dois, ele comeu-a toda. Em média, cada um de nós os dois comeu meia pizza, mas eu continuo com fome. É muito claro ler os números. Vamos brincar com números, então vamos brincar com números, a sério.----------
----- Não nos compete a nós trazer as ações. Foi dito aqui várias vezes "nós é que governamos, nós é que ganhamos". Então, governem, façam-no. Não temos medo. A nós não nos incomoda absolutamente nada. Não fomos nós que chamamos medíocres a ninguém. E, já agora, permita-me que diga eu gostava muito que realmente as freguesias tivessem as transferências este ano que tiveram o ano passado, porque é que não as têm? Vamos ser honestos, vamos trabalhar, vamos governar a sério, vamos atrás dos nossos territórios, vamos lá, vamos

procurar as razões pelas quais isso não acontece.----------
----- Nós percebemos também, nós sabemos porquê. Nós sabemos admitir as coisas, não nos incomoda absolutamente nada. Mais, antes das eleições, é público, é sabido, a visita por parte de quem de direito a associações, a instituições, e levava um cheque. Eu já estive presente e se estiver a mentir diga-me. Conforme o Senhor Deputado diz, em locais este ano depois das eleições em que a grande responsável deste município disse-o e bem, permita que o diga "nós não podemos neste momento fazê-lo, a boa verdade não podemos fazê-lo". Eu estava lá e quem de direito também lá estava. O que dizer, então, agora?----------
----- Vamos ser pragmáticos neste tipo de situações e instituições que estão efetivamente a precisar deste apoio. Não há. Vamos ser honestos. Mais, nós, por princípio, e até hoje desculpe-me atacar quando não atacamos as obras, atacamos os homens. Para já, que eu me lembre, e enquanto líder deste grupo de pessoas estou aqui com muito orgulho, para já ainda não o fizemos. E fico-me por aqui."----------
----- Dando continuidade às intervenções dos Senhores Deputados no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Crasto, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:-
----- "Queria só dar a resposta à Senhora Presidente por causa de quando falei no Velódromo e do município estar dependente do dinheiro que vem da administração central. Eu apenas quis manifestar a minha preocupação que, sendo um equipamento tão caro, a Câmara daqui a uns anos não tenha capacidade, não tenha receitas próprias correntes para poder pagar uma manutenção. Não foi uma questão de utilizar, ou não, o dinheiro da administração central. É a minha preocupação de daqui a uns anos o equipamento precise de uma grande reparação e a Câmara não conseguir gerar receitas suficientes para cobrir esses compromissos.----------
----- Em relação à Feira do Vinho e da Vinha, apenas dei a minha opinião. Gostava, realmente, que a Feira do Vinho e da Vinha mudasse um bocadinho, até porque é a única altura do ano em que Anadia tem gente. Anadia só tem movimento nessa altura do ano, a partir daí não vemos nenhum anadiense na rua. E sabem perfeitamente que é verdade.----------
----- Hoje não falei no *Domus* Café porque já achava que não devia falar, mas é uma coisa que todos os dias se comenta e as pessoas vêm ter comigo, o que é isto? Um investimento desta envergadura está aqui parado quase há dois anos e não funciona e é de lamentar. E uma pessoa vai a outros concelhos, eu felizmente tenho a possibilidade de viajar, eu vou a um concelho qualquer, eu sento-me num café, Anadia não tem, não tem nada para os anadienses e eu lamento por isso só, apenas isso, mais nada."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados, comunicação social, público presente. É muito rápido e peço desculpa aqui ao meu chefe de bancada por estar a falar depois dele. Mas,

temos assistido aqui, hoje, várias pessoas a intervir como se, eu peço desculpa, para mim é uma mentalidade mesquinha, que é contabilizar a cultura em dinheiro, e tudo o que se fala, faz-se um projeto qualquer cultural e estamos a ver quanto é que isto deu de lucro. Como se a cultura fosse possível de converter em euros, como diz a Senhora Presidente, e muito bem. Mas, continuamos nisto, é o retorno dessas coisas e não dá, portanto, de facto, não dá.----------
----- É que nós se formos para o campo desportivo a situação é a mesma. Se nós pensarmos que a infraestrutura Velódromo tem que gerar fundos próprios para se manter e não for a Câmara a assumir uma parte disso, o que é que vai acontecer, amanhã teremos lá três ou quatro clubes de futebol, porque são os únicos que dão lucro, a utilizar. Não há ginástica, não há ciclismo, não há halterofilismo, não há saltos, não há nada, porque esses desportos não têm o retorno financeiro neste país que os sustente. Então, para isso, não haverá nada.----------
----- Bem, isto era só uma coisa que eu tinha que dizer. E queria fazer uma pergunta só à Senhora Presidente. Aqui foi dito, ainda agora, que não vai haver as transferências para as Juntas, estamos a adiantarmo-nos naquele último ponto. Eu só perguntava, Senhora Presidente, foi a Senhora que fez a lei setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro? Se foi, então eu repito a pergunta, foi a Senhora Presidente que fez a lei setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro? Penso que não foi. As leis vêm de outro sítio. Muito obrigado."-----
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Simplesmente queria voltar a pôr as questões da WRC que não foram respondidas, nenhuma delas. Posso voltar a repetir, se for o caso, e a questão relativamente à área cultural e à dinamização das ações culturais que são pouco divulgadas. Obrigado."----------
----- Exposta a questão por parte do Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que apresentou a declaração que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde a todos. Isto não é uma declaração de voto, mas é uma declaração de apoio a este executivo. E penso que estas contas, acima de tudo, deixam claro que são contas de um executivo que apanhou a pasta de quem estava antes. Quem estava antes fez, quem vem agora vai fazer. Vai fazer e vai pagar, tem dinheiro para pagar, não precisa de aumentar o IMI, nem a água, nem o preço das diferentes receitas da Câmara para conseguir pagar aquilo que se propõe. E era só isto que eu queria dizer.----------
----- As contas não precisam de grandes comentários, está exposto que a execução foi maior. Eu vi aqui, nestes últimos oito anos, críticas de todas as bancadas porque a execução era baixa, porque não se fazia, porque tínhamos uma ambição desmesurada face àquilo que era possível fazer. Depois, é um ano de eleições, se calhar para além de um ano de eleições, foi um ano em que pagaram à Camara coisas que já deviam há muito tempo e então há dinheiro para fazer, uma vez que há transferências de dinheiros que deviam ter sido pagos há anos e anos atrás.

Portanto, está de parabéns o anterior executivo, o novo executivo, vamos continuar a fazer, vamos continuar a pagar e, de preferência, se for possível, não nos aumentem o IMI, nem a água, nem as outras coisas. Muito obrigado."----------

----- No seguimento da declaração do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que apresentou uma breve declaração, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez boa tarde. Era só para fazer uma justificação de voto, mas eu faço por escrito, penso que é o suficiente. Obrigado."----------

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu queria só esclarecer ali, eu não chamei, eu não disse que ninguém nesta sala tinha utilizado a palavra medíocre. Eu é que falei disso. Eu é que perguntei se na realidade era preferível continuarmos a ter essas questões. Eu sei que Vossa Excelência não esteve nos últimos quatro anos nesta Assembleia, mas, se calhar, não seria despropositado perceber porque é que na realidade aqueles que foram os orçamentos dos anos anteriores ao do ano passado tiveram a execução orçamental que tiveram. E isto apenas e só porque, e pegando naquilo que o meu colega Timóteo já referenciou, é preciso ter consciência de que muitas das verbas que o estado central foi prometendo nunca as entregou e muitas das obras que foram feitas e pagas neste concelho, o foram, sem essas participações.----------

----- Portanto, queria que ficasse isto bem claro. Eu não disse que Vossas Excelências tinham dito, ou utilizado, a palavra medíocre. Quem utilizou fui eu e na realidade está registado em ata, as justificações relativamente às questões que nós referenciámos de execução orçamental, ou porque é que não existiu essa execução orçamental. Quanto à outra questão que eu referenciei, terei muito gosto em conversar com Vossa Excelência e mostrar-lhe provas daquilo que eu efetivamente referi. Muito obrigado."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para apresentar o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "É muito rápido, Senhor Presidente. Agradeço. É só um esclarecimento. Eu apesar de não ter estado cá como membro da Assembleia, e apesar de ainda nem sequer ser residente aqui no concelho de Anadia, tenho tido muita preocupação com o concelho de Anadia. E, tanto é, que já faço parte do segundo mandato numa freguesia e já tenho algum trabalho publicado sobre o concelho de Anadia desde o ano dois mil e três. E fico-me só por aqui. Muito obrigado."----------

----- Atentas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que apresentou a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Graciete, eu queria-lhe dizer, e registo

a vossa grande preocupação sobre o Velódromo, como também é nossa, que para além de toda a atividade que se vem desenvolvendo, e que queremos reforçar, também é nossa prioridade reduzir alguns encargos daquela mesma infraestrutura. E é a experiência e o dia-a-dia, também de uma obra que é ímpar, que nos vem dizendo que é preciso também reduzir aqui e ali e, portanto, tentar perceber onde é que podemos reduzir esses encargos para que as receitas também venham a ser mais, possam cobrir efetivamente aquilo que é a despesa naquela infraestrutura.----------

----- Mas também quero-lhe dizer que o Velódromo surgiu obviamente de uma ideia apoiada pelo governo então do Partido Socialista, que aprovou, no fundo, incentivou a Câmara para lançar aquela obra a concurso. Foi através deles que nós conseguimos entrar numa linha de financiamento e comparticipação dos fundos comunitários para que a mesma viesse a ser realizada. Também é verdade que foi o governo que estabeleceu qual a percentagem a apoiar relativamente àquela obra, pese embora já tivesse sido neste governo PSD que esse montante que o governo estabeleceu tenha sido pago.----------

----- Mas também lhe quero dizer, isto relativamente ao encargo também do próprio governo e daquilo que seria a colmatar a percentagem atribuída pelos fundos comunitários. Mas também lhe quero dizer que também toda esta obra surgiu com o grande apoio do próprio governo, que na altura estabelecia um determinado montante para, no fundo, suportar os encargos daquela infraestrutura. Portanto, cerca de cinquenta porcento. O que acontece é que esse valor, ou essa atribuição de qualquer encargo por este governo desapareceu.----------

----- Saberão, e recordar-se-ão, que foi precisamente um dos Senhores Secretários de Estado do Desporto que veio visitar esta obra para tentar perceber se era ou não um elefante branco, como diziam em Lisboa. Até quis vir sozinho para não se comprometer. O Secretário de Estado seguinte ainda não conseguiu visitar esta obra. Já aqui até foi referenciado e dito, ainda não teve oportunidade de testemunhar, portanto, vai apenas ouvindo aquilo que lhe é transmitido pelas próprias Federações, ou pela própria Fundação do desporto, pese embora ele já se tenha comprometido para estar cá quando for da assinatura da dita tomada de posse da comissão de gestão local. Veremos.----------

----- Mas tudo isto para dizer que efetivamente ouve um compromisso de suportar esses custos, ao qual este governo veio dizer, claramente, nós não temos qualquer apoio para dar, nós não vamos assumir qualquer encargo relativamente a essa infraestrutura. O único apoio que vamos dar é através das Federações na prática desportiva, nomeadamente, na realização de alguns eventos, sobretudo internacionais, para os quais nós vamos tentar arranjar patrocínios. Portanto, esta é claramente a informação que temos do governo, através da Fundação do Desporto, e não mais do que isso. E, portanto, para dizer que sendo um Centro de Alto Rendimento, efetivamente não cabe ao Município de Anadia, ou não caberia ao Município de Anadia, apoiar tudo o que é o desporto de alto rendimento. E, neste sentido, perante aquilo que nos é transmitido, para termos grandes competições, para termos o desafio da formação nas várias modalidades e na formação dos muitos atletas que já estiveram presentes neste

Velódromo, e que já disputaram vários campeonatos fora do nosso país, e que estiveram presentes, inclusivamente, nos Jogos Olímpicos, é preciso efetivamente o município também garantir e suportar os encargos que aquela infraestrutura nos traz.----------
----- Claro, cabe-nos a nós, agora, também ser criativos. Para além da redução de tudo aquilo que eu já disse, e são as despesas correntes daquela infraestrutura, sermos criativos na forma de conseguir arranjar outras receitas que possam reduzir os ditos encargos.----------
----- Relativamente ao Senhor Deputado Ricardo Manão. Colocou algumas questões relativamente à atividade da WRC. O que está aqui presente é o relatório e a prestação de contas da WRC e, portanto, penso que nem sequer é pertinente estar aqui a responder-lhe outras questões que não aquelas que são presentes neste ponto, até porque questiona sobre resultados obtidos - está na prestação de contas. Quantas empresas, ou em que medida já estiveram lá, ou saíram, penso que não é pertinente, neste ponto, essa informação e se calhar o Senhor até conhece porque pessoalmente também, com certeza, já visitou aquela infraestrutura e, portanto, até tem conhecimento de quem lá está instalado.----------
----- Mas o que importa aqui referir é toda a atividade da WRC, que está aqui espelhada neste documento, os próprios resultados obtidos que não tem a ver só com a incubadora, mas também com a sua componente social que presta à comunidade.----------
----- Sobre a falta de publicitação de ações, se calhar as nossas ações, neste momento, são tantas que, de facto, nós temos alguma dificuldade de publicitar tantas ações. Às vezes na comunicação social também não conseguimos dar conta delas todas e também obviamente utilizamos outros meios que podem não ser visíveis para toda a gente. Mas também até aqui na publicitação temos que ter recursos, recorrer aos meios informáticos que também nos ficam mais económicos e, portanto, fazer a divulgação das várias ações. Mas continuo a dizer, Senhores Deputados, essas ações de certeza que também chegam aos vossos *mail's* através da *newsletter*, ou vocês também têm acesso à nossa página da internet. Ficam convidados e estejam presentes porque vocês são o exemplo para todos os cidadãos deste concelho."---------
----- Sem ter sido manifestada qualquer outra intenção para intervir no período de discussão do ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e treze, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de dois mil e treze, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeira das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e treze, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de dois mil e treze, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeira das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia, tinham sido aprovados por maioria, com vinte votos a favor,

dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Manuel Batista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, dez votos contra, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PS.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para apresentar uma declaração e voto, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "É a declaração de voto do Grupo Municipal relativamente à votação. Compete à Assembleia Municipal apreciar e votar os documentos de prestação de contas, em caso, o que está em causa é a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao exercício de dois mil e treze. Na realidade, a fazer fé na sociedade que as auditou, estes documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Anadia. Ressalve-se que a certificação legal de contas assentou nas demonstrações financeiras apresentadas pela Câmara, tendo a sociedade revisora verificado, por amostragem, a sua conformidade legal e financeira. Não procedeu, pois, a uma análise exaustiva das mesmas.------

----- Podemos, pois, concluir que a sociedade revisora acredita na veracidade das contas e tem fé, embora não demasiada, diga-se, em abono da verdade, que as mesmas reportem fielmente a veracidade dos factos a que alude, pois refere, e passamos a citar: "entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião". Ámen.----------

----- Sigamos, pois, neste particular o credo da sociedade revisora. A análise e a apreciação de contas não são como e bem referiu o Senhor Vereador Engenheiro Jorge Sampaio na reunião extraordinária do executivo camarário, realizada a catorze de abril de dois mil e catorze, e passamos a citar: "ao contrário do que acontece com os orçamentos previsionais, documentos estratégicos e políticos, no sentido de perspetivarem opções de futuro. É, sobretudo, um documento de resumo de atividade, como que uma fotografia tirada em determinada data, às contas do município. Por este motivo, apenas faço uma análise superficial dos números que nos são apresentados, tomando os mesmos como reais." Sem comentários.----------

----- A questão está precisamente na fotografia do que ela nos revela sobre as consequências das opções que foram sendo tomadas consistentemente nos últimos anos, um concelho em marcha a ré. O concelho de Anadia não está, pelo aspeto da fotografia, nada bem. Está velho, perdeu atratividade, indústria, agricultura e comércio. É precisamente pelo aspeto da fotografia que muitos anadienses decidiram ir embora de Anadia à procura de concelhos com boas fotografias e bons fotógrafos.----------

----- É verdade, sim senhor, que a dívida do município não é, nem no seu montante, nem nos juros que acarreta, motivo para preocupações de maior. Também poderia ser positivo o facto de em dois mil e treze a taxa de execução, pelo lado da despesa, ser de setenta e dois vírgula dezoito porcento, o que compara bem com os valores entre os quarenta e quarenta e cinco

porcento dos anos anteriores. Há um senão. Em dois mil e treze tivemos eleições, o que nos levanta a seguinte dúvida: a taxa de execução não terá aumentado devido às eleições de setembro de dois mil e treze? Lá que há coincidências há. Ora, tudo somado e pelo exposto, não podemos pôr isso em consciência e apreciar favoravelmente as contas relativas ao exercício de dois mil e treze. Os deputados municipais do PPD/PSD. Obrigado."----------

----- Também para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa tarde a todos. Vou fazer uma declaração de voto no sentido de ter votado favoravelmente as contas porque sou coerente, votei o plano e orçamento de dois mil e treze, independentemente do aspeto político, por isso, votei favoravelmente as contas de dois mil e treze."----------

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que o Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, também iria apresentar uma declaração de voto, mas escrita.-

----- Apresentadas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e catorze, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".------

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Antes da apresentação deste ponto, permita-me só, para aliviar um bocadinho, e as tecnologias têm disto, é que enquanto os Senhores Deputados estavam aí a fazer as vossas declarações de votos, era possível ler na Internet que no próximo ano dois mil e quinze o governo decidiu recomeçar a repor os vencimentos dos funcionários públicos, com certeza, enquanto o IVA passará a aumentar. Portanto, haverá, no próximo ano, a reposição dos salários, começa a haver, é só em dois mil e quinze, mas é só por acaso.----------

----- Passemos, então, à proposta da revisão dos documentos provisionais do exercício de dois mil e catorze. Senhores Deputados, vamos então concentrar-nos na nossa agenda. Relativamente à revisão dos documentos provisionais, e de acordo com a lei, é permitido ao município fazer a inserção, Senhores Deputados em sessão, do saldo da conta de gerência no valor de quinhentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e um euros e vinte e um cêntimos. Portanto, neste sentido, e cumprindo a lei, e aquilo que nos é imposto pelo POCAL, propomos à votação desta assembleia a distribuição das verbas do saldo da conta de gerência, conforme vos é indicados nos documentos anexos, em que os maiores montantes têm a ver efetivamente com

investimento na área do saneamento, nomeadamente num complemento ao sistema de drenagem, ao sistema de abastecimento de drenagem do concelho, no âmbito do Cértoma. Portanto, do projeto e da candidatura que temos em mãos.----------

----- Por outro lado, também, um reforço do apoio à construção de diversos equipamentos desportivos e que têm a ver, obviamente, com compromissos assumidos no que toca ao apoio da Câmara na construção dos campos sintéticos e que já foram aprovados no anterior executivo.----------

----- Também um reforço na distribuição pelas Freguesias e, portanto, sendo apenas este o montante, é aquilo que se nos oferece neste momento fazer a distribuição pelas rúbricas que são indicadas e conforme a proposta que os Senhores Deputados têm presente e que se coloca à votação."----------

----- Iniciado o período de discussão do ponto três da ordem do dia, e sem ter sido manifestada qualquer intenção para intervir naquele período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o referido período de discussão e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e catorze, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e catorze, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Batista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, zero votos contra, e oito abstenções de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PS.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para apresentar uma declaração e voto, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Temos a dizer, é efetivamente declaração de voto. Compete à Assembleia apreciar este documento e uma vez que de momento não existe mais nenhum comentário a fazer a mais ao que foi apresentado aquando da votação do orçamento mantivemos a mesma filosofia, por isso, abstenção. Obrigado."----------

----- Igualmente para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Declaração de voto. Votei favoravelmente este ponto porque acredito que vão ser melhoradas as instalações desportivas das coletividades da Freguesia de Avelãs de Cima,

conforme diz o ponto nove da proposta."----------
----- Apresentadas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.----------
----- Prontamente, e respondendo à solicitação do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, concedeu-lhe a palavra, tendo o Senhor Deputado concretizado a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhor Presidente, eu parto do princípio que todas as bancadas anuíram no início do período da ordem do dia a alteração daquilo que está escrito no ponto quatro. Em consciência, eu tenho que saber, dado que tenho uma votação que o ponto foi, portanto, enfim, alterado de unifamiliar para multifamiliar. Está correta esta minha observação? Pronto. Era só esta questão que eu queria colocar. Muito obrigado."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria precisamente anunciar esse erro, esse lapso de escrita, porque não era mais do que um lapso de escrita sem relevância, recordando, aliás, que os documentos que o suportavam denunciavam essa situação. Prontamente, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento do "…interesse para colmatar corretamente o tecido do aglomerado urbano existente…", nos termos do n.º 3, do artigo 6.º, do Regulamento do PDM, respeitante à pretensão apresentada pelo Grande Hotel da Curia – Sociedade de Exploração de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., no âmbito do processo de obras n.º 1/2014, para construção de um edifício de habitação plurifamiliar, localizado na Rua dos Plátanos, Curia*".----------
----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Os Senhores Deputados têm presente a documentação, portanto a informação técnica e também a deliberação tomada em reunião do executivo. Perceberam que se trata de um pedido para a construção de um empreendimento, nomeadamente a construção de um edifício multifamiliar, apresentado pelo Grande Hotel da Curia - Sociedade de Exploração de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros. E, como tal, e porque, de facto, este enquadramento em termos de PDM situa-se em zona de equipamentos coletivos e é permitido dentro do próprio regulamento do PDM, e sobre proposta da Câmara à Assembleia Municipal, a desafetação, ou possibilidade desse enquadramento quando se trata da colmatação da malha urbana para os fins, nesse sentido, aquilo que foi presente à reunião de Câmara, e que passa agora pela Assembleia, e dentro daquilo que é permitido, que a Assembleia se pronuncie, ou autorize a possibilidade da construção deste pedido no seguimento daquilo que é este empreendimento também turístico que já existe na Curia, salvaguardados que estão alguns pareceres já, nomeadamente, Direção-geral de Energia e Geologia e outras condicionantes que entretanto já foram impostas e que o próprio projetista já veio corrigir e se propõe a cumprir. Nesse sentido,

deixo à consideração dos Senhores Deputados e à apreciação desta Assembleia a possibilidade de autorização para a realização desta operação urbanística."----------

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Ora, mais uma vez, boa tarde. Eu tenho algumas dúvidas em votar este ponto por várias razões. Uma delas, sabendo que o setor da construção está em grande dificuldade e que foram criadas linhas recentes, uma delas muito recente, de apoio aos investimentos turísticos, não sei se se justifica esta votação por uma razão muito simples, é que os apartamentos, não é esclarecido aqui qual é o fim dos apartamentos, se é só habitacional, e os apartamentos turísticos fazem parte da componente turística, é um dos elementos, os hotéis, os apartamentos turísticos. Se isto forem apartamentos turísticos nós não temos que votar nada porque enquadra-se na zona onde está, numa zona de equipamentos hoteleiros.----------

----- Por outro lado, com esta criação - não sei se o investidor terá conhecimento -, saiu muito recentemente uma linha de crédito, uma linha de apoio à qualificação da oferta de turismo, que com um período de carência razoável e juros muito baixos, permite que as pessoas se candidatem à construção ou à renovação, inclusivamente da restauração de empreendimentos ligados ao turismo, ou de interesse para o turismo. A fazer-se ali, até porque segundo diz aqui o próprio técnico, o próprio responsável pelos serviços, o Chefe de Divisão, já está construído neste terreno um outro corpo, há uma outra construção de rés-do-chão e há a piscina que me parece ser a piscina do hotel, ou se transforma aquilo como diz o artigo vinte e cinco do decreto-lei quinze dois mil e catorze, de janeiro, que veio alterar o trinta e um dois mil e oito, que tem a ver com a classificação de turismo, ou se transforma aquilo num *resort* e, portanto, está tudo enquadrado.----------

----- Pode-se fazer os apartamentos turísticos sem problema nenhum, está ligado ao hotel, cabe precisamente na definição de *resort* e, se calhar, até ficava giro um *resort* na Curia. Ou o que o promotor pretende aqui são apartamentos para pôr no mercado? É que eu não estou a ver ali na Curia pôr apartamentos no mercado nesta altura. Se calhar, ele vai-se enterrar, por isso é que eu tenho alguma dificuldade em votar isto. É porque se ele for para os apartamentos turísticos nós não precisávamos de votar nada, Senhores Deputados e Senhora Presidente, porque se ele se enquadrar na lei, nesta lei recente, na quinze dois mil e catorze, de vinte e três de janeiro, apartamentos turísticos é equipamento hoteleiro, está precisamente na área correta, não precisávamos de votar. O que se pode pôr aqui em questão é eles quererem retirar aquilo da parte do equipamento turístico. Será essa a intenção do promotor? Numa altura em que não há, em que a imobiliária não funciona? Não entendo muito bem, não consigo perceber. É esta a minha dúvida só."----------

----- Para responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da

Câmara Municipal, que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Relativamente às dúvidas do Senhor Engenheiro Sidónio, quero-lhe dizer que são, de certa maneira, pertinentes, mas eu tive oportunidade de reunir com o promotor deste empreendimento e com o seu projetista e também lhe coloquei essas mesmas questões. E aquilo que claramente me disseram é que era para a construção de um edifício multifamiliar e, portanto, era esse o desejo deles. Se se vai concretizar ou não, não nos cabe a nós agora julgar essa situação. É-lhes, quando muito, dada a oportunidade, porque é isso que eles pretendem realizar e depois a decisão futura caberá ao promotor. Mas aquilo que me foi transmitido, efetivamente, foi a construção de habitação multifamiliar e não com qualquer mistura sobre os apartamentos turísticos, porque eu própria também me questionei, mas perante a divisão que era apresentada, portanto, outras dúvidas se levantavam porque aparthotéis também não precisava de toda aquela configuração e todas aquelas questões que são necessárias apresentar.----------
----- Portanto, nesse sentido, aquilo que me foi transmitido é a vontade da construção deste edifício multifamiliar, estejamos ou não em crise, seja ou não vontade deles. Portanto, apenas aquilo que é pedido é a possibilidade. Se o promotor vai continuar, ou não, este investimento caberá a ele essa decisão. Acho que não devemos é, no fundo, cortar essa possibilidade, uma vez que é alguém que quer investir aqui no concelho e, nomeadamente, na Curia."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhora Presidente, eu agradeço a sua explicação e compreendo o promotor, também. O que eu não compreendo é nós irmos inserir numa área que é envolvente, também não deixa de ser envolvente ao Parque das Termas, uma componente habitacional, quando logo a seguir, por exemplo, temos um hotel, aquele Hotel Boavista, que até, temos ou tínhamos, que até é muito engraçado, com uma arquitetura muito gira e está a ruir. Não percebo porque é que havemos de inserir numa zona essencialmente dedicada, ou prevista, como uma área de equipamentos turísticos, estarmos a inserir, estamos ali a meter uma ferida habitacional com um problema. Porque ele vai-se ver, ele vai ter aqui dificuldades porque se ele diz que a piscina já está lá e faz parte do hotel, se a piscina faz parte do hotel e há lá um outro edifício que faz parte deste artigo e faz parte do hotel também, eu não sei como é que ele vai resolver isto, mas isso é outro problema, é um problema urbanístico, não é?----------
----- Agora, estar ali numa zona que envolve o Parque da Curia todo, quando do outro lado temos apartamentos que todos sabemos estão lá quietinhos que não se, ainda estão lá muitos por despachar, há ali habitação a mais, estar a criar uma ferida numa zona, sei lá numa componente ligada ao turismo, não quero dizer que esteja completamente contra, mas não me soa muito bem nesta altura.----------
----- Já agora, só para informação, porque pode haver interessados, a linha de apoio ao turismo chama-se linha de apoio à qualificação da oferta. Portanto, se quiserem consultar, tem grandes

benefícios e um período de carência bastante largo. Muito obrigado."----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, entretanto, a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Penso que está tudo esclarecido. Já disse o que tinha a dizer. Já informei sobre a proposta do promotor. Efetivamente, trata-se de zona de equipamentos coletivos e que o PDM permite esta desafetação, sob autorização da Câmara e da Assembleia, portanto, ou queremos, ou não queremos. Portanto, isso é uma decisão que cabe agora à Assembleia pronunciar-se, sob pena de concordarmos ou não concordarmos, se será melhor ou pior, se o edifício é bonito ou não, mas penso que os fins também em nada ferem, como diz o Engenheiro Sidónio, a sensibilidade. Quando muito a arquitetura, em si, é que pode efetivamente ferir, mas penso que eles querem seguir a arquitetura presente e tradicional na sequência daquilo que é a construção deste grande hotel."----------

----- Sem mais pedidos para intervir no período de discussão do ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período de discussão por encerrado e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de reconhecimento do "…interesse para colmatar corretamente o tecido do aglomerado urbano existente…", nos termos do n.º 3, do artigo 6.º, do Regulamento do PDM, respeitante à pretensão apresentada pelo Grande Hotel da Curia – Sociedade de Exploração de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., no âmbito do processo de obras n.º 1/2014, para construção de um edifício de habitação plurifamiliar, localizado na Rua dos Plátanos, Curia.----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que a Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PS, tinha entrado na sala quando eram dezassete horas e trinta e quatro minutos.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de reconhecimento do "…interesse para colmatar corretamente o tecido do aglomerado urbano existente…", nos termos do n.º 3, do artigo 6.º, do Regulamento do PDM, respeitante à pretensão apresentada pelo Grande Hotel da Curia – Sociedade de Exploração de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., no âmbito do processo de obras n.º 1/2014, para construção de um edifício de habitação plurifamiliar, localizado na Rua dos Plátanos, Curia, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, zero votos contra e uma abstenção do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, encontrando-se ausente o Senhor Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro do período da ordem do dia. Respondendo a uma solicitação de um dos Grupos Municipais para fazerem um intervalo de dez minutos para retemperar forças, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que iriam interromper os trabalhos por um

período de dez minutos, atendendo, também, ao facto de se tratar de uma ordem do dia muito longa, apontando o reinício dos trabalhos pelas dezassete horas e cinquenta minutos.----------
----- Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Moção/Deliberação contra o processo de alienação do capital social da Empresa Geral do Fomento (EGF)*".----------
----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu à Segunda Secretária para proceder à leitura da moção constante do ponto cinco do período da ordem do dia, o que fez da forma como se passa a tentar transcrever na íntegra:----
----- "Moção deliberação contra o processo de alienação do capital social da empresa geral do fomento EGF. Foi publicada em diário da república, no dia vinte de março de dois mil e catorze, o decreto-lei que consagra o processo de alienação pelo estado de cem porcento do capital social da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), empresa que é detentora de cinquenta e um porcento do capital social das várias empresas multimunicipais gestoras de resíduos sólidos urbanos de Portugal, nas quais se incluem a ERSUC S.A..----------
----- Este diploma havia sido aprovado no dia trinta de janeiro de dois mil e catorze, em Conselho de Ministros. Dois dias antes desta aprovação, a vinte e oito de janeiro de dois mil e catorze, a ANMP havia emitido parecer desfavorável respondendo à solicitação com caráter de urgência para o efeito.----------
----- Claramente se consagra assim a unilateralidade da decisão do governo e a natureza meramente formal que foi atribuída ao parecer suprarreferido. Na verdade, aos municípios foi coartada qualquer intervenção direta em todo este processo, desprezando-se que estes, para além de já acionistas dos sistemas multimunicipais que integram o grupo EGF, são também o alicerce que deu corpo e sustento à mais onerosa e essencial parte de um sistema de comprovado sucesso e rentabilidade financeira. Se dúvidas houvesse, fica agora provado o desrespeito que este governo tem pelo poder local democrático ao decidir desta forma privatizar um setor de primordial importância para as populações e para o meio ambiente.----------
----- A integração do Município de Anadia no sistema multimunicipal de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do litoral centro realizou-se através da sua entrada no capital na ERSUC S.A., empresa de capitais estritamente públicos no pressuposto da defesa do interesse público do meio ambiente e da saúde pública. Assim sendo, com esta privatização são os princípios fundadores do sistema colocados de parte pela acionista Estado, o que configura uma clara violação da confiança e boa-fé contratual.----------
----- Para além do mais, como se não bastasse, os municípios acionistas ficam vedados da possibilidade de compra da posição do estado na ERSUC, o que poderia permitir a manutenção desta na esfera pública, sendo-lhes apenas permitida a compra da posição de outros municípios.----------
----- A Câmara Municipal de Anadia considera, pois, que este decreto-lei de privatização da EGF, bem como os diplomas aprovados pela Assembleia da República, no passado dia vinte e quatro de janeiro, sobre os estatutos da ERSAR e o regime jurídico dos serviços municipais de

abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, são lesivos dos interesses das autarquias e da sua autonomia constitucionalmente consagrada dos interesses das populações e do serviço público.----------

----- Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal de Anadia, reunida em reunião ordinária a nove de abril de dois mil e catorze, delibera: um – manifestar a sua veemente oposição ao processo de privatização da empresa geral de fomento S.A.; dois – propor à Assembleia Municipal de Anadia a discussão e votação desta moção contra a privatização da EGF; três – propor à Assembleia Municipal o envio desta moção aos restantes municípios acionistas da ERSUC, à ANMP, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia."----------

----- Feita a apresentação da moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que acrescentou o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Penso que os Senhores Deputados já entenderam a razão de ser desta moção, portanto, o nosso total repúdio à forma como efetivamente está a ser tratado este processo da alienação. Nós, Município de Anadia, éramos também, tínhamos capital social, tínhamos e temos, capital social nesta empresa que até aos dias de hoje resultou com bom funcionamento, incluindo com saldos positivos no final do ano. Ainda no final de dois mil e treze houve até atribuição de dividendos, poucos, mas houve, entre os vários municípios. E, portanto, tinha o seu saldo positivo e a sua atuação também a favor dos municípios, pese embora tudo o que isso custa ao nosso município em termos daquilo que pagamos para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos. E era esse o nosso contrato com a ERSUC, efetivamente não deixava de não funcionar. E agora, o que nos deparamos é com a privatização de uma parte do capital social desta empresa, que é negado também aos municípios a possibilidade de podermos adquirir essas ações. E, portanto, podemos, os municípios, comprar ações de outros municípios mas não podemos comprar ao estado, porque isso poderia inviabilizar o objetivo que é a privatização desta empresa.----------

----- Já temos outros exemplos. Foi aquilo que aconteceu com as Águas de Portugal e que todos sabem, obviamente, como todo esse processo foi tratado e os municípios que aderiram, todas as consequências que advém. Portanto, é um maior encargo financeiro para os municípios e, sobretudo, para os nossos munícipes.----------

----- Fala-se, efetivamente, em que a taxa do lixo será cobrada ao peso. Não sei se é o peso das pessoas, se o carro, ou o camião que vai recolher o lixo, traz a balança atrás deles, ou se as pessoas vão ter que levar o lixo às oficinas para pesar. Essa é uma parte que ainda não sabemos porque isto ainda vai no início de um longo caminho com certeza.----------

----- Também nos foi apresentado, já depois de esta moção ter ido à reunião de Câmara, uma proposta da alteração aos estatutos que, no fundo, é quase imposta e à qual pediram a pronúncia dos municípios. Nós assim o fizemos, enviámo-la no seu devido tempo porque em vez de haver uma alteração dos estatutos numa reunião, numa assembleia geral, obviamente por

decreto-lei propõe-se uma alteração dos estatutos para que, desde logo, se possibilite a privatização desta empresa.----------

----- Como tal, entendemos que é um total desrespeito dos interesses dos municípios acionistas que funcionou até hoje. No fundo, é uma gestão pública que deu o seu contributo aos muitos municípios e, como tal, aquilo que prevemos, ou adivinhamos, que esta situação será um princípio de uma grave penalização para todos os munícipes, para todos os contribuintes que obviamente terão mais um serviço taxado de uma forma diferente. Com certeza já não caberá ao município estabelecer a sua taxa, mas será o próprio governo a impor uma taxa única, provavelmente para todos termos de pagar e, no fundo, alimentar o funcionamento desta empresa, que sai obviamente da esfera pública.----------

----- Como tal, a nossa proposta de moção, que entendemos que é mais um desrespeito pela governação dos municípios e pelo poder local e, como tal, propomos à votação obviamente desta assembleia e à anuência da mesma para esta moção, que todos devemos repudiar, repudiar o seu texto, ou o contexto desta moção."----------

----- Iniciado o período de intervenções no âmbito da discussão do ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. É um assunto que me é muito familiar e eu tenho que intervir aqui com outros aspetos muito distintos. Efetivamente há questões que estão associadas à estrutura da gestão relativamente aos resíduos. Eu vou falar dos resíduos, portanto, para entenderem as pessoas.----------

----- O saneamento comporta três áreas, o abastecimento de água, depois o tratamento de águas e a questão dos resíduos. Foi há já uns anos longínquos, portanto, desde que saiu a primeira legislação europeia de resíduos, o sessenta e cinco, quatro quatro dois, na altura CEE, e depois saiu a nossa lei de bases do ambiente, a lei onze barra oitenta e sete, que define o que é que são componentes ambientais naturais e componentes ambientais humanas, e dentro das humanas está uma coisa que já estava, a poluição. Saiu este mês a nova lei de bases do ambiente, portanto, não é tudo mau, neste governo, onde uma legislação de oitenta e sete finalmente apareceu agora este ano a lei dezanove barra dois mil e catorze, que mantém parte dessas componentes.----------

----- Efetivamente, as principais origens dos resíduos, estamos a falar dos resíduos sólidos urbanos, são associados ao setor doméstico, as habitações uni e multifamiliares, o comércio e serviços, nomeadamente, as lojas, os hotéis, os escritórios, a indústria, que tem até um contrato diferente dos alojamentos, os provenientes da limpeza pública, os originários da atividade humana, nomeadamente a questão dos mercados, os mercados que existem, os originários por causas naturais. Basta ver o outono e, portanto, há causas naturais que produzem obrigatoriamente resíduos, e os resíduos da limpeza pública. O que interessa aqui são os princípios que estão subjacentes à criação da legislação.----------

----- Efetivamente, o nosso país tem estado um bocado, vamos a reboque do que acontece nas questões ambientais da União Europeia. A primeira legislação de resíduos é o duzentos e trinta e nove barra noventa e sete. Hoje existe o cento e setenta e um barra dois mil e onze. Efetivamente existem seis princípios que estão subjacentes à criação da legislação e que têm em objetivo três tipos de segurança. A segurança, portanto, ecológica, a segurança socioeconómica e a segurança de gestão dos recursos. Ora bem, o que é que isto levanta? Levanta que efetivamente os municípios foram empurrados para fazer este tratamento de resíduos e fizeram o esforço humano, técnico e financeiro ao longo do tempo para ter soluções.-
----- Efetivamente, conforme a Senhora Presidente acabou de dizer, a gestão em alta está a correr bem porque, efetivamente, se há distribuição de dividendos é porque está a correr bem. No entanto, pouco sabemos sobre a gestão em baixa e, portanto, a eficiência neste sistema de gestão em baixa vai, com certeza, traduzir-se na melhoria para depois para a gestão em alta.---
----- Há aqui alguma problemática e na integração das diferentes legislações e objetivos, conforme estão a ser propostos, também me parece, por esse ponto de vista, e uma vez que os municípios têm muita força não é? Aliás até quem está à frente da associação nacional de municípios de Portugal não é o PSD, portanto é o PS, e portanto poderia ter aqui também um combate mais efusivo e nós vamos deixar efetivamente este combate também para o próprio município.----------
----- É este executivo que tem que traçar os objetivos, é este executivo que tem que traçar quais são as suas linhas e tem que as fazer prevalecer junto de quem de direito, nomeadamente, das entidades. E depois há outra negociação a outro nível e é a este nível que depois têm que entrar as tais forças que ultrapassam os executivos dos municípios.----------
----- Tudo isto para dizer o quê? Há dúvidas ainda neste processo e, portanto, pelo facto de haver dúvidas, também temos dificuldade em perceber a globalidade daquilo que vai acontecer, mas não podemos desmascarar o esforço que os municípios fizeram para ter soluções nas localidades, nos seus territórios para resolver este problema dos resíduos. Está bem? Era só isso que eu queria dizer."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que acrescentou o que se tenta transcrever na íntegra:---------
----- "Eu queria só, e vocês também já tiveram oportunidade de ler isto na deliberação, que no fundo a própria Associação Nacional de Municípios já se pronunciou. Aliás, foi pedido isso mesmo à Associação Nacional de Municípios, para se pronunciar, mas que nada valeu porque dois dias depois já estava o decreto-lei cá fora e até referenciando que a Associação Nacional de Municípios se tinha pronunciado sobre o mesmo, dando a entender até favoravelmente. E a própria Associação Nacional de Municípios, logo de imediato, veio fazer uma intervenção no sentido de pôr em causa aquilo que tinha sido publicado porque não foi isso mesmo que a Associação Nacional de Municípios tinha defendido.----------
----- A Associação Nacional de Municípios está contra qualquer privatização, tem alguma dificuldade de se manifestar por a, b, c ou d, isto quer dizer, porquê? Porque existem várias

empresas multimunicipais. No nosso caso, em concreto, é a ERSUC, mas há a Valorsul, ou há a SUMA. Cada conjunto de municípios, e dentro da empresa municipal que integram, portanto, têm que defender os seus interesses, sendo que a Associação Nacional de Municípios, obviamente, tem que defender, na sua totalidade, este setor que engloba as várias empresas multimunicipais.----------

----- Para dizer, também, e ainda reforço porque o Senhor falou na gestão em alta e a distribuição de dividendos que se não é muito representativa, mas que é algo positivo no final do ano. A distribuição que foi feita. Também é verdade que nos anos anteriores, e até hoje, uma parte desses próprios dividendos também reverteram naquilo que era o melhoramento das instalações e, portanto, da exploração do próprio sistema. Portanto, houve investimento direto na ampliação do próprio sistema de tratamento, na melhoria das condições de tratamento e, portanto, houve grande investimento e anuência dos vários municípios para que este investimento fosse feito e que, no fundo, agora, está a ser, de certa maneira, utilizado e que nunca vai ser reconhecido no âmbito duma privatização todo o esforço que os municípios vieram fazendo e todo o seu contributo que deram para este setor."----------

----- No seguimento da declaração da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Ora bem, eu sobre isto não tenho dúvidas nenhumas, porque o que vai acontecer é que, com esta legislação, o governo vai alterar as condições e todos os pressupostos que se basearam, ou que estiveram na origem da adesão dos municípios. Isto é claro. Houve um principio em que a administração tinha uma contrapartida, suponho que cinquenta e um porcento, se não me engano, e os municípios quarenta e nove porcento.----------

----- O que nós temos visto ultimamente destes sistemas é que quando passam, contrariamente ao que devia ser a realidade, quando passam para a privada, em vez de gestão associada de todos os resíduos e da água poderem reduzir custos, o que tem acontecido sempre é que aumentam. Todas as Câmaras que aderiram a sistemas destes acabaram por pagar a água mais cara e pagar as perdas, ainda por cima, quer dizer, além da água, ainda pagam, as perdas têm de as pagar, e deixa de ter o município, eu acho que isto é vai um bocadinho contra o poder municipal, porque o município deixa de ter poderes para, estando melhor ou pior financeiramente, baixar ou subir as taxas.----------

----- Portanto, não me parece, de maneira nenhuma, uma solução adequada e pela experiencia que o país tem tido nestas soluções, na minha opinião, eu votarei favoravelmente porque não concordo com esta solução. Não tem dado resultados no país, não vale a pena insistirmos numa coisa que não dá resultados. Muito obrigado."----------

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. Eu tenho que me penitenciar relativamente a uma questão que eu disse que ia fazer, portanto, a minha intervenção com duas áreas distintas e esqueci-me de uma segunda porque estou concentrado numa coisa. Portanto, eu tenho que fazer aqui, neste momento, também, um agradecimento público ao Município de Anadia porque efetivamente quando eu falei há bocado desde dois mil e três que estou interessado nos problemas do concelho de Anadia, efetivamente foi a área onde eu entrei por este município e pelas questões relacionadas ao município, através do Vereador, do Engenheiro Jorge Sampaio. Portanto, não podia deixar de manifestar aqui a profunda abertura que o município teve, tecnicamente falando, não estamos aqui a falar de questões políticas técnicas, tecnicamente falando, mas de questões relacionadas com os resíduos. Portanto, queria deixar público este agradecimento porque é importante, este tipo de situação foi muito favorável na minha vida profissional e, portanto, não é todos os dias que nós temos instituições que têm esta abertura e dão-nos essa liberdade para isso acontecer.----------

----- Há aqui uma questão que eu também me esqueci de dizer relativamente a esta legislação. E aí eu posso estar de acordo com aquilo que disse o colega Sidónio, mas também tenho que perceber, nós temos que perceber, a liberdade que tem de existir em termos dos executivos para fazer, ou não fazer, parte das coisas. E, senão, vejamos. Se calhar, o que é pretendido é uma eficiência de mercado. E porque é que eu estou a dizer isto? O Município de Anadia teve a liberdade de decidir não fazer parte das Águas da Região de Aveiro, mas, no entanto, teve a liberdade de decidir fazer parte da ERSUC. Portanto, podia ter feito parte de outro sistema multimunicipal, eventualmente. O que se pretende com esta nova legislação é que haja a mesma instituição para gerir toda a estrutura relacionada com o saneamento, portanto quer a rede de abastecimento, quer o tratamento, quer os resíduos. Poderá ter a ver com isto, por isso, acho que compete ao município efetivamente entrar e deliberar sobre este tipo de situações."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que aproveitou para fazer uma breve declaração, a qual se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Registo só o agradecimento público do Senhor Deputado."----------

----- Sem mais pedidos para intervir na discussão do ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão daquele ponto cinco e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Moção/Deliberação contra o processo de alienação do capital social da Empresa Geral do Fomento (EGF).----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a Moção/Deliberação contra o processo de alienação do capital social da Empresa Geral do Fomento (EGF), tinha sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD, zero votos contra e nove abstenções de Senhores Deputados do Grupo Municipal do

PPD/PSD, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Ricardo César Galante Oliveira Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que apresentou a declaração de voto que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente, nós pretendemos fazer uma declaração de voto e a nossa declaração de voto, sem pretender grandes delongas sobre este assunto, reflete efetivamente duas questões que nos parecem muito importantes e que nos levaram a tomar a decisão de apoiar o executivo camarário na decisão que tomou. A primeira delas é que, tal como já foi aqui referido, nós também entendemos que devem ser aqueles que têm, enfim, a proximidade a decidir sobre as questões, ou seja, entendemos que deve ser o município a decidir sobre os valores. Deve ser o município a decidir sobre os bens a prestar e não uma entidade central. E porque entendemos, também, que este processo, mais uma vez, nos volta a colocar a questão de que alguma coisa que dá lucro é bom que a gente passe para o privado, não é para que ela não deixe de dar lucro, é para que, provavelmente, dê mais e neste, provavelmente, dê mais porque nenhuma entidade privada está neste momento predisposta a fazer um qualquer acordo para perder dinheiro, nós entendemos que quem vai perder são os munícipes ao pagar mais caras as taxas de utilização de um serviço que nós consideramos de interesse público e, portanto, não deve estar nas mãos dos privados, a não ser que qualquer coisa se esteja a cozinhar em função de outra qualquer coisa que nós desconheçamos. Mas, mesmo assim, o valor dos munícipes de Anadia que nós defendemos aqui tantas vezes quando mantivemos o preço da água mais baixos do que nos concelhos limítrofes, quando efetivamente mantivemos os resíduos nos valores que mantínhamos, leva-nos a discordar em absoluto de mais uma empresa privada para gerir, volto a dizer, o que consideramos um bem público de todos os anadienses."----------

----- Apresentada a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto seis do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta de adesão ao Pacto de Autarcas – Compromisso para as Energias Sustentáveis Locais*".----------

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Bom, os Senhores Deputados também têm acesso já a toda a informação. É no âmbito de uma candidatura onde nos integramos, no âmbito da CIRA também, e num projeto que se designa Agência para a Sustentabilidade e Competitividade e nesta situação em concreto para a eficiência energética, que nós estamos a aderir a este projeto, ou pretendemos aderir a este projeto. Simplesmente para esta adesão implica à candidatura que haja uma adesão, uma

assinatura ao pacto de autarcas, portanto, uma adesão a este pacto para posteriormente se estabelecer um plano de ação e os ditos relatórios que são necessários implementar e apresentar.----------

----- Portanto, o nosso objetivo, e no âmbito daquilo que já está traçado, é uma candidatura que terá fundos comunitários, que os municípios escolherão um ou dois equipamentos, uma ou duas infraestruturas onde o peso dos encargos, nomeadamente, das energias, seja a eletricidade, ou seja o gás, seja mais elevado para efeitos de estudo e racionalização, ou também a implementação num eixo viário à sua consideração, a colocação de uma experiência diferente, ou seja, a colocação de iluminação em leds, que para nós, Município de Anadia, já aderimos nalgumas situações no âmbito das requalificações urbanas que temos vindo a promover, seja em Anadia, seja na Curia. Mas, pronto, aproveitamos também esta oportunidade porque será também uma mais-valia e um conhecimento a integração neste projeto e neste estudo e que será também uma base para um próximo quadro comunitário, o CRER dois mil e vinte, que os seus eixos remetem obviamente para aquilo que também é a eficiência energética, ao qual os municípios têm obviamente o dever de assumir este compromisso e de estabelecer também nas suas prioridades.----------

----- A possibilidade de irmos, aos poucos, racionalizando os custos e aderir aos meios que nos podem efetivamente tornar o ambiente mais sustentável e, portanto, nesse sentido, entendemos que é pertinente esta adesão e é um compromisso. Obviamente, exige também do próprio município um compromisso dentro deste projeto, sob pena de não cumprirmos, teremos de repor obviamente algumas das situações a que nós nos viemos a comprometer. Como tal, proponho também à Assembleia Municipal a aprovação e a possibilidade de adesão do Município de Anadia ao Pacto de Autarcas, como um compromisso para as energias sustentáveis locais, que é isso que estamos aqui efetivamente a falar."----------

----- No seguimento da introdução feita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão do assunto, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. Senhora. Presidente, este é um ponto, de facto, extremamente importante quando se planeia estratégia territorial, nomeadamente, quando falamos no concelho de Anadia assuma extrema responsabilidade. E aqui não temos outro caminho se não acompanhar aquilo que teve a amabilidade de transmitir a esta Assembleia relativamente a este Pacto de Autarcas. É sabido que, de facto, as sociedades cada vez mais são dependentes do fator energético.----------

----- É sabido, também, o custo cada vez mais significativo que tem nos municípios e também nas famílias e, portanto, induz que quando nós estamos perante este facto importante da sustentabilidade e competitividade dos territórios, que eventualmente os municípios, antes de chegar a este tipo de projeto, porque este é um projeto específico que está em causa, possam os municípios organizar-se em equipas especializadas para acompanhar nos seus territórios as

situações que podem vir a ser melhoradas. E isto porquê? Vamos chegar a uma situação em que, de facto, vai haver uma candidatura, vamos escolher, vamos, vai a Câmara - não me interprete mal, porque daqui a bocado vai pegar nas minhas palavras para dizer que eu misturo tudo -, vai a Câmara, no seu devido tempo, propor os edifícios e as redes viárias que melhor se enquadram neste projeto. Mas certamente há situações que ficarão sem ser atendidas neste projeto específico, o que não quer dizer que não sejam objeto de atenção especializada. Isto porquê? Por exemplo, eu dou-lhe nota de que, neste momento, verifico que há duas semanas consecutivas há uma artéria, duas artérias de iluminação pública que estão, segundo aquilo que me é dado a perceber, ainda no horário de inverno, o que quer dizer que às dezoito horas já estão as luzes ligadas, o que quer dizer que, se calhar, ao nível do concelho existem outras situações semelhantes e isto, depois, quer se queira quer não, são custos para os municípios.---
----- E, portanto, era esta ideia que lhe deixava, de que, se calhar, o município não perderia nada em organizar-se num grupo de trabalho interno dos seus técnicos para que acompanhassem de perto todas estas questões relativas a energia, a relação da energia com os territórios e com as pessoas, e que pudéssemos, eventualmente, a seu tempo, ir adotando procedimentos de poupanças de energia, de economia e afins. Portanto, deixava esta notinha neste ponto e, obviamente, antecipando que o nosso voto será favorável. Obrigado."----------
----- Para uma segunda intervenção no âmbito da discussão do ponto seis do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora bem. Eu só tenho que me congratular por irmos fazer parte, ou aderir ao Pacto de Autarcas. Só peca por tardio, embora se tenha aproveitado, e aqui bem, o facto de ter havido uma candidatura, mas como é uma área em que por acaso estou muito ligado, diria só por exemplo, que todos os edifícios públicos, face à lei, já deviam ter afixado lá fora, já deviam ter o certificado energético lá fora, de qual o consumo, porque é obrigatório. Já passou o prazo de ter lá fora afixado a etiqueta energética, mas neste país, como em muitas outras coisas, fazem-se leis e depois ninguém cumpre. Não somos só nós, muitos não cumpriram.----------
----- Mas daria aqui alguns exemplos de estudos que tenho feito com alguns parceiros e, por exemplo, conseguem-se diminuir substancialmente os consumos energéticos num país como o nosso, que tem muitos dias de insolação, às vezes sem custo nenhum para a Câmara. Eu conheço o caso de uma Câmara que cedeu o espaço das coberturas das escolas para instalarem painéis fotovoltaicos e recebe uma contrapartida da energia de produção, sem gastar nada. A empresa colocou os painéis, vende a energia e a Câmara recebe uma quota-parte. Portanto, são outras maneiras que nós vamos ter de, obrigatoriamente, pelas dificuldades que o país vai atravessando, são maneiras que vamos ter de, são artifícios que temos de criar para podermos gerir melhor.----------
----- Aliás, como falámos há bocado, falámos muito nas dificuldades do Velódromo. Se calhar, como é uma infraestrutura que consumirá muita energia, poderia ser um caso de estudo

interessante, diminuindo substancialmente as despesas para a Câmara. Mas temos muita, nesta área, há muita coisa a fazer e podemos reduzir substancialmente, até porque Anadia tem grandes áreas urbanas com insolação favorável à produção, quer de energia, quer de águas quentes. Portanto, só tenho de louvar o facto de nos ter trazido isto e sendo uma componente ambiental porque eu tanto tenho lutado. Dar os parabéns à Câmara por aderirmos. Muito obrigado."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente, quando recebemos a documentação para esta Assembleia fiquei pessoalmente contente com este tipo de informação e com este projeto, e o Grupo Municipal também ficou e congratula-se pelo projeto. Portanto, tenho a certeza que vamos assumir e vamos corresponder às expectativas do mesmo.----------

----- Felicito, efetivamente, o município por este tipo de compromisso e lanço já um repto à Senhora Presidente, estamos prontos para começar a trabalhar hoje neste processo. Portanto, isto é uma, e temos ideias, nós já fomos aqui apresentando algumas ideias, isto é um processo que tem que ser intergeracional, o programa eco escolas, a questão do recreio limpo, são tudo questões que podem ser chamadas a esta equipa, conforme a Senhora Presidente falou, e, portanto, facilmente nós conseguimos integrar. O colega Sidónio falou da questão do Velódromo, aqui o Artur falou da questão da energia, portanto, uma equipa multidisciplinar, eventualmente, liderada logicamente pelo executivo, se assim o entender. E, portanto, a bancada municipal congratula-se com este tipo de procedimento, de compromisso e nós assinamos efetivamente, logo a seguir ao executivo, sem dúvida alguma. Obrigado."----------

----- Concretizada a intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez, muito boa tarde. A minha intervenção vai ser muito rápida e porque esta é uma área que me é profissionalmente muito próxima, queria apenas dar os parabéns por esta iniciativa e com a visão que é demonstrada por este novo executivo. Aliás, é no seguimento do trabalho que tem sido feito pelo executivo anterior, de aproveitamento, quer de fundos comunitários, quer de meios próprios disponíveis para a implementação muito muito muito generalizada nos principais edifícios de energias verdes, nomeadamente a solar térmica, que será no nosso caso, e no nosso país e, nomeadamente, no nosso concelho, a mais interessante. E deixo aqui uma declaração de voto que, no fundo, será, se calhar, a de toda a gente, que realmente vamos, assim são passos que se dão para se construir um concelho melhor, mais limpo e mais sustentável. Muito obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que

se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhora Presidente da Câmara Municipal, esta é uma das questões que provavelmente nós entendemos com maior futuro. A nossa intervenção vai no sentido de felicitar este, a entrada neste compromisso e vai, também, no sentido de lembrar que temos uma vastíssima zona serrana onde, na realidade, podem ser implantados aerogeradores.----------
----- E já agora que se falou no Velódromo, eu gostaria também de deixar aqui a ideia para quem não sabe, ou não conhece, que a nova escola básica e secundária de Anadia tinha projetado a implantação de um aerogerador. Esperemos que na realidade isso não deixe de acontecer, porque, se não acontecer, provavelmente não haverá capacidade económica para fornecer por exemplo os metros cúbicos de renovação de ar que foram contratualizados com a União Europeia para aquele estabelecimento. Portanto, poderá vir a ser o primeiro aerogerador se não falhar nada.----------
----- Mas há outras situações que são efetivamente importantes e são na realidade importantes e devem ser entendidas como necessárias a um futuro diferente, caso contrário nós teremos sempre um mundo a envelhecer, teremos sempre um mundo com demasiados fumos, se calhar com demasiado calor e se calhar com demasiadas poucas perspetivas de futuro. Isto sem pretendermos ensombrar aquilo que dizem os nossos cientistas internacionais que, por exemplo, colocam a tónica na subida do mar, no desaparecimento da nossa área costeira, etc.. É evidente que não é só da nossa culpa, mas se nós fizermos a nossa parte, se calhar, isso vai ser importante e a energia elétrica pode ser, na verdade, um passo importante."----------
----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Só queria aproveitar a deixa aqui do Senhor Deputado, chefe de bancada do PSD, para lembrar este executivo que deve lembrar a administração que a lei relativamente ao RCCTE e ao RCESE alterou e, portanto, aquele edifício está feito com uma lei muito mais gravosa do que a que existe atualmente. Portanto, com muito maior consumo energético, porque hoje favorece-se mais a energia, as entradas de ar autorreguláveis. Com a nova lei, vem introduzir a ventilação natural. Aquele edifício ainda está preparado pela legislação anterior, se eles vão continuar a empreitada sem retificar o projeto face à nova lei aquilo vai ter um custo astronómico de exploração e que a escola, quase de certeza, não vai conseguir suportar. Aliás, há situações engraçadas, eu posso, só para ter exemplos, há exemplos de escolas que as janelas não abriam, eram fechadas, porque aquilo não podia entrar ar e agora estão a mudar a caixilharia porque a escola não consegue aquecê-la nem arrefecê-la porque não têm dinheiro para manter o equipamento. Portanto, se calhar, convinha lembrar o governo que é preciso alterar o projeto."----------
----- Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP,

que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Era só para prestar um esclarecimento ao Engenheiro Sidónio relativamente ao edifício do Velódromo e apesar de, como disse, a legislação anterior ser bastante mais gravosa na execução do projeto, foi tónica da Câmara e do resto dos envolvidos no projeto em se fazer o máximo possível um edifício autossustentável. A climatização, na verdade, é feita segundo os moldes da legislação anterior, o que implicava volumes e caudais de ar muito elevados. No entanto, a solução que foi escolhida foi uma solução onde é implementada a energia geotérmica, a qual, noventa porcento dos dias do ano, é suficiente para manutenção dos critérios em termos termoergonométricos pedidos pela legislação anterior. Portanto, só queria deixar essa nota. Muito obrigado."----------
----- Concretizadas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Bom, eu congratulo-me pelas intervenções que já houveram relativamente a este ponto. Recordo só que isto é um passo que é dado hoje, mas que o município já tem vindo a praticar. E disse, e bem, o Deputado Rafael, que nas grandes infraestruturas do município, fosse nas Piscinas, ou no Velódromo, ou em todos os edifícios que nós vimos construindo, obviamente, que temos vindo a implementar outros meios, nomeadamente os painéis solares. Temos feitos investimentos, já posteriores à construção, como foi o caso das Piscinas propriamente dito e o caso do próprio Pavilhão, para a colocação de painéis solares e o tratamento de ar.----------
----- Portanto, têm sido feitos largos investimentos nos nossos edifícios e nas infraestruturas públicas, como também, e por iniciativa do município, pago pelo município, pese embora com algumas comparticipações, e eu já disse aqui, nas requalificações urbanas, seja na Curia, seja em Anadia, seja na Alameda de S. Pedro, seja no Largo da Igreja de Vilarinho, seja na Alameda Mário Duarte, agora mais recentemente, ou ali na intervenção que estamos a fazer em Arcos. A prioridade do município em termos de investimento, ou de novo investimento, passa, efetivamente, pela aplicação de iluminação pública em leds.----------
----- Mas isto parece que andamos aqui um bocadinho em contraciclo, porque enquanto nós andamos aqui a investir neste tipo de opção, a própria EDP anda, andou e continua a andar, anda e vai andar, como os Senhores Deputados sabem, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta, a substituir as lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, portanto, é um investimento que a EDP está a fazer quando já estamos a falar numa nova aposta que é os leds.----------
----- Só que esta questão dos leds em substituição nalguns locais tem os seus custos, porquê? Porque a distância para a iluminação pública em vapor de sódio, em termos dos postes, é uma, para a colocação de leds é outra e, portanto, em locais onde já existem, andar a substituir postes e as armaduras tem um investimento que, obviamente, se tivermos um recurso a comparticipação é mais fácil. Agora, com os meios financeiros da própria autarquia é efetivamente mais difícil.----------

----- Portanto, no que toca à eficiência energética, estamos aqui a tratar de duas situações diferentes: as grandes infraestruturas, ou os grandes edifícios públicos e a iluminação pública Sendo que neste caso, e nesta candidatura, quero dizer que isto é, digamos, quase que lhe chamam um projeto piloto, mas para a Câmara de Anadia não é, não é em termos de iluminação pública, como também algum investimento que vai ser feito nos edifícios, mas que nós já vamos trabalhar de uma forma diferente, porque já vamos querer fazer o estudo sobre os custos de energia, ou de gás, consumidos naquele edifício e de que forma podemos racionalizar esses custos.----------

----- Portanto, é apenas um princípio, um projeto piloto que, para nós, é a continuidade de algo que temos vindo a fazer e, portanto, que já é uma aposta, no fundo, que tem vindo a ser feita. Mas surge esta oportunidade de candidatura e que nos exige, de facto, este Pacto de Autarcas. Até já podíamos ter aderido, como o Engenheiro Sidónio falou, mas também, se leram, neste momento, há pouco mais de quarenta e cinco municípios, cinquenta e cinco cidades, autarquias locais que aderiram a este pacto. Portanto, estamos quase, somos quase dos primeiros, digamos, nós e no âmbito aqui desta região.----------

----- Portanto, para dizer que este investimento é um pequeno investimento, face àquilo tudo que já tem vindo a ser feito, mas com a adesão e com a assinatura deste Pacto nos vai, obviamente, também possibilitar, e assim esperamos, fazer a nossa candidatura, a nossa adesão a outros projetos comunitários, que os novos fundos comunitários, ao que tudo indica, serão voltados para este tipo de comparticipação. Portanto, é um investimento, obviamente, e para o futuro, é um princípio daquilo que pode ser um investimento do próximo quadro comunitário, sendo que este, obviamente, ainda vai ser comparticipado no âmbito do QREN."---

----- Cessadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do ponto seis do período da ordem do dia e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta de adesão ao Pacto de Autarcas – Compromisso para as Energias Sustentáveis Locais.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta de adesão ao Pacto de Autarcas – Compromisso para as Energias Sustentáveis Locais, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto sete do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Tem que perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal."----------
----- Entretanto, o Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, interrompeu a Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Peço desculpa, Senhora Presidente, que a interrompi. Tratando de assuntos muito idênticos e tão extensa a listagem, eu suponho que podíamos, se todos acordassem, em criar aqui uma metodologia para diminuir toda, de estarmos a votar uma de cada vez. Se fosse necessário ouviríamos cada Presidente de Junta em relação ao seu protocolo. Eu não sei se ele pode votar no dele, se calhar não pode, porque é interessado, e depois votaríamos em bloco. Se todos os Presidentes de Junta estivessem de acordo, se a Câmara estivesse de acordo, em vez de estarmos aqui a fazer votação a votação. Parecia-me mais lógico. Isto, o assunto é o mesmo só os valores é que são diferentes, não é? Se os Presidentes de Junta estiverem de acordo, já foi discutido de certeza, já foram acordados."----------
----- Atenta a proposta feita pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou a informação que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhor Deputado, a mesa registou a proposta. Contudo, a proposta terá que ser sujeita a votação em plenário. E, portanto, se bem interpretei a proposta era de que a discussão e a votação dos pontos, do sétimo ao décimo sexto, fosse feita em bloco. Eu agradecia que, se fizesse favor, contextualizasse, ou que me fizesse chegar à mesa a proposta por escrito para, digamos assim, interpretar bem e ler bem o seu espirito."----------
----- Recuperando a palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Então, eu farei uma intervenção que será de certa maneira genérica daquilo que foi o tratamento desta atribuição."----------
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhor Presidente, eu tenho um imenso respeito pela proposta que foi apresentada. Obviamente que como proposta irei participar na sua votação. Apenas queria referenciar que este assunto foi levantado por Vossa Excelência na reunião de lideranças de bancada e, portanto, foi acordado que seria votado individualmente. Eu reconheço que isto possa ser efetivamente longo no tempo ou, desculpe a expressão, que pode não ser muito correta, fastidioso, Freguesia a Freguesia, União a União, mas a verdade é que este assunto foi por si colocado a discussão e todos nós acordámos, os quatro, que seria uma questão individual. Mas, de qualquer dos modos, terei todo o respeito pela proposta que foi levantada e, portanto, votaremos obviamente a proposta."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que

formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Eu não sei se isto é possível, mas uma ideia seria abrirmos um ponto onde a discussão seria generalizada e depois fazermos a votação independente, uma a uma, e talvez pudéssemos ganhar algum tempo sem perder, digamos assim, a capacidade de cada um se poder manifestar independentemente, Freguesia a Freguesia. Portanto, uma discussão aberta, onde cada um dos Presidentes de Junta faria as suas intervenções, se assim o achar, e depois uma votação individualizada, ponto a ponto. Muito obrigado. Não sei se é possível. É a minha proposta."------
----- Para uma nova declaração, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhor Presidente, salvo melhor opinião jurídica, esta última intervenção, ou proposta, implicará a alteração do ponto seis ao dezasseis. Os pontos estão instrumentalizados com apresentação, discussão e votação, portanto, só se alterarmos, por completo, a ordem de trabalhos é que poderemos entrar numa questão destas. Eu não quero voltar a falar, portanto, não quero ir contra a opinião de ninguém, mas, se calhar, já tínhamos votado a primeira. Estou eu a falar, atenção. Por amor de Deus, ninguém leve a mal o que eu acabei de dizer."----------
----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que lhe tinha sido apresentada uma proposta, subscrita pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, a quem pediu o favor de a ler, uma vez que se encontrava manuscrita. Concedida a palavra, o Senhor Deputado passou a ler a proposta por si subscrita, com o teor que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Atendendo a que os pontos são na sua génese de teor idêntico, registando-se alterações unicamente nos valores para cada junta, os protocolos são todos idênticos, propõe-se que após explanação da Senhora Presidente, se ouçam os Presidentes de cada uma das Juntas no que se refere ao protocolo. Caso haja acordo das Juntas de Freguesias nos protocolos propostos, far-se-ia a votação em bloco no seu todo."----------
----- Atenta a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação.----
----- Antes, ainda, de iniciar a votação, concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu estou aqui numa dúvida e também é um modo de esclarecer. Eu concordo que os esclarecimentos sejam para todas as freguesias, mas o voto tem que ser individual. Imagine a Freguesia de Avelãs de Caminho vem da Assembleia com o voto contra a este acordo. Então, vamos votar o quê para Avelãs de Caminho, neste caso? Não é? Não há acordo com Avelãs de Caminho neste caso. Por acaso há acordo, mas se não houvesse o que é que iam votar Avelãs de Caminho? Não valia a pena ir a voto. Não sei se me estão a compreender, ou se posso estar errado."----------
----- Entretanto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal interrompeu o Senhor Deputado

César Andrade, para dar o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra:---------
----- "Senhor Deputado, o Senhor pode votar contra e os outros votarem a favor, por exemplo, é um voto contra."----------
----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, acrescentou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Pois, compreendo, mas, quer dizer, se não há acordo na Assembleia para eu, neste caso há, mas vamos supor que não há, isto aqui nem chega a ir a votação. Não há acordo, não se pode fazer nada. O que é que me interessa se os deputados aqui votam a favor ou contra? Não tem lógica nenhuma. Eu acho que é votar um a um que… Não é?"----------
----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. Decorrida a votação, anunciou que a mesma não foi aprovada, tendo colhido nove abstenções, vinte votos contra e dois votos a favor.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Armando Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, para apresentar a declaração que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Boa tarde. Eu desejava fazer um esclarecimento e declarar que votei a favor porque sou muito amigo do Engenheiro Sidónio e não o queria deixar isolado. Obrigado."----------
----- Apresentada a declaração, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a apresentar o ponto sete do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------
----- Apresentado o ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Eu, de certa forma, não me vou estar a repetir nos pontos seguintes. Farei uma apresentação genérica da forma como foi tratado este assunto e peço imensa desculpa Senhores Deputados, eu sei que a sessão de trabalho já vai longa e que estamos todos um bocadinho cansados, mas o assunto também é sério e é importante porque é isto que vai reger também um bocadinho aquilo que é a governação das vossas próprias Freguesias e do apoio que é concedido pela própria Câmara.----------
----- Portanto, é assim claramente, e os Senhores Deputados já saberão da Lei setenta e cinco, que veio definir as competências às Juntas de Freguesia e, portanto, competências claras, definidas, quais são as suas atribuições, sem o respetivo pacote financeiro que pudesse dar sustentabilidade à sua atuação. Por outro lado, também veio definir quais são as competências que a Câmara Municipal pode delegar nas próprias Juntas de Freguesia, portanto, no seu artigo

cento e trinta e dois há uma série de competências elencadas, nomeadamente, na gestão de espaços verdes, na limpeza das vias, no apoio à manutenção do parque escolar, na limpeza dos próprios recintos e na gestão dos mercados e feiras e outras competências que poderão vir a ser mais tarde atribuídas. Mas, como não há ainda regulamentação, porque a lei é omissa sobre essa matéria, portanto, não houve regulamentação, ficam ainda por atribuir.----------

----- Portanto, toda a gente sabe que em termos da administração central, se às próprias Freguesias houve uma ligeira diminuição das transferências bancárias, portanto para além das competências que lhes foram delegadas ainda houve uma ligeira redução no valor atribuído ao FEF da própria Freguesia, a verdade é que para o município representa na ordem dos duzentos mil euros para dois mil e catorze. Portanto, face ao nosso orçamento e que vocês, os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta também tiveram presentes, e que aprovaram, tiveram já nessa altura presente que estava atribuída uma determinada verba, ou inscrita uma determinada verba, num plano e orçamento de dois mil e catorze. Portanto, na altura era a verba que era possível, no fundo, atribuir para as Juntas de Freguesia, sendo certo que depois do relatório de contas, e apercebendo-se do saldo da conta de gerência, não havendo grande margem de manobra, tivemos que nos ficar por aquele valor.----------

----- Portanto, isto a que é que nos obriga? Obriga a termos que fazer todos muito mais por menos, como é óbvio. Temos que aprender todos a fazer o melhor possível e com menos. Portanto, aquilo que eu dentro do espirito da lei e dos esclarecimentos que o Senhor Secretário de Estado, através do seu despacho de catorze de março, veio apresentar, clarificar o modo de atuação para os municípios e que podiam ser os tais chamados acordos de execução, ou os acordos de delegação de competências. Claramente isto tem que ser dito. Esta lei, pese embora viesse, pretendesse, tal como está escrito, dar autonomia às freguesias, claramente está a retirar autonomia aos municípios e às próprias freguesias.----------

----- O porquê nesta relação, nesta parceria é uma cooperação estratégica entre os municípios e as freguesias porque, efetivamente, e os Senhores sabem, nos outros mandatos o executivo transferia verbas para as juntas de freguesia, havia um Presidente de junta que achava tanto que às vezes até nem queria vir receber. Mas isso é outra questão, depois acabou por vir. Se calhar, achava muito, não sei. Mas o que é certo é que dentro dessas verbas que o município por várias tranches foi atribuindo às diversas juntas de freguesia, as freguesias tinham autonomia, de certa maneira, de fazer a sua gestão dentro daquilo que era, no princípio, o apoio às escolas, ou de limpeza das vias, ou dos caminhos e, portanto, no fundo, não tinham um grande compromisso, até em termos de apresentação das próprias despesas à Câmara Municipal. Portanto, faziam a gestão do dinheiro que a Câmara Municipal atribuía às freguesias.-

----- Neste momento, com esta lei e com esta limitação que, de certa maneira, querem tornar transparente, mas que eu, de facto, não entendo, porque se houver uma associação que venha a esta câmara pedir a atribuição de um subsídio, a câmara, se tiver disponibilidade financeira no fundo, apresenta ao executivo, o executivo delibera e até pode dar um subsídio a uma associação.----------

----- No caso em concreto, agora, aparece uma junta de freguesia que diz, mas eu tenho um projeto, eu gostava de fazer isto ou aquilo, tudo o que estiver para além deste acordo que está aqui presente, obviamente, que tem que ser novamente presente à Camara Municipal e à Assembleia de Freguesia, à Assembleia Municipal porque a alínea j) do artigo trinta e dois, se não me engano, vem falar nos tais apoios pontuais, ou casuísticos, a atribuir às Juntas de Freguesia. Portanto, isto para mim, claramente, diz que se perdeu autonomia na gestão das próprias Freguesias e nesta relação município freguesias. Portanto, é a lei, em si, que nos vem condicionar, a nós Câmara, e a vocês, Freguesias, na atuação e na gestão dos dinheiros.--------
----- Com tudo isto, e pese embora todas as transferências que vos foram atribuídas pela própria lei, reunimos com as Juntas de Freguesia, foi-lhes apresentado aquilo que era a lei e claramente foi-lhes colocada a questão se estavam ou não estavam disponíveis para receber as competências, com alguma diferença nalgumas freguesias, pelo menos no que toca às escolas, que algumas irão manter-se, outras passarão, no próximo ano letivo, para os centros escolares. E, portanto, até no âmbito da garantia bancária das próprias obras, qualquer deficiência em obra cabe ao empreiteiro fazer essa manutenção, que terá que ser por nós solicitada. E, portanto, aí as juntas não terão intervenção direta nessas escolas.----------
----- Tal como os mercados e feiras. Houve um Presidente de Junta que se manifestou disponível para aceitar essa competência, outro Presidente de Junta disse claramente que não. O caso concreto de Vilarinho do Bairro, portanto, já é o mercado de Vilarinho da competência da Junta de Freguesia, como sempre foi. Portanto, no fundo, as maiores diferenças entre as Juntas de Freguesia estariam na manutenção das escolas e também na questão dos mercados e das feiras.----------
----- Gestão de espaços verdes, limpeza de caminhos, ou de caminhos públicos asfaltados. Porque os caminhos agrícolas e florestais a própria lei delegou nas próprias Juntas de Freguesia para fazerem a limpeza e a manutenção, com o mesmo pacote financeiro, ou melhor, reduzido, porque alguns viram o seu FEF reduzido.----------
----- Na própria gestão de espaços verdes, e claramente também não quisemos aqui diferenciar muito porque a realidade das freguesias é diferente, e estamos aqui a falar, se calhar, umas mais urbanas, com mais espaços verdes. E permitam-me que diga aqui, a União de Freguesias de Arcos e Mogofores, a União de Freguesias de Tamengos, eventualmente Sangalhos, mas as outras freguesias, até têm pouco espaços verdes municipais, que fossem do município, com uma intervenção direta. E, portanto, até um Presidente de Junta disse "eu tenho este espaço ou tenho aquele", e foi fazendo referência, mas nem por isso deixamos que essa competência ficasse escrita e, portanto, salvaguardada neste apoio.----------
----- O caso das estradas asfaltadas, a limpeza de valetas, de bermas e aquedutos, que é aquilo que a Câmara, no fundo, diz a lei que permite delegar. Obviamente, também a realidade das Juntas de Freguesia é completamente diferente. Se calhar, não necessitariam as Juntas de Freguesia, para fazer este tipo de limpeza, nem de uma retroescavadora, nem de um *bulldozer*, pronto, havia aqui algum equipamento que se poderia dispensar. Isto para dizer o quê? Eu

como primeira opção fui distribuir aquilo que nós já tínhamos, em termos de orçamento, e disponibilizar em termos financeiros, vinte e cinco porcento, que corresponde a vinte e cinco porcento do valor do FEF que as próprias autarquias, as próprias freguesias já dispunham. Portanto, em face do valor do FEF de cada freguesia foi atribuído, pela Câmara Municipal, ou é atribuído pela Câmara Municipal, um valor de FEF que corresponde a vinte e cinco porcento daquilo que lhes é transferido pelo Orçamento de Estado.----------

----- Numa lógica de apoiar, e porque, de facto, em termos financeiros não temos outra alternativa, aquilo que pensámos foi proporcionar às Juntas de Freguesia recursos, no fundo, equipamentos acompanhados do seu motorista e que pudessem estar ao serviço das Juntas de Freguesia e que, desta forma, pudessem também as próprias Juntas de Freguesia planificar as suas ações na própria freguesia. Portanto, fomos mais além do que a própria possibilidade, mais além de vos dar a possibilidade, para além da simples limpeza das bermas e dos aquedutos, com esta distribuição de equipamento, vocês também pudessem distribuir, exercer as vossas competências, no âmbito das competências que a própria lei já vos definia, que é, efetivamente, a intervenção nos caminhos agrícolas e nos caminhos florestais.----------

----- Com isto, fizemos um levantamento, dentro daquilo que seriam os caminhos asfaltados, as estradas, as vias municipais, como também o levantamento daquilo que são os caminhos agrícolas e dos caminhos florestais, de forma a darmos a possibilidade a que as freguesias com uma realidade diferente e geográfica, como Avelãs de Cima, Moita e Vila Nova de Monsarros, pudessem ter um determinado tipo de equipamento ao contrário de, sei lá, Vilarinho, ou São Lourenço, ou Amoreira, que são mais planas e, portanto, necessitam de mais motoniveladoras, mais, até, a própria retro, ou outro tipo de equipamento.----------

----- Portanto, fizemos uma contabilização e distribuição de dias que, valorizado e de acordo com os próprios preços que temos na nossa tabela de preços, da própria Câmara Municipal, e sem inventar rigorosamente nada, portanto, fomos à tabela de preços disponível na Câmara Municipal e contabilizamos aquilo que seriam os custos e esta atribuição de equipamento às Juntas de Freguesia e, portanto, que correspondem, neste caso, a um montante significativo para a atribuição das Juntas de Freguesia.----------

----- Posto isso, para cada uma, obviamente, foi estabelecido o acordo de execução que numa segunda reunião foi presente às Juntas de Freguesia, sem deixar de fora a União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, que assistiu na mesma às reuniões, teve um tratamento igual a todas, uma avaliação igual às outras todas e, portanto, caberá obviamente a esta Junta de Freguesia, quando surgir o entendimento e o seu executivo estiver constituído poder ter meios para receber o montante relativamente a este acordo de execução.-

----- E porque estamos já em inícios de maio, e porque já decorreu um trimestre, aquilo que nós propusemos é que já a partir de maio, portanto, foi esse o compromisso com os Senhores Presidentes de Junta, e está escrito no acordo, é que já no início de maio as Juntas de Freguesia viessem receber o correspondente a duas tranches, ou seja, a dois trimestres. Estas verbas são distribuídas trimestralmente a todas as Juntas de Freguesia, apresentando a sua anuência das

próprias Assembleias de Freguesia e perante a Assembleia Municipal viessem a ter disponível o montante correspondente a duas tranches sobre os vinte e cinco porcento que lhes é atribuído.----- Já sabem as regras, portanto, até julho terão que, pelo menos, apresentar a justificação das despesas, porque agora é assim, no que respeita às competências que vos são delegadas. Portanto, o relatório, no mínimo um relatório daquilo que é o trabalho por vós executado. Como os Senhores Presidentes de Junta sabem, alertei-vos para algumas situações onde temos que ter algum cuidado na atuação, no equipamento da Câmara, nomeadamente, no transporte de materiais, não me vou aqui repetir, no tratamento dos RCD's, na aplicação de produtos fitossanitários, etc.. E, portanto, houve algumas recomendações que eu deixei e que obviamente teremos que também deixar essa recomendação aos nossos motoristas quando se forem deslocar para as vossas freguesias, porque obviamente há regras a cumprir.----------
----- Portanto, até ao final do ano, todas as freguesias receberão os montantes que vos são indicados, correspondendo a cada freguesia, para além do valor financeiro em dinheiro, a atribuição do equipamento, que temos que obviamente estabelecer por um calendário, que não tem que ser fechado, porque os Senhores Presidentes de Junta até podem vir dizer, não podem querer todos no mesmo dia, obviamente. Mas vamos ter que fazer aqui a calendarização, às vezes as coisas podem correr mal, por qualquer razão, no dia em que estava previsto chove torrencialmente e os Senhores Presidentes de Junta não podem executar esse trabalho. Portanto, terá que ficar para uma outra data e temos que ter essa flexibilidade.----------
----- O caso em concreto de Avelãs de Caminho, porque tenho aqui, é logo o primeiro, portanto, o valor a transferir em termos financeiros corresponde a seis mil, seiscentos e noventa e seis euros e setenta e cinco cêntimos, o valor patrimonial, ou em termos de equipamento nove mil cento e sessenta euros, num total de quinze mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos. E isto repete-se um bocadinho para todas as freguesias, de forma diferente e em função da sua realidade e dos valores financeiros que lhes são imputados, no fundo, correspondendo toda esta atribuição a uma percentagem de cerca de sessenta e três porcento sobre aquilo que era o orçamento das próprias freguesias, no seu global, daquilo que o Orçamento de Estado vos atribui.----------
----- Portanto, é um esforço, obviamente, para a Câmara. Digamos que, em termos financeiros, é aquilo que é possível neste momento. Em termos de equipamento, é uma experiência. Nós, também, nós Câmara, e vocês Freguesias, não estavam habituados a esta forma de gerir o vosso equipamento, mas acho que com esta situação vocês podem definitivamente, agora, também programar as vossas ações, os vossos projetos, porque sabem, efetivamente, hoje, com aquilo que podem contar até ao final do ano, quer em termos financeiros, quer em termos de máquinas e equipamentos, com todos os contratempos que daí possam advir, nomeadamente as condições meteorológicas, ou, de repente, quem sabe, qualquer avaria que possa surgir no equipamento. Também não estamos livres disso.----------
----- Mas isso é uma gestão e da tal cooperação estratégica que tem que haver entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e para o qual eu peço obviamente a vossa melhor atenção e

a vossa melhor colaboração e compreensão de qualquer coisa que possa correr menos bem. Portanto, estão elencados os diversos protocolos. Já sabem, o primeiro valor que vos será atribuído, porque estamos hoje em maio. Este é um protocolo que é valido para os próximos quatro anos, ou seja, é aquilo que vai, de certa maneira, reger a vossa atuação e a nossa, do município, em termos dos próximos quatro anos, sendo certo que qualquer alteração a este acordo terá que ser sujeita a um novo acordo presente a esta Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Sendo certo, também, que a própria lei contraria, uma vez que não é revogável. Mas, depois, diz que a Câmara pode apresentar à Assembleia para revogar e a própria Assembleia também pode decidir revogar. Pode ser que entretanto haja uma qualquer alteração a esta lei e bem-haja que venha ela e que assim aconteça, de forma a permitir conquistarmos outra vez aquela autonomia que é desejável e a boa relação entre o município e as próprias juntas de freguesia.----------

----- Portanto, de momento, é o que se me oferece dizer. Dirão os Senhores Presidentes de Junta, é pouco, gostaríamos de mais. E nós, município, gostaríamos também de ter mais para vos poder dar mais, quer em termos financeiros, quer em termos patrimoniais. E, pronto, é uma gestão que temos que aprender a fazer, portanto, deixo agora à consideração dos Senhores Deputados, dos Senhores Presidentes de Junta que assim entenderem intervir sobre estes pontos, no fundo. Não me vou repetir, não vou repetir para os outros pontos, portanto a forma de atuação do município foi igual para todos. Todos estiveram presentes nas reuniões, sem exceção, e, portanto, o processo foi transparente para todos."----------

----- Uma vez feita a introdução do assunto por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu sobre este acordo queria fazer, tentar explicar à Câmara, ou informar a Câmara, para fazer umas correções ortográficas sobre este acordo, porque há aqui muito erro. Há falta de pontos e vírgulas, e em várias páginas, e às vezes basta um ponto e uma vírgula para desviar um pouco a conversa. Exatamente. E isto também foi um assunto que foi falado em assembleia em Avelãs de Caminho e cabe-me a mim ser o transportador, por assim dizer, deste ponto. Se quiserem eu posso dizer quais são as palavras, quais são as páginas, porque também faltam aqui algumas palavras, não é só erros ortográficos, mas também falta completar as frases. Isto não estou a criticar, é apenas para fazer uma correção. Atenção. Não é crítica alguma, é uma correção. Não é preciso rirem-se porque rir é no circo."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Se me permite, Senhor Deputado, ainda bem que encontrou essas lacunas porque nós fomos sete no executivo e também não demos por elas. Portanto, temos que nos penalizar por

tal. Portanto, bem-haja. Houve uma leitura atenta e, desde já, agradecemos.----------
----- O que eu iria sugerir, e permita-me Senhor Presidente da Assembleia, é que o Senhor Presidente de Junta, neste caso, o Senhor César, ou os restantes elementos, que também alguns entretanto já fizeram chegar, ou porque o número de contribuinte não estaria correto, ou o endereço, fizeram chegar e, portanto, que essa informação a fizessem chegar por escrito. Penso que seria uma forma de nós ultrapassarmos esta situação e não prolongarmos tanto a discussão e a votação destes pontos."----------
----- Decorrida a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, deu continuidade à sua intervenção, acrescentando o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito bem. Esse era o primeiro ponto, para haver a tal correção. Agora, o segundo é, existe aqui uma cláusula, se me permitem, está aqui, na cláusula catorze, isto é assim, nós temos que apresentar à Câmara um relatório das contas, um relatório e os documentos comprovativos com o devido relatório, não é? Só que também era bom que a Câmara também dissesse quando é que pagava às Juntas após a apresentação deste relatório e dos documentos. Porquê? Porque nós vamos ter que pagar ao prestador de serviço, também temos que pagar dentro de horas, e queremos saber qual é o tempo que a Câmara nos paga para nós pagarmos ao prestador de serviço. E aqui neste contrato penso que não está mencionado. Isto também poderá ser uma pequena falha, mas era bom que a Câmara nos dissesse, eu pago dentro de cinco dias, ou dez, algo, que é para nós pagarmos a quem nos prestou o serviço para pagarmos dentro do combinado.----------
----- E também tenho aqui outro. Também queria dizer que já entreguei hoje na Câmara as atas das reuniões extraordinárias do órgão executivo e deliberativo. E, já agora, por fim, Senhora Presidente, se me podia também dizer, à parte, ou aqui diante de todos, quem foi o Presidente, ou o pseudo-Presidente, que não quis receber o dinheiro da Câmara. É que eu não fui. Não, mas eu gostava de saber, porque eu estou incluído nos quinze Presidentes anteriores e até podem pensar que fui eu e eu não fui porque eu tenho documentos para provar que não fui eu. Agora a calúnia, a difamação, a falta de palavra do antigo Presidente da Câmara é que é sério. Isso aí é que deixa mal a Câmara, não sou eu, que eu tenho provas para provar aquilo que digo. Não vou para a comunicação social dizer coisas que não quero, ou que quero por causa de datas de eleições. Eu provo aquilo que digo. Eu não fui, poderá ser os outros catorze, mas cada um que responda por si. É só isso."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD; que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos fazer uma apresentação que, portanto, vai ser reiterada entre o ponto sete e o ponto dezasseis, que consta em ata relativamente a este processo. Não nos vamos voltar a repetir todos, em todos os pontos seguintes. Efetivamente,

foi com algum grau de, nem sei se hei de dizer, surpresa, ou não, que vi este tipo de contrato e vou já explicar porquê. Efetivamente, o próprio setenta e cinco barra dois mil e treze diz, a dada altura, num artigo logo no início, que efetivamente todas as leis que foram revogadas não prejudicam em nada a transferência de competências efetuadas previamente e mais à frente dou-me conta que existem vários domínios, entre os domínios de consulta, de planeamento, de investimento, de gestão, de licenciamento e controlo prévio e de fiscalização, só para a gente perceber do que é que estamos a falar, ou a dimensão do que estamos a falar.----------
----- Mais, são atribuídas às Juntas de Freguesia, não sei se as pessoas têm ideia deste número, só em competências materiais, no ponto um desse artigo cinquenta, competências materiais, podemos falar de mais cinco, do funcionamento. E se vamos também à procura das competências do município, estão lá cinquenta e cinco competências, há ali algum grau no número, na quantidade, para não falarmos na questão da qualidade.----------
----- Portanto, quando eu olho para estes acordos e vejo apenas três destas competências, parece-me que é redutor este tipo de abordagem. É o possível, acredito, é o possível. E fazendo a análise, porque as Juntas de Freguesia receberam, por este setenta e cinco barra dois mil e treze, onze atribuições, não vou repeti-las aqui, não vale a pena, é importante perceber, efetivamente, que também está a ser aplicada a lei. Mas quando eu olho para os valores e quando analisamos os valores, efetivamente este critério dos vinte e cinco porcento é penalizador para sete das dez freguesias do concelho de Anadia, isto é claro, sete das dez freguesias. E eu vou expor muito rapidamente a situação.----------
----- Nós fizemos o estudo, agarrámos no valor patrimonial de cada contrato, no valor financeiro de cada contrato, colocámos ao lado os quilómetros quadrados de cada freguesia, ou agrupamento de freguesias, e a população residente, fomos buscar, portanto, a população residente segundo os censos dois mil e onze, de dados do INE. Ora, se fizermos uma análise específica deste ponto, podemos verificar, eu posso provar, tenho o documento aqui comigo, portanto, há duas freguesias que são penalizadas face às outras. Quando estamos a falar de área, é a freguesia de Avelãs de Cima e é a freguesia da Moita, são nitidamente penalizadas face às outras.----------
----- Depois, se vamos ver isto, e considerando a relação que existe entre habitantes, temos quatro freguesias no valor patrimonial, a freguesia de Sangalhos e o agrupamento de freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. Vamos falar no valor financeiro, aparece S. Lourenço do Bairro e Sangalhos. Fomos mais um bocadinho à frente, fomos analisar estes números a sério e então verificamos os quilómetros dos caminhos, colocamos e fizemos a mesma observação e verificamos o número de dias de cada um destes equipamentos afetos a cada freguesia.---------
----- Portanto, quando analisamos os dados há aqui situações que a Senhora Presidente basicamente conseguiu explicar, mas que é difícil de entender para um cidadão normal. Como é que se atribuem dez dias de um equipamento para uma freguesia que tem seis vírgula cinquenta e nove quilómetros, e atribuem-se os mesmos dez dias para uma freguesia setenta e três vírgula setenta e cinco quilómetros de caminho. Estamos a falar entre Tamengos, Aguim e

Óis do bairro e a Moita, por exemplo. O mesmo número de dias quando estamos a falar de um valor completamente distinto dos caminhos.----------

----- Portanto, mais uma vez, a este nível, a freguesia da Moita e a freguesia de Avelãs de Cima são penalizadas face às outras. No caso do *bulldozer*, fizemos a mesma análise e também temos algumas questões. Quer dizer, dar dez dias a uma freguesia que tem trinta e oito e a outra que tem setenta vírgula oito, portanto estamos a falar do agrupamento de freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas e Vilarinho do Bairro, por exemplo. Portanto, as duas freguesias mais penalizadas face às outras passam a ser o agrupamento de freguesias Tamengos, Aguim e Óis do Bairro e a freguesia de Vilarinho do Bairro.----------

----- Resumindo, concluindo e baralhando, está aqui provado que efetivamente sete das dez freguesias saem penalizadas, independentemente do critério que aconteça neste processo. Portanto, salvo melhor observação, salvo melhor interpretação, salvo melhor análise, é este o registo que quero deixar ficar da análise daquilo que está aqui feito."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu vou ser muito rápido. Estive a ouvir atento a exposição da bancada do PSD e cheguei à conclusão que provavelmente não penalizar nalgum dos pontos uma das freguesias, ou seja, eu que vivo na freguesia de Tamengos e Aguim ouvi que vou ser, a minha freguesia vai ser penalizada em várias frentes. Agora, o que eu entendo é que, se calhar, a freguesia de Avelãs de Cima precisa muito mais de um *bulldozer* do que a freguesia de Aguim, porque tem áreas florestais e caminhos florestais em quantidade muito maior que se calhar não quantificaram aí em relação à minha freguesia.----------

----- Obviamente que eu penso que houve um esforço da Câmara e, negociando com as pessoas que melhor conhecem o seu território e os seus caminhos e as suas necessidades, houve um esforço de chegar a um acordo com aquilo que é possível e com o material que há, obviamente. E penso que isso é que é de enaltecer e de louvar. Muito obrigado."----------

----- Dando continuidade ao período de discussão do ponto sete do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD; que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. Este é, de facto, um ponto sensível na gestão municipal, até porque está em causa as Juntas de Freguesia que são o garante da exequibilidade da maior parte das políticas de uma Câmara Municipal. É a qualidade de vida dos nossos munícipes que está em causa, são medidas de proteção, são medidas de desenvolvimento económico, etc., etc..----------

----- Quando se fala aqui numa alteração de paradigma, que basicamente, números redondos, reduz para metade a transferência face ao ano anterior para as freguesias, e se tenta salvaguardar isto com uma nova lei que apareceu, se encerra em si alguma verdade, não

encerra em si aquilo que é o conceito e a estratégia desta Câmara porque, por exemplo, nós começámos esta Assembleia, em que analisámos as contas da Câmara, e foi aqui bastante batido e espelhado uma saúde financeira invejável desta Câmara. Podia pagar tudo a tempo e horas a quem viesse e a quem se colocasse ao caminho e, bem, quando chegamos a uma altura, a uma situação de falar de Juntas de Freguesia, que são os agentes económicos de proximidade que resolvem os problemas às pessoas, alguns deles outros são resolvidos na Câmara, mas estamos a falar de Juntas de Freguesia, reduz-se-lhe o pacote financeiro. E isto porquê? Se a lei fosse assim tão agastada e cortasse tanto as pernas à ação da Câmara para com as Juntas de Freguesia, não tínhamos Câmaras, por exemplo, aqui tão perto, que em vez dos um vírgula seis porcento que a Câmara de Anadia transfere para as Juntas de Freguesia este ano dois mil e catorze, transfere, por exemplo, três vírgula quatro porcento, que é o caso aqui de Águeda, face ao orçamento.----------

----- Portanto, há claramente uma opressão estratégica da Câmara e que fique claro, face a todos os constrangimentos e a toda uma necessidade de reequacionar a maneira como nos posicionamos e gerimos a coisa pública, há também uma estratégia da Câmara e uma definição clara que tem que ficar bem explicita, a diferença entre transferir um porcento, dois porcento, ou três porcento, está na Câmara, não está na lei. A lei não impede que haja este exercício arbitrário. Portanto, há aqui uma decisão forte e vocacionada para a Câmara. Tenho dito."-------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria de descer um pouco aqui a uma questão. Estamos a discutir o ponto sete, e peço desculpa ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, você falou de tudo menos da opinião do seu órgão executivo do seu órgão deliberativo e, aliás, nós gostávamos efetivamente de saber qual é essa opinião, ou seja, o que é que as pessoas que vivem em Avelãs de Caminho, ou melhor, as pessoas que efetivamente gerem os destinos das pessoas de Avelãs de Caminho pensam em relação a este documento e como é que o votaram nos locais onde colocaram essa questão.----------

----- Para fechar esta minha primeira intervenção, queria só dizer que vou repetir-me, e peço imensa desculpa, na verdade os números são sempre aquilo que a gente quer, a estatística é sempre aquilo a que a gente chega, onde quer chegar. Meu caro amigo Artur Salvador, eu compreendo que o Senhor não queira fazer este exercício, mas eu vou fazê-lo por si, não custa nada, sou muito mais velho, tenho essa obrigação. Quando nós falamos de saúde financeira, a primeira coisa que nós temos que ter consciência é que não confundimos criar dívida que não podemos pagar com pagar aquilo que podemos fazer. É isso que nós fazemos. É isso que a maioria das Câmaras do PSD não faz, que tem dívidas até chegar não sei aonde. As do PSD e as outras, também, não fiquemos só pelo PSD.----------

----- Portanto, quando nós falamos duma saúde financeira, estamos a falar da capacidade de

gestão para não contrair mais do que aquilo que é possível pagar. Nós compreendemos que politicamente os Senhores fariam de maneira diferente. Ótimo. Continuem a não dizer o que é que fariam porque quando houver as próximas eleições, se calhar, ninguém saberá o que é que vocês fariam de diferente daquilo que está a ser feito. Agora, está a ser feito e, portanto, claramente os Senhores têm que dizer se na realidade estão de acordo com aquilo que está a ser votado, se estão ao lado das povoações com aquilo que se entendeu que era possível dar-lhes, ou não. Porque aquilo que os Senhores disseram é um "nim", aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho disse é um nada. Portanto, estamos para discutir um assunto, estamos para o votar, portanto seria bom clarificarmos opiniões e posições, só isso. Muito obrigado, Senhor Presidente."----------

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. De facto, interpretações há muitas e valem o que valem. Aquilo que nós queremos aqui ficar, e dar nota, e que fique bem claro, é que este é um assunto sensível, esta é uma posição assumida. Eventualmente, poderíamos fazer as coisas de maneira diferente. Certamente que havia uma coisa que faríamos certamente diferente, é que antes de enviarmos estes documentos aos Presidentes de Junta, certamente que os convocávamos para conversar com eles sobre este documento e não entregaríamos o documento fechado aos Presidentes."----------

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Meu caro Artur, eu estava nem sequer para lhe responder. O Senhor disse efetivamente aquilo que eu penso das suas palavras. Valem o que valem. Agora, Vossa Excelência fez o favor, é a segunda vez em duas Assembleias consecutivas que o PSD se digna colocar em causa a honestidade da Presidente do órgão executivo desta Câmara e eu isso não lhe perdoo. O Senhor sabe muitíssimo bem, a Senhora Presidente da Câmara disse-o há bocadinho, que se reuniu com todos os Senhores Presidentes, portanto, não tem o direito político, e é disso que estamos a falar, de levantar uma questão de que o assunto não foi discutido antes de ser apresentado. Desculpe, foi discutido.----------

----- Portanto, as pessoas têm que ter capacidade para defender as suas questões. Volto a dizer, eu nem se quer ia falar. Aquilo que o Senhor disse, para mim, é perfeitamente redutor, as palavras valem o que valem, mas, por favor, não façam uma campanha de destruição, não façam uma campanha de calúnia porque isso, na realidade, não fica bem a ninguém. Da última vez, um dos seus colegas de bancada chamou aqui uma série de nomes à Senhora Presidente da Câmara Municipal, de coisas que ela não disse numa reunião que era privada e que esse seu colega tornou pública. Temos a ata, felizmente, já para provar que aquilo que foi dito. Não foi nada daquilo que aqui foi dito. Hoje, o Senhor volta a entrar pelo mesmo caminho. As palavras

valem o que valem, estamos numa disputa política, que nós todos deste lado aceitamos. Não aceitamos é que efetivamente as pessoas digam impropérios, chamem nomes ou façam outra coisa qualquer. Peço imensa desculpa, mas não ficaria de bem com a minha consciência se não respondesse nesses termos. Muito obrigado."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu apenas queria dar uma resposta aqui ao Senhor Prof. Luís Santos. É que ele é que não está atento aqui na Assembleia. Eu há bocado expliquei que Avelãs de Caminho não votou contra, antes pelo contrário. Portanto, ele é que não está atento e quem não faz nada é ele. Eu penso que ele vive num meio aquático porque quem nada são os peixes. Eu apenas trabalho em prol da minha comunidade, da minha freguesia e tenho prestado provas. E também há bocado disse que as atas do poder executivo e deliberativo foram entregues na Câmara e disse, mais uma vez afirmo, que foi a favor. Portanto, o Senhor é que deve estar distraído, é o que está a fazer na Assembleia. É preciso tomar atenção nas opiniões que se dizem. É só."----------

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Só para responder, também. E, desde já, digo aos Senhores Presidentes de Junta que na próxima quinta feira vos convidarei, espero que todos tenham os vossos documentos já para entregar, vos convidarei para a assinatura dos respetivos acordos e, nessa altura, também poderemos esclarecer mais alguma questão.----------

----- Quero, também, sobre os pagamentos, e tal como ficou definido na própria reunião, também vos dissemos que fazíamos chegar uma folha *excel* para vocês mais facilmente poderem preencher a folha para a justificação das respetivas despesas, se bem se lembram. Relativamente à data para pagamento das Freguesias, não está cá indicada uma data exata. Até pode acontecer hoje a uma Freguesia e amanhã, ou depois, ou dois dias, ou três, ou quatro, depois a outra, porque isso também vai depender dos Senhores Presidentes de Junta, da forma como vão apresentar as despesas. Até podem chegar cá e não apresentar despesas e se não apresentou as despesas não podem receber, portanto logicamente que…"----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, uma vez que tinha esgotado o tempo de que dispunha. No entanto, informou que o Grupo Municipal do MIAP tinha cedido o seu tempo pelo que poderia continuar a sua intervenção.----------

----- Recuperando a palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção, da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Essa data, pese embora seja dia, imagine que há qualquer Presidente, eu até quero ser flexível, Senhor Presidente de Junta. Imagine que há um Presidente de Junta que não consegue

entregar no dia dez. Por que é que não há de vir entregar no dia quinze? Não podemos ser flexíveis para atribuir o subsídio? Portanto, é uma questão de flexibilidade. Se estamos aqui com datas tão rigorosas, vamos lá então marcar uma data rigorosa, chega cá no dia mas eu não consegui entregar os papéis, então já não recebe. Portanto, isto é permitir aos Senhores Presidentes de Junta, porque isto também é algo novo para vocês, e também para facilitar, como vos disse, a dita folhinha, para que vos facilite a vida para vocês fazerem esse preenchimento.----------

----- Relativamente ao Deputado José Carvalho, que contabilizou muitas delegações de competências que a lei define, mas claramente as competências que a Câmara pode delegar nas Juntas de Freguesia, tal como a lei define, são seis, de acordo com o artigo cento e trinta e dois. Ele contabilizou as cinquenta e tal, mas isso a lei já define à Junta de Freguesia. A Câmara, aquilo que a lei diz, é que pode delegar às Juntas de Freguesia estas seis competências e, portanto, foram estas seis competências que foram trabalhadas com os Senhores Presidentes de Junta. É evidente que depois os números trabalham, com densidade, com quilómetros quadrados, mas, depois, também é preciso conhecer um bocadinho a realidade de cada Freguesia e, portanto, as necessidades, pese embora este inverno tenha sido rigoroso, as freguesias mais a nascente já tiveram as máquinas, a *bulldozer* a limpar os caminhos florestais e, portanto, estamos cá atentos a essa situação e tudo o que são exceções, nem que seja em nome próprio da Câmara, estaremos lá para fazer as intervenções.----------

----- Mas isto resulta do diálogo que tem que haver, obviamente, com os Senhores Presidentes de Junta e, portanto, estaremos cá, obviamente, para nos entender e para atender às suas dificuldades no terreno.----------

----- Portanto, como disse, realidades completamente diferentes, uns mais acidentados, outros mais planos, uns com os caminhos de uma maneira, outros com outras, mas volto aqui a dizer, a competência clara que a lei define para a Câmara delegar nas Juntas de Freguesia é a limpeza das vias e espaços públicos. Eu até nem tinha que me estar a preocupar com os caminhos florestais e os caminhos agrícolas porque isso já faz parte da delegação de competências que a lei define. E eu pergunto, e com o que é que a Junta de Freguesia ia fazer essa manutenção desses caminhos se não tinha? Obviamente, e é neste sentido o esforço e o empenho da Câmara Municipal, em ir um bocadinho mais além daquilo que a própria lei diz para que as próprias Juntas de Freguesia possam ter esses equipamentos para fazer a manutenção daquilo que vai mais além daquilo que a própria Câmara tem obrigação de delegar, obrigação de acordo com a lei.----------

----- Com a intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador diz, a Câmara paga a tempo e horas. E bem, e já disse aqui outro Deputado Luís Santos, se a Câmara paga a tempo e horas é porque tem tido uma gestão rigorosa e assume os seus compromisso obviamente com quem assume os seus compromissos. Portanto, tem de pagar, seja aos fornecedores, seja aos empreiteiros, é esse o princípio que tem sido cumprido na Câmara Municipal e é isso que queremos continuar a seguir. Mas os Senhores sabem claramente qual é o nosso orçamento

para este ano porque os Senhores estiveram presentes na votação, sabem qual é o diferencial da Câmara Municipal de Anadia face aos anos anteriores e também vos foi explicado por que é que é menor, por que é que há maior redução, porque não temos receitas. E, portanto, como temos que fazer a despesa de acordo com as receitas e porque o saldo da gerência, tal como eu disse, não pode ficar de fora, a gente vai aproveitá-lo. Mas não posso ir mais além daquilo que já foi aqui definido.----------

----- E o exemplo de Águeda. O Senhor diz, e bem, se calhar tem mais receitas do que nós. Até é um município que tem hipótese de ter outras receitas, se calhar, não sei. Mas aquilo que eu sei é que a Câmara de Águeda, como outras, ao dar, ao fazer a atribuição financeira às freguesias, não dá mais nada porque também não tem mais nada para dar, não tem equipamentos, não tem recursos porque eles nem se quer têm equipamentos praticamente ao seu dispor, nem administração direta. Nós temos equipamento, temos outros recursos e é essa a nossa oferta para as Juntas de Freguesia.----------

----- Deu o exemplo de Águeda, mas se eu lhe disser, por exemplo, o Município de Aveiro, este ano, nem vai assinar acordos com as Juntas de Freguesia. E sabe porquê? Tomara eles pagar aquilo que devem às Juntas de Freguesia quanto mais assumir outros compromissos. E há outros exemplos que lhe podia dar, mas ficamos por aqui. Cabe a cada município, dentro daquilo que tem possibilidade, de ceder às freguesias, seja em termos financeiros, seja em bens patrimoniais e, neste caso, é aquilo que estamos a atribuir, dar a possibilidade e dar os melhores meios para que as próprias freguesias possam desenvolver as competências que a Câmara lhes está a delegar e as próprias competências que a lei lhes está a delegar."----------

----- Atendendo ao facto de o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular ter cedido o seu tempo ao Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Ora, boa tarde a todos. Eu por princípio não me meto em grandes questões políticas, nem outras coisas, porque a minha função é trabalhar em prol da Freguesia de Avelãs de Cima e deixo de facto as questões políticas aqui nesta Câmara para os outros Deputados Municipais porque eu, desde o início, fui posto, digamos, no sítio, uma palavra minha. Porquê? Porque, eventualmente, não sou Deputado Municipal, sou Deputado por inerência e por isso é que não fui eleito para a CIRA.----------

----- A minha questão que aqui é posta, é o seguinte. Em relação só, e não vou falar com o empolgamento que o Luís Santos faz, em relação a mentirosos e mais não sei quê, mentiras. É assim, vamos, e todos nós os dez Presidentes de Junta tivemos presentes em duas reuniões que houve na Câmara municipal. A primeira foi no prazo de cento e oitenta dias, como mandava a lei. Fomos ouvidos, fomos auscultados, foi-nos dito a todos o que é que era a lei e o que é que iria ser e o que é que poderíamos contar. Um. Dois. Segunda reunião na Câmara Municipal de Anadia foi, com a presença, também, dos técnicos da Câmara e com a presença da

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, foi-nos dado, dizer assim "meus amigos vamos discutir o acordo, mas o acordo que eu vos proponho é este que está aqui". E foi isso que nós todos, dez Presidentes de Junta agarrámos no papelinho e levamos para as nossas freguesias. Em função disto que acabou de dizer. E penso que não há mais nada que não isto.----------

----- Mais. Nós levamos o papelinho para as nossas freguesias. Nesta segunda reunião discutimos os nossos pontos de vista, mas levámos aquele papel e foi também, foi proposto, e depois em tempo oportuno, quando for da freguesia de Avelãs de Cima falarei sobre a freguesia, que depois propusemos no executivo e na Assembleia de Freguesia. Penso que em relação a isto foi exatamente aquilo que se passou na gestão, na negociação, deste acordo de execução."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Permita-me só aqui acrescentar isto. Aquilo que eu disse claramente ao Senhores Presidentes de Junta é assim, daquilo que nós conversámos o acordo que é possível é este. Os Senhores Presidentes de Junta podem não concordar, mas, em termos financeiros, quero-vos dizer, claramente, e isto foram palavras minhas, se bem se recordam, que eu, em termos financeiros, não posso ir mais além daquilo que está aqui. Pode ser discutido a outra parte, mas isto é uma experiência para todos e, portanto, vamos ver se conseguimos obviamente levar este acordo por diante. Portanto, claramente, isto foi o que foi presente na reunião."----------

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto sete do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala do Senhor Deputado João José Nogueira de Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto sete do período da ordem do dia.----------

------ Prontamente, passou a apresentar o ponto oito do período da ordem do dia,

"*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Deputados, não tenho mais nada a acrescentar. A exposição já foi feita, portanto, se for interpelada, ou questionada, ou se houver alguma coisa, estarei cá para responder."----------

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto oito do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Então, em relação a este acordo de execução da Freguesia de Avelãs de Cima, e como eu disse há pouco, vou transmitir duas situações. A primeira é que o executivo da freguesia aprovou por unanimidade o acordo de execução, com algumas referências que não seria o melhor para a freguesia porque queria mais. Queria mais máquinas, porque queria mais das outras três máquinas, corta-sebes e, corta-sebes, *bulldozer*, *bulldozer*, corta-sebes, vamos lá ver se eu consigo… retro e etc. E, é assim. E depois estranhos, de facto, e isso foi também debatido, a venda dos serviços que nós temos que pôr no nosso orçamento aquele dinheiro que vem através da Câmara da venda dos serviços. Mas, pronto, era o orçamento que tinha.---------

----- Nós compreendemos a situação que foi exposta pela Senhora Presidente da Câmara, transmitimo-lo em ata, a qual tem em sua posse e vamos assinar, então, o acordo de execução, da parte do executivo, uma vez que a Assembleia de Freguesia assim também o deliberou, por unanimidade.----------

----- No entanto gostaria, e uma vez que tenho este privilégio, entre aspas, de ter presente nesta sala o Presidente da Assembleia de Freguesia de Avelãs de Cima, gostaria que ele se pronunciasse sobre este assunto e que, de certa forma, transmitisse a esta Câmara todos os comentários que foram feitos em relação a este acordo por parte do PSD. Também assentes naquela Assembleia de Freguesia e pelos, digamos, assento do MIAP, que lá tem, que são dois elementos. Gostaria que, se ele não se importar, obviamente, porque isto é a ele que cabe transmitir esse tipo de situação que foi ventilado, onde foi uma discussão acesa sobre o assunto. Obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Na qualidade, efetivamente, que acumulo como Presidente da Assembleia da Freguesia de Avelãs de Cima, foi-me posto um repto e, portanto,

gostaria de colocar efetivamente publicamente. As atas são, vão, portanto, as atas já foram aprovadas em forma de minuta, são públicas, temos um *site* na internet e está perfeitamente atualizado relativamente a essas questões. E, portanto, só relembrar qual foi a opinião dos autarcas de freguesia intervenientes relativamente a este processo.----------

----- Fica claro, efetivamente, que o Presidente da Junta de Freguesia, que em seu entender esta era uma forma de dar autonomia às Juntas de Freguesia, a setenta e cinco barra dois mil e treze, mas com este acordo proposto, iria-se continuar a pedinchar, parecendo que gastava muito dinheiro para os executivos, o que não era real, pois as verbas executivas não eram em dinheiro, mas sim em serviços. E, portanto, a situação que lhe tinha sido apresentada, a Senhora Presidente acabou de nos confirmar isso, é que efetivamente era o acordo possível e que, ou se fazia este acordo ou não se fazia este acordo.----------

----- O membro, vou denominar por membro um, tinha sido eleito pelo MIAP ficou surpreendido com as palavras do Presidente da Junta de Freguesia. Primeiro, porque dizia tão mal do acordo e depois o Presidente tinha solicitado a todos os autarcas para aprovar este acordo na medida em que a freguesia seria prejudicada porque nada receberia se não aprovasse. Tinha dúvidas sobre a opinião e ficou com a ideia de que seria escolher entre um mal menor.----------

----- Depois, o membro, vou falar membro número um eleito pelo PPD/PSD, referiu que seria bom a Presidente da Câmara de Anadia observasse o exemplo da Câmara de Águeda, do Presidente da Câmara de Águeda, ao oferecer um camião e uma retroescavadora a cada freguesia para elas se organizarem. Conhecia pessoas com estes equipamentos e que fariam o trabalho a tempo e horas e com um custo menor do que o representado.----------

----- O membro, vou designar membro dois eleito pelo MIAP, disse e considerou que quem apresenta estes valores cento e oitenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos à hora não sabe o que está a fazer, que era uma exploração e um desaforro. Considerou, ainda, que a Câmara Municipal deveria ser questionada sobre estes valores. Novamente este membro, disse que, afirmou que se deveria obrigar a retroescavadora a fazer o serviço de *bulldozer*, em virtude dos preços apresentados.----------

----- O membro um, eleito pelo MIAP, pensa que seria adequado pedir orçamentos a outras empresas e confrontar a Presidente da Câmara de Anadia com esses valores, que seria uma boa confrontação.----------

----- Depois intervim eu e a minha intervenção foi muito semelhante àquela que eu intervim, conforme vocês podem confirmar. Não vale a pena alongarmos isto. Posto isto, não havendo mais explicitações nem dúvidas, procedeu-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade de todos os autarcas presentes na assembleia, com nove votos a favor. É o que me resta dizer. Obrigado."----------

----- Para uma breve intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Não entendi muito bem a questão que o Senhor Veiga colocou da venda de serviços. Nós

não estamos a vender serviços, estamos a ceder serviços à Junta de Freguesia, portanto, e fui clara naquilo que disse, foi que esta contabilização foi feita com base na nossa tabela de preços que está disponível na Câmara Municipal. Portanto, nada foi inventado, nada foi comparado e gostaria de clarificar esta situação."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Óscar Ventura, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, muito boa tarde. Eu queria aqui só alertar que podem achar talvez estes cento e oitenta e um euros caro, mas têm que ver que isto é o preço de cinco máquinas e cinco operadores, não é só uma máquina. Eu não sei se realmente têm esse conhecimento, o preço é de cinco máquinas e cinco operadores. Foi o que me foi explicado. Aliás, eu entendi, também achei caro, na altura, mas fazendo contas a este equipamento todo acho que não está assim muito explorado. Tenho dito, obrigado."----------

----- Para novo esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Eu estava precisamente a pedir esta tabela porque era isso mesmo que eu iria explicar de imediato. Aquilo que o Senhor Óscar acabou por dizer, estes cento e oitenta e cinco euros, foi feita a contabilização deste pacote de máquinas, portanto, e foi esse o valor, que custa os cento e oitenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos à hora, e não o custo de máquina. Portanto, é fazer as contas e ver os dias. Acho que isto, gostava de saber qual é a empresa no mercado que pratica efetivamente estes preços. Pronto, não há mais qualquer comentário a fazer."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito rapidamente. Se calhar, nas Assembleias de Freguesia seria importante, como explicou aqui o Veiga, nós sabermos aqui na Assembleia qual foi o teor da votação final relativamente aos acordos. Bem ouvi o Presidente da Junta de Avelãs que disse que tinha sido aprovado, mas ficou a dúvida se tinha sido realmente por unanimidade, ou não.----------

----- De qualquer maneira, o preço das horas, mas penso que é importante, também, termos aqui essa ideia que este acordo não é para vender horas, é para contabilizar por toda a gente saber para a Câmara poder ter uma contabilidade dos benefícios distribuídos, dar-lhe um valor. Podemos chamar-lhe horas, podemos chamar-lhe euros. Se calhar, é melhor assim, em vez de um banco de horas, temos um banco de euros que é distribuído pelas pessoas. Cento e oitenta euros à hora por cinco máquinas e por cinco operadores, eu contrato já os serviços da Câmara, tenho uma empresa que precisa muitas vezes deles e contrato já para os próximos dez anos e não sei qual é que é o operador, neste caso, a empresa, que consegue fazer isto mais barato.

Não sei, se calhar, lá em Avelãs de Cima há de haver alguém que consegue isso mais barato, Se me puder indicar, diga que eu preciso desses serviços, de vez em quando. Muito obrigado. Com licença."----------

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto oito do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, José Manuel de Oliveira Carvalho, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e oito abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para apresentar uma declaração de voto, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Obrigado, Senhor Presidente. É para proceder à declaração desta minha votação. Parafraseando um autarca da minha freguesia, do MIAP, na dita Assembleia, é preciso escolher um mal menor, e uma vez que tomamos a liberdade de votar favoravelmente, mantive a mesma orientação de voto porque sou uma pessoa de palavra. Obrigado."----------

----- Apresentada a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto oito do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto nove do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Moita, previstas na alínea a), b), c), d), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto nove da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Sigo o mesmo raciocínio, Senhor Presidente. Portanto, já tudo foi explicado, fico agora disponível para qualquer esclarecimento que entendam por bem apresentar."----------

----- Iniciado o período de discussão do ponto nove do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Arlindo

Simões, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Moita, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora bem. Como isto já vai tarde, não vale a pena estar a individualizar. Boa tarde a todos. No que diz respeito à Freguesia da Moita, portanto, isto já foi votado em Assembleia de Freguesia e foi favorável. A única coisa que nós temos aqui, além daquilo que já fazíamos, é a feira, porque todas as outras competências nós já tratávamos. Por isso, na parte que me toca, acho que é favorável, vamos ver o que é que vai dar."----------
----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto nove do período da ordem do dia.----------
------ Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Moita, previstas na alínea a), b), c), d), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Moita, previstas na alínea a), b), c), d), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto nove do período da ordem do dia.----------
----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dez do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Sangalhos, previstas na alínea a), b), e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------
----- Apresentado o ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Igual relativamente ao outro ponto, portanto cedo a palavra a quem bem entender. Se houver alguma questão responderei."----------
----- Para uma primeira intervenção no âmbito da discussão do ponto dez do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Floro Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora boa noite a todos. Cumprimento toda a plateia, portanto, na pessoa do Senhor Presidente. Eu apenas queria aqui referir que em casa onde não há pão todos ralham e ninguém

tem razão. Se o governo não dá dinheiro à Câmara, não nos dá dinheiro a nós. Por exemplo, no caso da Freguesia de Sangalhos, de há quatro anos para cá retiraram-nos oito mil euros, portanto, por ano, são menos oito mil euros. Eu compreendo a posição da Câmara, pois eu gostaria de receber outro tanto como o FEF, mas não é possível. Eu estou com esperanças que a Senhora Presidente, ao longo do resto do ano, com boa governação, nos vai conseguir arranjar mais algum. É a nossa esperança e, portanto, eu vou aprovar este ponto."----------

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto dez do período da ordem do dia.----------

---- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Sangalhos, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Sangalhos, previstas na alínea a), b) e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e oito abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP, para apresentar uma declaração, cujo teor se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu era apenas para dizer que me vou ausentar porque tenho hoje Assembleia de Freguesia, portanto, esta troca foi um problema aqui da troca de ata da Assembleia Municipal. Portanto, isto tudo me alterou a minha vida, eu agora às vinte e uma horas tenho Assembleia de Freguesia, portanto tenho que me ausentar. Espero que não fiquem os meus colegas em que eu não vou votar neles, mas penso que não há influência nisso. Portanto, muito obrigado."------

----- Apresentada a informação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dez do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto onze do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, previstas na alínea a), b), e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto onze do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Mário Marinho, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Então, muito boa noite, já são horas de noite, Senhor Presidente, muito boa noite, Senhora Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas, público em geral, comunicação social. Não vou-me adiantar muito porque já foi tudo explicado. Vou-vos só dizer que depois da reunião na Câmara Municipal, a reunião com o executivo da junta e a presente assembleia foi votado com unanimidade o acordo. Sabemos que é o possível, a Câmara não pode dar o que não tem, temos que aprender um bocado a gerir, desculpem, os nossos recursos. É uma experiência nova, apesar da Junta de Freguesia já fazer, também, muitas dessas competências, mas podíamos delegá-las à Câmara, não era nossa obrigação. Mas já temos essa experiência de as fazer, por isso, face ao que nos dão, foi aprovado com unanimidade, já vos disse, e não tenho mais nada a dizer. Obrigado."----
----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto onze do período da ordem do dia.----------
----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, previstas na alínea a), b), e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro--
----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, previstas na alínea a), b), e c), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto onze do período da ordem do dia.----------
---- Prontamente, passou a apresentar o ponto doze do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------
----- Apresentado o ponto doze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Ferreira de Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Bem, boa noite a todos, então. Correndo o risco de repetir algumas coisas e muitas que já foram ditas aqui que vou fazê-lo porque também é uma consequência digamos do texto que vou

ler porque está escrito. Então, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara, Excelentíssimos Deputados Municipais, representantes da imprensa, Senhora e Senhores do público presente. Com a publicação da lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, introduziu-se uma nova realidade no que diz respeito à distribuição de competências nos diversos órgãos decisores do poder autárquico.----------
----- Numa análise generalizada da lei, pode-se concluir que no que diz respeito às competências de freguesia elas foram eventualmente reforçadas, que em princípio se poderá traduzir numa mais-valia para o seu dia-a-dia. Passando o texto da lei para a nossa realidade, o que se conclui é que o legislador, e quem superiormente decide, se esqueceu de juntar à lei um eventual pacote financeiro para que as acrescidas competências sejam realmente executáveis. Pode-se, ainda, acrescentar que os procedimentos que a lei obriga poderá supor uma falta de confiança nas juntas de freguesia e na própria câmara municipal, assim o tempo que houve entre a tomada de posse e os dias de hoje, exige uma análise criteriosa de como seria eventualmente possível minimizar o tal impacto negativo da não existência do dito pacote financeiro que nos permita utilizar as competências no benefício real dos nossos fregueses.------
----- Ficando na expectativa que mais alguns meios financeiros venham ainda a chegar do estado, sabe-se lá, resta-nos, então, neste momento, a possibilidade da ajuda do nosso município. Depois de algumas reuniões com a Presidente de Câmara, e sabendo que legalmente o critério seria delegar as competências do número um do artigo cento e trinta e dois do anexo um, pois as do número dois ainda não se encontram previstas na lei.----------
----- Estamos aqui hoje para proceder à aprovação no que diz respeito a este acordo de execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros. Para a minha freguesia, este acordo contempla dois tipos de apoios, assim como para as outras, como é evidente, possíveis: por um lado o financeiro, que vem do orçamento do município entretanto aprovado, representando vinte e cinco do FEF, isto é dez mil seiscentos e setenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos; e o outro, em recursos patrimoniais correspondentes à cedência de equipamentos, que se traduz no valor financeiro vinte e cinco mil catorze euros e quarenta cêntimos, valor este calculado ao custo estimado hora, que tem por base a tabela do município de Anadia. Neste caso, favorecendo a junta, quando comparado com o valor praticado no mercado.----------
----- Permitam-me aqui informar que este acordo foi analisado e aprovado por unanimidade no meu executivo, bem como na assembleia da minha freguesia. Assim, tratando-se de um acordo de execução cujos princípios gerais a serem agora aprovados são também para os quatro anos do mandato, salvaguardava está a hipótese de, no futuro, os valores envolvidos serem outros, não sendo nem de longe nem de perto o acordo que desejaria fazer logo no inicio do meu mandato, trata-se, no entanto, como diz a nossa Presidente, o acordo possível nesta altura. Assim peço a sua aprovação para a qual contribuo com o meu voto. Obrigado."----------
----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia

Municipal deu por encerrada a discussão do ponto doze do período da ordem do dia.----------
----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto doze do período da ordem do dia.----------
---- Prontamente, passou a apresentar o ponto treze do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, previstas na alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------
----- Apresentado o ponto treze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Dinis Torres, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa noite. E uma vez que a maior parte das coisas já foram mencionadas pelos meus colegas Presidentes de Junta, quero apenas informar que na minha Assembleia este ponto foi apresentado, discutido e posto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com seis votos a favor e três abstenções. Nós na Assembleia, portanto, fomos da opinião que realmente os valores são reduzidos, mas entendemos perfeitamente que neste momento é o possível. Obrigado."----------
----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto treze do período da ordem do dia.----------
----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--
----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do

artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto treze do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto catorze do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto catorze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra à Senhora Deputada Ema Paula Pato, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, muito boa noite a todos. Sobre este assunto, e pelo facto do que a minha situação confere, embora tenha estado na reunião e me tenham sido, tenha tido acesso a toda a documentação, sobre este assunto, eu não me posso pronunciar."----------

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto catorze do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra

e oito abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, da Senhora Deputada Sara Filipa Seabra dos Reis, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto catorze do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto quinze do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".---------

----- Apresentado o ponto quinze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa tarde a todos. Só para transmitir a esta assembleia que o executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Arcos e Mogofores aprovou por unanimidade o acordo de execução de competências. Com reservas e críticas em relação ao documento apresentado, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Arcos e Mogofores votou por unanimidade a favor do acordo de execução entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Arcos e Mogofores. Muito obrigado."----------

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto quinze do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quinze do período da ordem do dia.----------

---- Prontamente, passou a apresentar o ponto dezasseis do período da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*".----------

----- Apresentado o ponto dezasseis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao seu período de discussão e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Óscar dos Santos Ventura, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Então, mais uma vez boa noite a todos. Tenho a informar que tanto o deliberativo como o executivo da União de Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro votaram favoravelmente, com o elogio desta iniciativa. Portanto, agradeço esta posição da Câmara Municipal de Anadia."-

----- Não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto dezasseis do período da ordem do dia.--------

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, previstas nas alíneas a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que o Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, previstas na alínea a), b), c), e) e f), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dezasseis do período da ordem do dia.----------

----- Prontamente, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aprovar em minuta os pontos dois ao dezasseis do período da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos imediatos.----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo

Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, de aprovação em minuta dos pontos dois ao dezasseis do período da ordem do dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de abril de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, com a ausência na sala da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado António Floro dos Santos Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.-

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público, nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA.----------

----- Para este período, deu a conhecer da apresentação de um pedido de intervenção, por parte de um cidadão. Assim, concedeu a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:--------

----- "Boa noite a todos. A minha intervenção é sucinta. Queria perguntar à Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente Engenheira Teresa Belém, se já tem alguma informação relativamente ao fecho do serviço de finanças em Anadia? Se alguma entidade governamental a comunicou relativamente a esse assunto?----------

----- Depois tinha outra questão relativamente a uma situação que, pelos indícios que se apresentam e face às perguntas que me foram feitas, eu não tinha resposta e gostaria de obter esse esclarecimento por parte da Senhora Presidente. Se é verdade que as águas em Anadia se encontram contaminadas? Porque a fonte da azenha, o porquê da fonte da azenha, acho que é assim o nome ao pé das Caves Central da Bairrada, salvo erro, foi fechada? Por que é que colocaram terra e outros inertes na fonte ao ponto de a taparem? O porquê dessa obra e se já foi concluída, ou não em termos de saneamento? Porque é que essa obra ainda não foi terminada, atendendo a que já decorreram largos meses desde o seu início.----------

----- Acresce ainda a atividade em Mogofores, daquela que era para ser já fechada, se eu bem me recordo, uns anos antes do último mandato. Continua a laborar em Mogofores o tratamento de saneamento e eu gostaria de saber porquê, aliado ao facto de existirem descargas constantes para o rio Cértima e seus afluentes de saneamento, porque é o nome mais bonito que se pode atribuir ao que para lá é descarregado e ainda o cheiro nauseabundo que constantemente Anadia apresenta particularmente em Arcos. Basta sair hoje desta Assembleia para constatar que é um cheiro nauseabundo em Anadia, cheira a saneamento básico, cheira a porcaria como se costuma dizer. E, portanto, isto tudo aliado, leva-me a perguntar a esta Câmara Municipal se existe algum problema com o saneamento básico ou/e contaminação das águas em Anadia.----------

----- Aproveitava a oportunidade, como já aliás tinha sido proposto enquanto deputado municipal do anterior mandato, a nomeação de uma comissão que acompanhe as recentes obras que foram feitas no âmbito do saneamento em Anadia. Foram gastos milhões de euros e

friso outra vez, milhões de euros em obras que nós não sabemos, pelo menos ao que me é dado conhecer, se foram efetivamente bem terminadas, se estão a funcionar devidamente e acho que isso é o principal desta casa, é a Câmara Municipal preocupar-se com a execução dos contratos que celebra, nomeadamente, num ponto que é tão importante para o concelho de Anadia, como seja o saneamento básico. Quantos milhões será preciso vir mais da União Europeia e de outras entidades públicas para nós nos apercebermos, enquanto anadienses, de que é necessário fiscalizar as obras neste âmbito do saneamento, que é um serviço básico e fundamental.----------

----- E terminaria com um terceiro ponto, que era perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhora Engenheira Teresa Belém, se vai ser inaugurada a nova entrada para o estacionamento subterrâneo limítrofe à nossa Câmara Municipal? Para quando é que vai ser inaugurada uma obra concluída há dois anos, com fundos comunitários de um milhão de euros e dois milhões de euros pagos por esta Câmara Municipal? Eu tinha todo o gosto de estar presente numa inauguração tão importante como seja a entrada para o estacionamento automóvel no nosso parque de estacionamento. Muito obrigado."----------

----- Para responder às questões apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Vou ser sucinta, também. Relativamente às finanças, ou ao funcionamento das finanças em Anadia, não tenho qualquer contacto, não me foi feito qualquer contacto por qualquer entidade.----------

----- As águas de Anadia recomendam-se. As obras realizadas ali em Arcos, nomeadamente aquilo que o Senhor acabou de dizer da fonte da azenha, que não tem nada a ver com a captação, é uma opção da Câmara a intervenção que foi feita. Foi uma opção que foi tomada, ou o modo como foi realizada.----------

----- Relativamente ao saneamento e toda a desativação das ETAR's, será feita a seu tempo, depois de concluído e depois de estar em funcionamento as ETAR's que fazem parte do sistema integrado. Foi esse o propósito da Câmara, iniciar a desativação das ETAR's e será feito no seu devido tempo.----------

----- Relativamente ao parque de estacionamento, essa informação já prestei no início desta Assembleia, portanto, não me vou repetir."----------

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente, já é a segunda vez que não responde ao público. É triste que em democracia tenhamos que ouvir isto. Se a Senhora falasse outra vez sobre a inauguração, como já falou, pelo menos o público, não é o deputado municipal, o público que teve que esperar pelo fim da Assembleia para poder intervir, tivesse uma resposta da Senhora Presidente. Muito obrigado."----------

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia trinta de abril de dois mil e catorze, quando eram vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------
---

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -